UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA
LATINA
PROLAM

FABIANA DE OLIVEIRA

**A Superação do Paradigma Neoliberal na América Latina: uma Análise
Comparada entre a Argentina Kirchnerista e a Venezuela Bolivariana
(2003-2013)**

São Paulo, 2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA
LATINA
PROLAM

**A Superação do Paradigma Neoliberal na América Latina: uma Análise
Comparada entre a Argentina Kirchnerista e a Venezuela Bolivariana
(2003-2013)**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Integração da América Latina –
PROLAM/ USP para a obtenção de
título de Mestre em Integração da
América Latina.

Área de Concentração: Práticas
Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Wagner Tadeu
Iglecias

São Paulo

2015

Fabiana de Oliveira

**A Superação do Paradigma Neoliberal na América Latina: uma
Análise Comparada entre a Argentina Kirchnerista e a Venezuela
Bolivariana (2003-2013)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Integração da América Latina – PROLAM/
USP para a obtenção de título de Mestre
em Integração da América Latina.

Área de Concentração: Práticas Políticas e
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Wagner Tadeu
Iglecias

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Wagner Tadeu Iglecias

Prof. Dr. André Roberto Martin

Prof. Dr. Charles Pennaforte

São Paulo, 27 de Janeiro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Professor Wagner Iglecias pela confiança que em mim depositou ao aceitar-me como sua orientanda, pelas valiosas discussões que tivemos ao longo dos últimos dois anos e, principalmente, pelo auxílio e disposição que me ofereceu e sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Ao amigo e eterno mestre Prof. Vitor Stuart de Pieri por sempre ter confiado em minha capacidade, por ter aberto meus olhos para a infinidade de possibilidades com que nos brinda o mundo e por ser sempre uma fonte de inspiração para mim.

Ao amigo Carlos Ron, pela preciosa colaboração ainda no momento de confecção do projeto de pesquisa que apresentei ao PROLAM e por ser uma das pessoas que me permitiu ver com os meus próprios olhos o importante momento que a Venezuela vivia em 2012.

Aos professores André Martin, Igor Fuser e Charles Pennaforte pela importante contribuição que deram a este trabalho.

Às amigas e amigos prolanianos – em especial ao André Lanza, Cristiana Vasconcelos, Marcos Fávaro, Mayra Coan, Rubens Diniz, Thaís de Oliveira e à Thaís Virga -, que tornaram estes dois anos de intenso trabalho muito mais leves e com quem compartilhei momentos maravilhosos.

Aos funcionários do PROLAM Rodrigo Bronze e William Almeida que foram sempre muito gentis e prestativos frente às questões burocráticas.

À minha maravilhosa família, que, mesmo em meio a todas as dificuldades, sempre me incentivaram e a quem sou eternamente grata pelo amor, pelo amparo e pela confiança.

Ao meu companheiro Pedro e aos amigos e amigas pelas vibrações positivas e por compreenderem as minhas muitas ausências ao longo dos últimos dois anos.

“Son cosas chiquitas.
No acaban con la pobreza,
no nos sacan del subdesarrollo,
ni socializan los medios de producción
y de cambio...
Pero quizá desencadenen la alegría de hacer
Y la traduzcan en actos.”

Eduardo Galeano

[...] Y Bolívar sonreído
Y lleno de comprensión
Le saltaba el corazón
Por lo que estaba escuchando.
Y mirando fijo al niño
Del escolar sin escuela
Dijo: Toma mis espuelas
Que hay que jinetear de nuevo
Tu te vas de pueblo en pueblo
A despertar a la gente
Que alcen más y más la frente
Para merecer la gloria
De hacer de nuevo la historia
Liberando al oprimido
Que si el pueblo está dormido
Nunca ganará la gloria.

Canción Bolivariana

Ali Primera

RESUMO

OLIVEIRA, Fabiana. **A Superação do Paradigma Neoliberal na América Latina: uma Análise Comparada entre a Argentina Kirchnerista e a Venezuela Bolivariana (2003-2013)**. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O presente trabalho se propõe a comparar duas experiências de instauração dos princípios neoliberais na América Latina, Argentina e Venezuela, seus principais reflexos socioeconômicos e a construção de alternativas que recuperam o protagonismo do Estado como propulsor do desenvolvimento. A combinação de diversos elementos recorrentes na história política da América Latina, tais como os constantes e agudos distúrbios socioeconômicos e a fragilidade das instituições, constituíram um terreno fértil para que se implementasse de maneira acrítica um conjunto de políticas de caráter ortodoxo que levariam a um dos mais profundos processos de concentração de renda já existentes na história do sistema capitalista. O esgotamento deste modelo, no entanto, evidenciado pelos massivos protestos populares que tomaram as ruas das principais cidades argentinas e venezuelanas, assim como pelo risco que representou de que novas rupturas democráticas ocorressem nestes países, criou o cenário necessário para que projetos políticos progressistas encabeçados por *outsiders* da política nacional chegassem ao poder. As vitórias eleitorais de Hugo Chávez na Venezuela e de Néstor Kirchner na Argentina foram, então, a expressão não apenas do fracasso do neoliberalismo como modelo econômico na América Latina, como também da certeza de que os problemas sociais não podiam ser resolvidos por outro ator que não o Estado. A profundidade das reformas que foram promovidas por estes governos não nos impede, no entanto, de reconhecer as contradições que engendram e o bastante limitado êxito que tiveram suas iniciativas de transformar as estruturas econômicas dos seus respectivos países. É, por tanto, fundamental que busquemos compreender a estes fenômenos de maneira profunda e esta investigação representa um esforço neste sentido. O presente trabalho busca, portanto, comparar os projetos nacionais desenvolvidos na Argentina e na Venezuela entre 2003 e 2013 com o fim de observar se, de fato, tais processos apresentam importante grau de flexibilização do neoliberalismo, ademais de analisar se a construção dos novos arranjos econômicos, sociais e partidários nestes países nos permitem afirmar que a Argentina e a Venezuela caminham em direção à implementação de um modelo econômico que possa ser caracterizado como neodesenvolvimentista.

Palavras-Chave: Argentina, Venezuela, Estado, Neoliberalismo.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Fabiana. The Overcoming of the Neoliberal Paradigm do Paradigma Neoliberal in Latin America: An Comparative Analysis between the Kirchnerist Argentina and the Bolivarian Venezuela (2003-2013). 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This present work intends to compare two experiences of establishment of neoliberal principles on Latin America, Argentina and Venezuela, its main socioeconomic reflections and the construction of alternatives that retrieve the role of the State as the propeller of the development. The combination of several recurring elements in the political history of Latin America, such as the constant and acute socioeconomic disturbances and the fragility of the institutions, composed a fertile ground for the implementation in an acritic manner a set of orthodoxy character policies that led to one of the most deep processes of income concentration ever existent in the history of the capitalist system. The depletion of this model, however, evidenced by the massive popular protests which took the streets of the main cities of Argentina and Venezuela, as well as by the risk it represented if new democratic ruptures occurred in those countries, created the necessary scenery for progressionist political projects headed by outsiders of the national politic to arrive into the power. The electoral victories of Hugo Chávez in Venezuela and Néstor Kirchner in Argentina were, then, the expression not only of the failure of neoliberalism as an economic model in Latin America, as well as the certitude that social problems could not be solved by other actors besides the State. The depth of the reforms promoted by these governments does not inhibit us, however, from acknowledging the contradictions that engender and the very limited outcome their initiatives to transform the economic structures of its respective countries had. It is, therefore, imperative seeking to comprehend these phenomena in a deeper manner and this investigation represents an effort in that direction. Hence, the present work seeks to compare the national projects developed in Argentina and Venezuela between 2003 and 2013 as a way to observe if, de facto, such projects present an important degree of flexibility of the neoliberalism, besides analyzing if the construction of new economic, social and party arrangements in these countries allow us to state that Argentina and Venezuela move towards the implementation of an economic model that can be characterized as neodevelopmentist.

Keywords: Argentina; Venezuela; State; Neoliberalism.

RESÚMEN

OLIVEIRA, Fabiana. **La Superación del Paradigma Neoliberal en América Latina: un Análisis Comparado entre la Argentina Kirchnerista y la Venezuela Bolivariana (2003-2013)**. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

El presente trabajo se propone a comparar dos experiencias de instauración de los principios neoliberales en América Latina, Argentina y Venezuela, sus principales reflejos socioeconómicos y la construcción de alternativas que recuperan el protagonismo del Estado como propulsor del desarrollo. La combinación de diversos elementos recurrentes en la historia política de la América Latina, tales como los constantes y agudos disturbios socioeconómicos y la fragilidad de las instituciones, constituyeron un terreno fértil para que se fuera implementando de manera acrítica un conjunto de políticas de carácter ortodoxo que llevarían a uno de los más profundos procesos de concentración de ingreso ya existentes en la historia del sistema capitalista. Sin embargo, el agotamiento de este modelo - evidenciado por las masivas protestas populares que tomaron las calles de las principales ciudades argentinas y venezolanas, así como también por el riesgo que ha representado de que nuevas rupturas democráticas ocurriesen en estos países - ha creado el escenario necesario para que proyectos políticos progresistas encabezados por *outsiders* de la política nacional pudieran llegar al poder. Las victorias electorales de Hugo Chávez en Venezuela y de Néstor Kirchner en la Argentina fueron, entonces, la expresión no solamente del fracaso del neoliberalismo como modelo económico en la América Latina, como también de la seguridad de que los problemas sociales no pueden ser resueltos por otro actor que no el Estado. La profundidad de las reformas que han sido promovidas por estos gobiernos no nos impide, sin embargo, de reconocer las contradicciones que engendran y el éxito muy limitado que tuvieron sus iniciativas de transformar las estructuras económicas de sus respectivos países. Es, por lo tanto, fundamental que busquemos comprender a estos fenómenos de manera profunda y esta investigación representa un esfuerzo en este sentido. De esta manera, el presente trabajo busca comparar los proyectos nacionales desarrollados en la Argentina y en la Venezuela entre 2003 y 2013 con el fin de observar si, de hecho, tales procesos presentan un considerable grado de flexibilización del neoliberalismo, además de analizar si la construcción de los nuevos ordenes económicos, sociales e partidarios en estos países nos permiten afirmar que Argentina y Venezuela caminan en dirección a la implementación de un modelo económico que pueda ser caracterizado como neo-desarrollista.

Palabras-Clave: Argentina, Venezuela, Estado, Neoliberalismo.

ÍNDICE

Introdução	01
1. AUTORITARISMO E CONSERVADORISMO NA CULTURA POLÍTICA DA ARGENTINA E VENEZUELA	07
1.1. ARGENTINA: ENTRE O CAOS CÍVICO E MILITAR	15
1.1.1. Mudanças Político-Institucionais Recentes na Argentina	29
1.2. VENEZUELA: DA TRADIÇÃO MILITARISTA À REVOLUÇÃO PELAS URNAS	32
1.1.1. O Pacto de Punto Fijo como Expressão do Acordo entre as Elites	41
2. AJUSTE ESTRUTURAL E NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA E VENEZUELA	49
2.1. ARGENTINA: RESULTADOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DA ORTODOXIA NEOLIBERAL	60
2.1.1. O <i>Corralito</i> , os <i>Cacerolazos</i> e o Curto Governo de Fernando de la Rúa	68
2.1.2. “Cinco Presidentes em uma Semana”: As Tentativas de Contenção da Crise	70
2.2. VENEZUELA: CRISE DA ECONOMIA RENTISTA, ESGOTAMENTO DO PACTO DE PUNTO FIJO E HECATOMBE SOCIAL	73
2.2.1. Da Economia Tropical ao Rentismo Petrolero	75
2.2.2. Os Ajustes Estruturantes dos Anos 1980	80
2.2.3. O Caracazo como Auge da Crise Política, Econômica e Social na Venezuela	83
2.2.4. Os Ajustes Estruturais de 1990 e o Declínio do Modelo Neoliberal na Venezuela	85
3. A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E O SOCIALISMO DO SÉCULO XXI: SUPERAÇÃO OU FLEXIBILIZAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL	89
3.1. A PRIMEIRA VITÓRIA ELEITORAL DE HUGO CHÁVEZ E A REFORMA CONSTITUCIONAL.....	90
3.1.1. A Reforma Constitucional de 1999	93
3.1.2. O Golpe de Abril de 2002	94
3.2. O NOVO PROGRAMA ECONÔMICO E SOCIAL	97
3.2.1. As Missões Bolivarianas	101
3.3. BOLIVARIANISMO E A PROPOSTA DO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI:UM ENSAIO DE FLEXIBILIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO?	104
4. O “PROJETO NACIONAL E POPULAR” KIRCHNERISTA: RETOMADA DO NACIONALISMO ECONÔMICO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA ARGENTINA.....	109
4.1. A RECONSTRUÇÃO DA GOVERNABILIDADE E A REINVENÇÃO DO PERONISMO	112
4.1.1. O Governo de Néstor Kirchner e as Disputas Internas do Peronismo	114

4.1.2. O Auge de Cristina Fernández de Kirchner e as Disputas Internas do Peronismo	119
4.2. CONSENSO DE BUENOS AIRES EM SUBSTITUIÇÃO AO CONSENSO DE WASHINGTON	123
4.2.1. A Luta Contra a Pobreza e a Desigualdade na Argentina.....	129
Considerações Finais.....	136
Referências Bibliográficas	145

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1. Evolução da Dívida Externa da América Latina	51
2. Taxa de Desemprego na Argentina de 1980 a 2006 (em %)	66
3. Taxa de Pobreza na Grande Buenos Aires de 1991 a 2002 (em %)	68
4. Produto Industrial Bruto da Venezuela, 1973-1979 (Taxa Interanual de Crescimento)	79
5. Renda Petroleira Per Capita, 1950-2006.....	102
6. PIB Argentino (em Milhões de Pesos de 1993)	125
7. Balança Comercial da Argentina, 1992/2006 (US\$ milhões)	126
8. Desigualdade na Argentina, 1992-2004.....	130
7. Pobreza e Crescimento Econômico na Argentina, 1992-2005	134

ÍNDICE DE QUADROS

1. América Latina: Resumo de Reformas de Política Econômica na Década de 1980	54
2. PIB per capita para Países Selecionados da América Latina – 1950-2000 (em Dólares)	55
3. América Latina: Desemprego Aberto Urbano	57
4. Pobreza e Indigência por Países, 1990-1997 (em %)	58
5. América Latina (21 países): Gasto Público Social como Porcentagem do PIB	59
6. Composição das Exportações Venezuelanas, 1920-1935 (Milhões em Bolívars)	76
7. Evolução do PIB, 1996-2006	99
8. Alguns Indicadores Socioeconômicos, 2003-2006	100
9. Indicadores Sociais Durante do Governo de Néstor Kirchner	130

INTRODUÇÃO

O atual momento político que se observa na Argentina e na Venezuela, para ser melhor compreendido, exige a observação de um processo político iniciado ainda na década de 1930. Foi a partir da crise de 1929 evidenciou a necessidade de que o Estado tomasse para si a responsabilidade sobre a transformação da estrutura econômica do país, assumindo um papel desenvolvimentista e atuando de maneira protagônica frente aos assuntos considerados mais importantes pela sociedade. Este período estadocêntrico estendeu-se até os anos 1970, quando permaneceram sob o controle do Estado não apenas os mecanismos políticos e econômicos (partidos-Estado, megaempresas estatais), mas também os sociais (sindicatos). Tamanha concentração de poder em mãos do Estado fatalmente favorecia o aparecimento do autoritarismo, impregnado da cultura política de ambos os países antes mesmo da consolidação do Estado nacional.

Neste período, o Estado atuou como regulador, empresário, como integrador de novas parcelas de classe à disputa política e como árbitro frente aos conflitivos interesses das classes sociais. Assim, em tempos de ciclos expansivos do capitalismo, os lucros dos produtos primários e das manufaturas exportadas pela Argentina ou do petróleo extraído na Venezuela garantiam a acumulação do capital, mas também permitiam que as tensões sociais fossem atenuadas através da concessão, por parte do Estado, de uma série de direitos sociais.

A manutenção deste tipo de modelo político, econômico e social, tanto em períodos democráticos quanto em períodos autoritários, exigia a existência de um Estado forte e que concentrasse todos os poderes através de seus chefes de governo, os presidentes. O hiperpresidencialismo, termo utilizado por Carlos Nino (1992) para referir-se especificamente à Argentina, pode ser, então, uma característica de muitos países latino-americanos. Ainda que seja responsável por dotar o sistema político de maior dinamismo, o hiperpresidencialismo apresenta diversos aspectos negativos, principalmente devido à debilidade que este traço impõe ao sistema político, podendo

transformar uma crise presidencial em uma crise de Estado – o que ocorre devido ao fato de que as instituições não são fortes o suficiente para garantir a continuidade de um governo quando este comete graves erros ou quando o esgotamento de um ciclo de crescimento econômico afeta duramente a qualidade de vida da população -, e por, em algumas situações, confundir a própria luta política com os interesses do Estado.

As crises fiscais dos anos 1980 e 1990 mostraram a impossibilidade da manutenção do modelo estadocêntrico. Acusado de ineficiente e populista, colapsado e desprestigiado, o Estado foi apontado pelos teóricos neoliberais e seus seguidores como o inimigo a ser, se não combatido, ao menos minimizado, com o fim de dar espaço a uma “profunda e modernizante” reestruturação econômica e política. As crises fiscais e macroeconômicas foram as desculpas utilizadas para que a hegemonia neoliberal se impusesse e para que a mais simples ideia de desenvolvimentista fosse rapidamente rotulada de anacrônica e populista, disfarçando um dos mais profundos processos de concentração de renda já existentes na história do sistema capitalista.

A nova dinâmica imposta pelas políticas de austeridade ruiu em muito pouco tempo as estruturas políticas, sociais e econômicas sobre as quais estas sociedades se haviam sentado nas últimas décadas, provocando a perda da qualidade dos serviços públicos e dos mecanismos de homogeneidade social. O quase que total desaparecimento do Estado como ator capaz de estruturar as múltiplas demandas dos diversos grupos sociais terminou por implicar no aumento das tensões e dos conflitos sociais, atingindo seu ápice com o *caracazo* venezuelano e os *cacerolazos* argentinos.

A chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela e de Néstor Kirchner na Argentina foram, então, a expressão não apenas do fracasso do neoliberalismo como modelo econômico na América Latina, como também da certeza de que os problemas sociais não podem ser resolvidos por outro ator que não o Estado. Neste contexto, a vitória eleitoral de projetos políticos progressistas foi um fenômeno de suma importância para que o Estado, ainda que sem romper completamente com os preceitos que caracterizaram o

neoliberalismo, recuperasse a sua função de articulador das relações sociais e políticas, assim como sua capacidade desenvolvimentista.

Na Argentina, a crise social, que chegara ao seu momento mais agudo em 2001, e a crise de representação partidária fizeram com que apenas uma candidatura que condensasse a crítica ao menemismo, ao governo da Aliança e aos organismos financeiros internacionais fosse viável. O contexto de fragmentação do peronismo, que concorrera às eleições com três candidatos, e também do radicalismo, que perdera seus principais quadros, a posterior desistência de Carlos Menem e o próprio perfil de *outsider* de Néstor Kirchner permitiram que o Partido Justicialista voltasse ao poder na Argentina.

A transição se deu através da manutenção de diversos nomes que haviam conformado o gabinete duhaldista, até que o ganho de popularidade apresentado por Kirchner lhe permitiu criar sua própria tendência no Partido Justicialista, a qual convencionalmente chamam de *kirchnerismo*.

Apoiado em uma orientação refundadora, Néstor Kirchner – e, posteriormente, Cristina Kirchner – logrou restaurar a autoridade presidencial, reorganizar o justicialismo em torno de uma liderança forte e aproveitou-se de um contexto internacional favorável para recuperar elementos tradicionais da matriz sociopolítica e econômica do peronismo. No campo internacional, a estratégia adotada foi a do confronto com os grandes organismos financeiros internacionais e do fortalecimento das reclamações quanto a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, ao mesmo tempo em que se adotada uma postura claramente integracionista, observada na contribuição por parte da Argentina para o fortalecimento dos espaços de concertação política regional.

O sistema democrático venezuelano, por sua vez, historicamente se mostrou um dos mais estáveis da América Latina. Equilibrado sobre um acordo entre a elite política do país, o chamado Pacto de Punto Fijo, os dois principais partidos do país, a Ação Democrática e a COPEI, se revezaram no poder desde 1958. A alternância no poder, o bipartidarismo e as eleições livres com alta participação popular davam à Venezuela a aparência democrática mesmo em um momento em que todo o subcontinente estivera imerso em ditaduras cívico-militares. Os acontecimentos de 1989 representaram, no entanto, a

principal crise do sistema puntofijista, levando à posterior ruptura do mesmo e ao desaparecimento dos partidos tradicionais da política venezuelana como reais alternativas eleitorais. A decadência da Ação Democrática e da COPEI teve seu início não apenas com os massivos protestos populares, roubos e saques que caracterizaram o *caracazo*, mas também com as tentativas golpistas de fevereiro e de novembro de 1992. Assim, enquanto que na Argentina os principais partidos lograram sobreviver, ainda que tornando-se não mais do que a sombra do que haviam sido no passado, na Venezuela a crise socioeconômica provocou o desmoronamento das estruturas do bipartidarismo que haviam assegurado estabilidade política ao país durante décadas. Estava posto, assim, o ambiente propício para o surgimento de um nome que viesse de fora do bipartidarismo e que fosse capaz de articular o discurso de renovação política com a retomada do Estado como promotor do bem-estar econômico.

A vitória eleitoral de Hugo Chávez em 1998, mesmo contando com apenas 32% dos votos em um sufrágio marcado pelo abstencionismo, representou um profundo realinhamento na política venezuelana. Uma vez no poder, no entanto, Chávez encontrou pouca resistência para levar a cabo a formulação de uma nova constituição e a promoção de uma das mais intensas reformas políticas já observadas na história do país. A nova constituição, por sua vez, recuperava o compromisso do Estado com a garantia de melhor qualidade de vida aos cidadãos através das mais diversas políticas públicas e o protagonismo da estatal Petroleos de Venezuela (PDVSA) como impulsor do desenvolvimento nacional.

É inegável, então, que a América Latina viveu, neste início de século, experiências marcadas pelas novas dinâmicas políticas que se instalaram na região. Os governos de Hugo Chávez e de Néstor e Cristina Kirchner promoveram importantes transformações na estrutura socioeconômica de seus países, o que inevitavelmente resulta em reflexos nos próprios arranjos políticos e ideológicos sobre os quais se sentam as sociedades em questão. A profundidade das reformas que foram promovidas por estes governos não nos impede, no entanto, de reconhecer as contradições que engendram e o bastante limitado êxito que tiveram suas iniciativas de transformar as estruturas

econômicas dos seus respectivos países. É, por tanto, fundamental que busquemos compreendê-las de maneira profunda e esta investigação representa um esforço neste sentido.

Analisar o kirchnerismo e o bolivarianismo são objetivos que implicam em grandes dificuldades, não apenas devido à pouca distância temporal que ainda existe com relação a estes fenômenos da política latino-americana, mas principalmente devido à variedade e intensidade de opiniões que são capazes de gerar entre os seus observadores. Este estudo pretende, portanto, propor uma discussão capaz de compreender mais que os aspectos tidos como “polêmicos” a respeito destes processos políticos, através de um melhor entendimento a respeito também dos elementos característicos das sociedades venezuelana e argentina que poderiam explicar os diferentes resultados obtidos após dez anos do início de seus novos ciclos progressistas.

Por fim, este trabalho também busca observar quão próximos estão os projetos nacionais desenvolvidos na Argentina e na Venezuela de 2003 a 2013 da flexibilização ou mesmo da superação do modelo neoliberal. Para tanto, partimos do pressuposto de que o modelo econômico vigente nos anos 1980 e 1990 em toda a América Latina teve como marco do seu esgotamento as massivas revoltas populares e o consequente desmoronamento de sistemas político-institucionais tradicionais. Trata-se, por suposto, de um momento de transição, em que os países latino-americanos apresentam, em maior ou menor medida, a construção de novos arranjos econômicos, sociais e partidários, sem que, no entanto, se tenha superado plenamente o modelo anterior.

Para tanto, primeiramente foram estabelecidas as definições conceituais que sustentam as ideias aqui expostas, principalmente os conceitos de autoritarismo, populismo e neoliberalismo que, de tão repetidos, terminaram esvaziados de seu real sentido. Para tanto, se recorreu à revisão dos principais teóricos e da literatura produzida sobre o tema. O capítulo 1, “Autoritarismo e Conservadorismo na Cultura Política da Argentina e Venezuela”, realiza uma breve análise estrutural das sociedades argentina e venezuelana através da observação de seu processo histórico no que diz respeito ao autoritarismo

como parte da cultura política destes países. O objetivo é compreender como se construiu a cultura política cujos rasgos posteriormente se fariam presentes também no kirchnerismo e no bolivarianismo, assim como melhor entender como se deu a edificação de estruturas políticas, institucionais e partidárias que dariam claros sinais de esgotamento entre os anos de 1990 e 2000. Também pretendemos demonstrar que os adjetivos costumeiramente utilizados para rotular tanto ao governo de Chávez quanto ao de Néstor e Cristina Kirchner – autoritários, populistas, personalistas, etc. – são tradicionais da própria política destes países, estando historicamente presentes, em maior ou menor grau, em governos das mais distintas orientações políticas.

O capítulo 2, “Estado e Neoliberalismo na Argentina e Venezuela”, traz a discussão sobre a chamada “modernização econômica” realizada na América Latina entre as décadas de 1970 e 1990 e as transformações que esta provocou no caráter estrutural e institucional dos Estados argentino e venezuelano e nos sistemas partidários então vigentes. O Objetivo é chegar a uma maior compreensão, baseada na literatura existente, a respeito de como se deu a reforma do Estado e o trânsito da esfera pública para a privada, analisando os efeitos de tal cambio em suas respectivas sociedades.

Os capítulos 3 e 4, “A Revolução Bolivariana e o Socialismo do Século XXI: Superação ou Flexibilização do Modelo Neoliberal?” e “O Projeto Nacional e Popular Kirchnerista: Retomada do Nacionalismo e das Políticas Sociais na Argentina”, respectivamente, se propõem a analisar as rupturas que a implantação dos dois novos projetos nacionais – a Revolução Bolivariana, na Venezuela, e o Projeto Nacional e Popular, na Argentina – possam ter promovido com relação aos esquemas políticos então vigentes. Compreender como se deu tal processo, comparar as especificidades de cada um, assim como as suas aproximações e distanciamentos, é um dos objetivos destes capítulos, de maneira a possibilitar maior entendimento sobre como as distintas realidades contribuíram para que ocorra maior ou menor grau de profundidade nas mudanças político-sociais e no próprio caráter do Estado.

1. AUTORITARISMO E CONSERVADORISMO NA CULTURA POLÍTICA DA ARGENTINA E VENEZUELA

Quando se observa a história política da América Latina desde uma perspectiva comparada, é possível identificar certas tendências comuns a grande parte dos países da região. Logo das guerras de independência, parte considerável das novas nações esteve imersa em guerras civis que geralmente opunham elites liberais e elites conservadoras. Deste contexto surgiu o caudilho, um tipo de líder que esteve presente em algum momento da história de muitos países latino-americanos (OÑORO, 2012).

Al examinar el siglo XX, se encuentra – por citar tan solo a algunos – a López de Santa Anna, fuerte presencia política y gobernante intermitente de México, entre 1833 y 1855, haciéndose llamar “Su Alteza Serenísima”; De Rosas en Argentina, quien gobierna entre 1835-1852, se autoproclama “Tirano ungido por Dios para salvar la Patria”; el Doctor Francia en Paraguay, quien obliga a que lo llamen “El Supremo” y gobierna el país entre 1814 y 1840; José Antonio Páez en Venezuela, presidente en tres ocasiones entre 1830 y 1863; Carrera en Guatemala, quien en su segundo período se constituye como presidente vitalicio y ocupa el cargo hasta que muere en 1865 (idem, p.25).

O caudilhismo se manifestava como a expressão do único poder real, geralmente apoiado em sua relativa capacidade militar, diante da crise de um Estado nacional em formação e da ausência de um governo central forte. Muitos dos caudilhos terminaram por tornarem-se governadores e, ao atuarem de forma a defender os interesses e a autonomia de suas regiões, ganhavam também protagonismo nacional. Surgidos nas províncias, os caudilhos estavam também mais próximos aos problemas da população local, o que lhes dotava de algum grau de liderança carismática.

Mesmo superadas as guerras civis, o fenômeno caudilhista permaneceu presente após a consolidação dos Estados nacionais na América Latina e exemplos disso são Porfírio Díaz no México (1877-1910), Juan Vicente Gómez na Venezuela (1908-1935) e Hipólito Yrigoyen na Argentina (1916-1922 e 1928-1930). Segundo Diederich (1979), também poderiam ser assim classificados Juan D. Perón na Argentina (1946-1952, 1952-1955 e 1973-1974) e Getúlio Vargas no Brasil (1930-1945 e 1951-1954). No entanto, o conceito de caudilhismo também é alvo de amplo debate e, como recorda Castro (2007),

mesmo os líderes anteriormente citados são muito diferentes entre si em aspectos ideológicos, em apoio e legitimação popular e em seus graus de autoritarismo.

El término “caudillo” es tan elástico a la hora de su uso, que se refiere a una cantidad de personalidades similares pero con grandes diferencias. En este sentido, “caudillos” han sido Villa y Zapata; Morazán y Sandino; Páez y Moreno; Santa Anna, Obregón y Díaz; De Rosas y Rodríguez de Francia; Perón y Vargas; Trujillo y Stroessner y tantos otros que no escaparon al título [...]. Basta decir, entonces, que cuando nos referimos al caudillo, señalamos a quienes ejercen un liderazgo especial por sus condiciones personales; que surge cuando la sociedad deja de tener confianza en las instituciones. Pesa más que sus propios partidos, tanto que a veces los aplastan (CASTRO, 2007, p.10-11).

Castro (idem) ainda aponta para uma linha divisória que separaria os caudilhos “antigos” dos “novos”. Assim, seria uma característica do velho caudilhismo a inexistente ideia do significado da legitimidade, enquanto que o novo caudilhismo se utilizaria de métodos democráticos para se legitimar, assim como dos recursos estatais para manter o apoio popular. Segundo Oñoro (2012), o fenômeno se deve também ao fato de que o poder esteve historicamente concentrado em mãos de oligarquias nacionais, impedindo o surgimento de novas opções políticas, o que posteriormente resultaria na aparição de figuras carismáticas que prometem transformações nas relações de poder e a integração das massas ao jogo político.

Segundo Oñoro (2012) as principais características das lideranças caudilhas são a origem militar – ou o forte apoio militar de que gozam -, presença de líder carismático ao estilo weberiano e que exerce a liderança em estilo personalista, governo paternalista e centralizador, a presença do continuísmo (longos mandatos), governo com traços autocráticos, supressão da oposição, a liderança ou seu círculo de amigos e familiares sofrem acusações de enriquecimento ilícito. Outros autores, entretanto, afirmam que estas características podem ser mais facilmente encontradas em regimes presidencialistas, uma vez que estes possuem maior tendência ao autoritarismo, ao personalismo e à polarização política (LINZ & VALENZUELA,

1994) e também contribuem para a debilidade dos partidos políticos (RIGGS apud OÑORO, 2012).

Costumeiramente lideranças políticas são rotuladas de caudilhistas, populistas, autoritárias e personalistas, mas estas características podem ser melhor entendidas quando vistas como reflexo da própria cultura política dos países da região. Desta forma, melhor se explicaria, então, a presença de alguns destes elementos em governos tão diferentes entre si como o foram os de Carlos Menem (1989-1999) e de Néstor Kirchner (2003-2007) ou os de Carlos Andrés Pérez (1974-1979 e 1989-1993) e Hugo Chávez (1999-2013).

Autoritarismo, por sua vez, também é um conceito alvo de grande debate. Arendt (1989), tratando de diferenciar autoritarismo de totalitarismo, afirma que o primeiro apresenta uma espécie de pluralismo limitado, que conta com a presença de uma oposição, ainda que esta seja débil. Mesmo as liberdades, em um regime autoritário, podem ser limitadas e restringidas, mas não eliminadas. Almond e Powell (1966), por sua vez, definem autoritarismo como um regime com alta concentração de poder no Executivo, o que se deveria ao baixo nível de cultura política da sociedade em questão. O'Donnel (1982), por sua vez, explica que foi a forma como se deu a inserção das massas na política latino-americana o que levou a que as elites adotassem o autoritarismo como solução frente às novas demandas.

Buscando elementos comunes entre los diferentes autores para una definición mínima, el autoritarismo, en suma, se asocia a la concentración y a la centralización del poder en el ejecutivo, por parte de un individuo o grupo reducido y el predominio de este sobre un legislativo débil o inexistente, aunado por la pérdida de poder punitivo por parte de la rama judicial. Todo lo anterior acompañado y respaldado de un proceso de desinstitucionalización (OÑORO, 2012, p.22).

Analisando a presença do autoritarismo na cultura política latino-americana, O'Donnel (1994) utiliza a ideia de “democracias delegativas” para descrever uma espécie de variação da democracia liberal, mas que não se relaciona com o precedente autoritarismo e nem com sua transição. Segundo O'Donnel, a democracia recentemente reinstalada na Argentina cumpre com os

critérios que utiliza Robert Dahl para definir uma poliarquia¹, mas não é uma democracia representativa e sim um exemplo de democracia delegativa.

Las DDs [democracias delegativas] no son democracias consolidadas – es decir, institucionalizadas, pero pueden ser *duraderas*. En muchos casos, no se observan señales de una amenaza inminente de regresión autoritaria, ni de progresos hacia una democracia representativa. [...] Existe un importante efecto de interacción. La profunda crisis social y económica que la mayoría de estos gobiernos heredaron de sus predecesores autoritarios refuerza ciertas prácticas y concepciones acerca del ejercicio adecuado de las autoridades políticas, que conducen hacia la democracia delegativa, no a la representativa (O'Donnel, 1994, p.56).

Ainda segundo O'Donnel, a representação necessariamente apresenta a delegação como um de seus elementos e as democracias delegativas contam com presidentes que, geralmente, são mais importantes do que os partidos políticos e os interesses organizados. Ela é mais democrática e menos liberal do que a democracia representativa, pois é fortemente majoritária. Assim, “mediante elecciones limpias una mayoría que faculta a alguien para convertirse, durante un determinado número de años, en la encarnación y el intérprete de los altos intereses de la nación (1994, p.61).” Para o autor, o principal aspecto que diferencia as duas variações da democracia é a institucionalidade. Enquanto a democracia representativa apresenta uma série de poderes relativamente autônomos – o que a torna lenta e, às vezes, estancada, mas também mais imune a que apenas um indivíduo seja responsabilizado pelos erros -, a democracia delegativa apresenta uma institucionalização mais débil, concentrando no presidente as decisões e a responsabilidade pelos resultados.

Ya sea debido a la cultura, la tradición, o el aprendizaje estructurado a través de la historia, las tendencias plebiscitarias de la democracia delegativa eran perceptibles en la mayoría de los países latinoamericanos – y en muchos países poscomunistas, asiáticos y africanos – mucho antes de la presente crisis social y económica. Este tipo de gobierno ha sido analizado como un capítulo del estudio del autoritarismo, bajo nombres como cesarismo,

¹ Para Dahl (2012), poliarquia é a pulverização de influências que resulta de uma menor participação popular e mais amplo controle de outros grupos sociais sobre os líderes políticos - ainda que sigam presentes as eleições livres, a universalidade do direito ao voto e de concorrer a cargos públicos - algo característico das democracias contemporâneas.

bonapartismo, caudillismo, populismo y otros similares. Pero también debiera considerarse como un tipo peculiar de democracia que se traslapa y difiere de tales formas autoritarias de un modo interesante (O'Donnel, 1994, p.63).

Para O'Donnel (idem), são estes traços, que também se permitem ver na cultura política argentina, o que explica os acontecidos a partir da redemocratização. Segundo o autor, é justamente o fato de a Argentina ser um claro caso de democracia delegada, uma vez que seu Legislativo está debilmente organizado e que não se vê a observância das restrições constitucionais, ademais do forte centralismo no Executivo, criou as condições para que os presidentes que ocuparam a Casa Rosada a partir de 1983 adotassem uma série de medidas impopulares e que reprimissem de maneira brutal os protestos que tomaram o país. Segundo o autor, a Argentina de 1983-2001 e o Uruguai do mesmo período são exemplos que ilustram suas definições de democracia delegativa e democracia representativa.

Outro fenômeno presente na história política latino-americana é o militarismo. Na Argentina, entre o período de 1930 a 1957, oito dos dez presidentes que comandaram o país eram provenientes das Forças Armadas (LIEUWEN, 1964).

Segundo Johnson (1964), o militarismo pode ser definido como o domínio dos militares em relação aos civis, momento em que os primeiros transcendem sua função objetivamente militar e assumem uma participação política. É resíduo das guerras de independência e da falta de unidade civil que as seguiu, tornando-se característica marcante da política latino-americana. Entre o período que se estende de 1945 a 1957, apenas cinco regimes não haviam sucumbido frente às pressões militares na região.

[...] a militarização dos sistemas políticos latino-americanos não é recente, ainda que na realidade não seja contínua nem consubstancial à ordem política dos países independentes do subcontinente. Em 1954, de vinte países latino-americanos, treze eram governados por militares. Em 1980, dois terços da população total da América considerada latina viviam em países de regimes militares ou sob o domínio militar. Na América do Sul, mais ou menos na mesma época, isto é, antes da volta dos civis ao poder no Peru e no Equador, oito nações, representando mais de quatro quintos do território, eram governadas por oficiais militares que

receberam o poder das forças armadas ou através de golpes mais ou menos recentes (ROUQUIÉ, 1984, p.XIV).

Motivados por ambições políticas ou simplesmente para manter o *status quo*, a intervenção militar se deu na região em contextos de considerável caos político e de nova correlação de forças internas. Os ciclos autoritários na América Latina foram iniciados em nome dos interesses de uma oligarquia tradicional na Argentina de 1930, mas também como autoproclamados defensores dos interesses das massas que emergiam como atores políticos na Venezuela de 1945. No caso argentino, foi ainda no contexto de independência que os militares ingressaram na política como atores dotados de grande importância.

Quando surgiram disputas entre os privilegiados e os exércitos saíram em campo, as massas cerraram as fileiras. Muitas vezes foram arrancadas de suas famílias e levadas ao serviço militar, mas nem sempre. Entre elas se encontravam, com frequência, os aventureiros e os indisciplinados – os *llaneros* da Venezuela e os gaúchos da Argentina constituem os exemplos mais notórios – que ambicionavam a oportunidade de trocar uma jornada de uns poucos centavos pela possibilidade de uma vitória seguida de pilhagem e roubo (JOHNSON, 1964, p.43).

Para este autor, foram as longas guerras de independência e os sangrentos conflitos posteriores a ela que teriam levado ao surgimento de uma considerável brutalidade e à crença na solução das divergências pela via armada. Assim, perdeu-se o conceito de obediência militar ao Estado.

Até 1930, as forças armadas latino-americanas podiam ser, de uma forma geral, definidas como apolíticas e os exércitos nacionais atuavam como instrumentos das mais diversas expressões de caudilhismo presentes na região. Após esta data, no entanto, o militarismo na América Latina desempenhou papel cada vez mais protagonista devido, dentre outras razões, à rápida urbanização dos países e ao contexto de ascensão do fascismo e de bipolarização do mundo durante a Guerra Fria².

² Entre 1945 e 1955, a população urbana da Venezuela aumentou em 57%, enquanto que a população urbana na Argentina já representava 63% do total. Os contrastes sociais, tão característicos das grandes cidades, somados à chegada de novas ideias com conteúdo sindicalista, tornavam as cidades um espaço de grandes tensões. O contexto internacional mais belicoso, por sua vez, também influenciou consideravelmente na transformação das forças armadas latino-americanas - devido à maior

O militarismo posterior a 1930, portanto, foi muito mais profundo do que no passado. Foi muito mais complexo, pois a ele se juntaram novas forças sociais (grupos trabalhistas e da classe média) e novos fatores militares (pracinhas e forças aéreas politicamente influentes). Assim, os defensores da velha ditadura militar apoiada apenas pela oligarquia latifundiária, o alto clero, e frequentemente pelos investidores estrangeiros, tiveram de enfrentar um tipo totalmente novo de concorrente militar em busca do poder político (LIEUWEN, 1964, p.12).

Diferente, então, do período da independência, quando os militares, uma vez no poder, atuavam como instrumentos dos latifundiários ao adotar uma ortodoxia política baseada no conformismo social e econômico (JOHNSON, 1964), neste novo período de autoritarismo os militares não se tornavam chefes de uma revolução por simples iniciativa individual, mas representavam a oficiais inferiores do Exército, que se concentravam em um grupo conspirador. Exemplos disso foram o Grupo dos Oficiais Unidos, na Argentina, e a União Patriótica Militar na Venezuela. Em ambos os casos, os jovens oficiais conquistaram o poder quase que de maneira messiânica. Os discursos passaram a incluir as ideias de nacionalismo econômico, reconstruir e modernizar a economia, apoiar a reforma agrária, reduzir o poder dos capitalistas estrangeiros e garantir as reformas sociais que os trabalhadores demandavam (LIEUWEN, 1964).

Lieuwen (idem), ainda discorrendo acerca do que chama de “revoluções do século XX” e sobre seu caráter, afirma que é preciso observar as forças que as apoiavam, assim como seus programas. De uma forma geral, elas teriam derivado de crises no interior das Forças Armadas, levando os oficiais inferiores a se aproximarem de políticos representantes das camadas populares, como no Chile de 1925, Brasil de 1930, Argentina de 1943 e Venezuela de 1945. No entanto, também havia as “revoluções palacianas”, quando a transformação era superficial e nenhuma reforma econômica e social ocorria, como na Argentina de 1930, na Bolívia de 1946 e no Peru de 1948.

Até o aparecimento dos jovens oficiais de espírito reformista, os governos na América Latina pouca atenção haviam dado às massas. Estas se

interdependência que o comércio internacional e os fluxos de divisas haviam gerado -, resultando em importante modernização deste setor (JOHNSON, 1964).

beneficiaram, indubitavelmente, tanto no aspecto material como psicológico, das reformas sociais e econômicas adotadas pelos líderes militares de novo tipo. Embora estes não fossem praticantes da democracia autêntica, suas novas políticas tendiam a proporcionar maior igualdade de renda e de posição social, sem a qual a igualdade política jamais poderia ter uma base sólida, a longo prazo (LIEUWEN, 1964, p.23).

Existiu ainda um terceiro ciclo militarista na história recente da América Latina, que teve início com o golpe de Estado no Brasil, em 1964 e que pode ser compreendido através do conceito desenvolvido por O'Donnell (1982) de "autoritarismo burocrático". O autor propõe que o Estado, a partir deste terceiro ciclo militarista, trataria de anular os mecanismos políticos e econômicos que anteriormente haviam permitido uma organização minimamente autônoma dos setores populares das sociedades sul-americanas. Assim, as Forças Armadas substituíram a chamada "classe política tradicional", assumindo uma orientação eficientista e eliminando o Estado representativo que até então apresentava sinais de germinação, a competição eleitoral e a participação política dos grupos populares. Segundo O'Donnell (idem), a atuação dos tecnocratas civis e militares, em um primeiro momento, se centrava principalmente no objetivo de impulsionar a industrialização nacional. Logo da impossibilidade de que se desse continuidade ao modelo de substituição de importações, teve início uma nova crise fiscal, o que levaria os países sul-americanos a adotarem, em maior ou menor medida, políticas de "normalização econômica". Este novo momento esteve caracterizado por uma política econômica a cargo de tecnocratas, cuja atuação resultou, em muitos dos casos, em uma quase que total destruição da economia produtiva do país e em seu retorno à infância econômica. Ainda que excessivamente duros e defendidos como necessários, seus programas, que prometiam o rápido controle da inflação e equilíbrio das contas públicas, foram pouco exitosos. Como afirma O'Donnell (1981, p.217), "Solo queda como claro éxito de corto plazo la mejoría de la balanza de pagos, producto de los mejores saldos exportables que deja la caída del consumo interno y del ingreso de capitales desde el exterior".

Mesmo quando desempenhando um papel estabilizador ou desenvolvimentista, os aspectos predatórios das intervenções militares e dos

regimes democráticos de caráter autoritário superam consideravelmente os possíveis aspectos benéficos. É fato, também, que alguns países da região parecem gozar de relativa estabilidade institucional, quando comparado a seus vizinhos, o que poderia explicar que rupturas com a ordem sejam mais frequentes e/ou duradouras em uns do que em outros. Por fim, como recorda Cardoso³ (p.173), “Nem as instituições políticas dos regimes militares são semelhantes nos casos acima mencionados, nem as políticas econômicas são as mesmas”. Este capítulo se dedicará, então, a discorrer sobre as experiências autoritárias na Argentina e Venezuela a partir de 1930.

1.1. ARGENTINA: ENTRE O CAOS CÍVICO E O MILITAR

As três primeiras décadas do século XX foram de grandes transformações na estrutura social e política argentina. A chegada de um número ainda maior de imigrantes, os da segunda geração, a ascensão destes à classe média e a rápida identificação dos mesmos com o radicalismo foram, provavelmente, um dos principais elementos de inquietude geral. O Partido Autonomista Nacional (PAN), hegemônico na política argentina até a segunda metade dos anos 1910, vislumbrara seu próprio desaparecimento por não ser capaz de superar suas divisões internas ou mesmo de adaptar-se às transformações que a Ley Sáenz Peña⁴ impuseram ao sistema político do país. Soma-se a isso o início da I Guerra Mundial, que levou ao aumento dos preços das manufaturas e obstaculizou as exportações de cereais argentinos para o continente europeu, resultando em maior desemprego e em uma crise econômica que se tornaria ainda mais aguda com a quebra da bolsa de valores de 1929. As ideias que embasaram a Revolução Russa de 1917, por sua vez,

³ CARDOSO, F.H. Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/os_impasses_do_regime_autoritario.pdf. Acesso em 24 de dezembro de 2014.

⁴ Também chamada de “Ley General de Elecciones”, a lei sancionada em 1912 pelo presidente Roque Sáenz Peña trazia mecanismos que dificultavam a fraude eleitoral e que estabeleciam o sufrágio universal, secreto e obrigatório para todos os homens argentinos maiores a 18 anos, devolvendo ao Estado a legitimidade que vinha sendo questionada desde as insurreições de 1890.

também chegaram à Argentina, provocando uma série de greves entre os trabalhadores e levantes estudantis.

O programa político apresentado pela União Cívica Radical, uma fragmentação da União Cívica composta por seu setor mais conflituoso, e que chegou ao poder após a reforma político-eleitoral levada a cabo por Roque Sáenz Peña, representou uma tentativa de recuperar a legitimidade que o Estado nacional perdera após a crise de 1890 e os consequentes protestos populares. Foi a impotência do governo radical diante dos desafios que se desenhavam, no entanto, o que tornou impossível a manutenção da ordem na Argentina. Após chegar ao poder com a promessa de acabar com o regime conservador que havia antes de 1916 e assumindo a missão de “purificar” a vida argentina (ROMERO, 2006), Hipólito Yrigoyen terminou por dar continuidade a todas as velhas práticas políticas que tanto descontentamento haviam provocado anteriormente.

Apesar de avançar consideravelmente com sua proposta de federalismo e de fazer frente às oligarquias tradicionais, Yrigoyen foi incapaz de evitar que as províncias fossem dominadas por caudilhos locais.

El caudillo era un personaje de nuevo cuño, antiguo y moderno a un tiempo, primitivo o civilizado según su auditorio, demagógico o autoritario según las ocasiones; pero, sobre todo, era el que poseía influencia popular suficiente como para triunfar en las elecciones ejerciendo, como Yrigoyen, una protección paternal sobre sus adictos. A diferencia de los políticos conservadores, un poco ensobrecidos y distantes, el caudillo radical se preocupaba por el mantenimiento permanente de esta relación personal, de la que dependía su fuerza, y recorría al gesto premeditado de regalar su reloj o su propio abrigo cuando, se encontraba con un partidario necesitado, a quien ofrecía campechanamente un vaso de vino en cualquier cantina cercana, o se ocupaba de proveer médico y medicinas al correligionario enfermo, a cuya mujer entregaba después de la visita un billete acompañado de un protector abrazo. Y cuando llegaban las campañas electorales, ejercitaba una dialéctica florida llena de halagos para los sentimientos populares y rica en promesas para un futuro que no tardaría en llegar (ROMERO, 2006, p.54).

Utilizando das mesmas regras de jogo para competir com os conservadores, os radicais contribuíram, então, para a generalização do caudilhismo. Como resultado da soma dos diversos constrangimentos a que

Yrigoyen, seu vice-presidente, Enrique Martínez, e os radicais estavam expostos, assim como da incapacidade de compreender as transformações que ocorriam na sociedade argentina, foram depostos com um golpe em 06 de setembro de 1930. Iniciava-se um longo período de participação ativa dos militares na política Argentina (JOHNSON & FUENTES, 1973).

Sempre que um governo livremente eleito tentava uma reforma social, ou movimentos trabalhistas de esquerda ameaçavam conquistar o controle político, ocorria provavelmente um golpe. Assim, em 1930, quando a crise econômica ameaçou deflagrar um movimento sócio-político na Argentina, o General José F. Uriburu chefiou um golpe de Estado em nome dos ultraconservadores (ALBA, 1964, p.78).

É importante salientar, no entanto, que as numerosas intervenções militares que ocorreram ao longo da história argentina não foram idênticas em seus objetivos e, por vezes, houve claro antagonismo entre as diversas orientações políticas em que se dividiam os grupos que compunham as Forças Armadas da Argentina. Quando dos acontecimentos de 1930, o setor conservador, ainda que não tenha participado ativamente do golpe, soube bem como aproveitar-se da crise institucional para ocupar os espaços de poder. A perseguição de opositores, as prisões e torturas de políticos, trabalhadores e estudantes não foram suficientes, fizeram uso também de uma fraude eleitoral para levar ao governo o General Agustín P. Justo, em 1931. Segundo Johnson e Fuentes (1973, p.161), “Se cercearon los derechos individuales a la libre opinión y se dificultó enormemente la acción de los sindicatos. Compulsivamente se excluyó al pueblo, aún bajo el esquema formal de una democracia, la democracia del fraude”.

Em seu governo, que se estendeu até 1938, Fausto precisou enfrentar os diversos levantes armados organizados pelos radicais. Como reação, utilizou de torturas e encarceramentos massivos até que a União Cívica Radical optou por abandonar a via violenta em 1935 e pôde voltar às urnas em 1936. Ainda assim, Justo era visto por seus colegas militares como demasiado liberal e avaliavam que seu governo, considerado por eles como pouco enérgico, não seria capaz de impedir que o país caísse no socialismo ou comunismo (DI TELLA, 2010).

O radical anti-personalista Roberto Ortiz foi alçado ao poder através de uma vitória fraudulenta em 1938. Sua passagem pelo governo foi rápida e turbulenta, pois em seguida iniciou-se a II Guerra Mundial, o que, em um primeiro momento, gerou sérios problemas econômicos ao país, pois dificultava as exportações e importações argentinas. Logo depois, Ortiz deixava o cargo devido a uma enfermidade, assumindo o poder Ramón Castillo em 1940. Castillo representou a retomada do conservadorismo e claramente desejava perpetuar o seu grupo no poder através de fraudes eleitorais (DI TELLA, 2010).

As Forças Armadas se convertiam em árbitros do destino popular. Em 04 de junho de 1943, setores do exército simpatizantes dos regimes fascistas que se espalhavam pela Europa e, sob o comando do General Pedro P. Ramírez, se agruparam no Grupo de Oficiais Unidos (GOU) e deram um novo golpe, colocando fim ao período conservador. A partir de 1944, já sob a liderança de Edelmiro J. Farrell, o GOU ganhava maior coesão interna.

La orientación gubernamental se definió. Por una parte se procuró destruir a los opositores, en parte por la vía de la represión, y en parte por la creación de una atmosfera hostil a los partidos tradicionales a los que, en conjunto, se hacía responsables de la pervisión de la democracia que sólo habían promovido los conservadores (ROMERO, 2006, p.63).

É neste cenário que Juan D. Perón, subsecretário de Guerra e posteriormente presidente do Departamento Nacional do Trabalho, ganhou maior influência. Perón declarava abertamente que procuraria legitimar-se através do apoio do exército e do movimento sindical. O jogo político passava a contar com novos atores: além dos partidos políticos, das Forças Armadas e das oligarquias tradicionais, também a Igreja, os trabalhadores organizados e os empresários do setor industrial.

A pretensão de que o Estado – ou a figura que se confunda com ele – possa funcionar acima das contradições e dos antagonismos sociais, atuando como um árbitro, não se verifica na prática. Sua função termina por limitar-se, em muitos dos casos, a garantir que os reclamos dos desfavorecidos pelo sistema se deem dentro da legalidade, contribuindo para que a desigualdade estrutural se perpetue (PADRÓS, 2006).

A ascensão do fascismo na Europa e a intensificação das ditaduras militares conservadoras depois de 1930 abriram caminho para uma forma de 'demagogia pretoriana', melhor representada por Juan Domingo Perón e sua guarda palaciana, na Argentina. Esses militares fizeram uso da fraseologia demagógica e das técnicas de propaganda e métodos de organização fascistas, sem hesitar em entrar em 'concubinato político' com os comunistas. Esse militar do tipo fascista não era um reformista à moda do caudilho do século XIX, nem conservador como os ditadores do primeiro terço do século XX. Seus principais objetivos, como os nazistas, eram o poder e as vantagens por ele conferidas. Embora revelasse uma indiferença absoluta às ideias, esforçou-se para atrair as massas, para cujas ambições apelava. Na realidade, não representava qualquer classe social específica, mas apenas os interesses dos grupos que o apoiavam (ALBA, p.79).

Perón tornava-se o chefe de uma ala dos militares que já percebia que o desfecho do conflito mundial se daria com a derrota do Eixo, o que o levou a, pragmaticamente, aproximar-se das potências ocidentais. Internamente, Perón tratou de articular relações entre o peronismo e os mais importantes atores sociais. No que diz respeito às relações com a Igreja Católica, estas oscilaram de uma forte associação a partir de 1943 para um acentuado conflito em 1955. Além disso, se lançou na arriscada missão de ampliar os canais de diálogo com os sindicatos, que tinham pouca simpatia com relação às Forças Armadas (DI TELLA, 2010). Tal ação era arriscada porque, ao tomá-la, Perón terminava por afastar-se das classes médias e altas civis e de parte considerável dos próprios militares.

A política social de Perón estava antagonizando, por outro lado, ao empresariado local, especialmente o rural. Não só os grandes fazendeiros, mas também os agricultores médios se viam afetados. [...] Chegou-se inclusive ao extremo de proibir que os filhos dos chacareiros ajudassem na colheita para não tirar trabalho dos peões. A nova situação foi vista como uma fonte de abusos e de encarecimento antieconômico da mão de obra por quase todos os empresários do setor, incluindo os médios e os pequenos, agremiados na Federação Agrária Argentina (FAA), que então se orientou para a oposição (DI TELLA, 2010, p.219).

Sob a pressão dos setores conservadores e de grupos militares próximos a estes, Perón sofreu tentativas de desestabilização em outubro de 1945, mas o apoio popular que logrou construir foi o suficiente para que a oposição desistisse do plano de destituí-lo de seu cargo de Secretário do Trabalho e Segurança Social. Diante do novo cenário, surgiu a União

Democrática, aglutinando conservadores, radicais, socialistas, comunistas e democratas progressistas para fazer frente a Perón nas eleições que seriam organizadas pelo exército. Nem mesmo esta “frente ampla” foi capaz de impedir que os novos setores urbanos, massas populares ainda incompreendidas pelas forças políticas tradicionais, garantissem a vitória de Perón em 1946.

Com as exportações agropecuárias da Argentina já recuperadas do contexto de guerra mundial e levando ao aumento da reserva de divisas do país, Perón pôde adotar uma política em que favorecia a setores estratégicos da indústria, ao mesmo tempo em que atendia às principais demandas das classes populares. A bonança, no entanto, foi interrompida devido à seca que afetou as colheitas de 1950 e, também, devido à posterior queda dos preços internacionais.

Diante de um contexto econômico mais difícil, os antagonismos entre os grupos sociais se evidenciaram. Em seu esforço por seguir no poder, Perón optou por endurecer a repressão contra os adversários de seu regime, impedindo os partidos políticos ou instituições de cultura de realizar reuniões públicas ou de publicar revistas e jornais que tivessem intenções políticas. Estavam, até mesmo, impedidos de deixar o país e os trabalhadores que não integravam as organizações oficiais sofriam diversos tipos de perseguições (ROMERO, 2006). Imediatamente, Perón também deu início a intervenções em universidades e a expulsão de professores que lhe faziam oposição. Utilizando do apoio militar de que ainda gozava, foi projetado o Plano Conintes, instrumento legal que permitia ao governo limitar a vida cívica no país.

La cultura se resintió de esos males. Los escritores editaban sus libros y los artistas exponían sus obras, pero la atmosfera que los rodeaba era cada vez más densa. Las universidades se vieron agitadas por incesantes movimientos estudiantiles que protestaban contra un profesorado elegido con criterio político y sometido a la vejación de tener que cometer actos indignos, como solicitar la reelección del presidente u otorgar el doctorado honoris causa a su esposa. Las instituciones de cultura debieron cerrar sus puertas y solo prosperaron las que agrupaban a los adictos al régimen, que demostraba marcada predilección por un grotesco folklorismo. Y, entre tanto, el presidente se comprometía en lamentables aventuras científicas que pretendían asegurarle repentinamente al país la

preeminencia en las investigaciones atómicas. Por otra parte, el gobierno había impuesto en la enseñanza primaria y secundaria la obligación de comentar su obra; se hizo obligatorio el uso del presunto libro de Eva Perón titulado "La razón de mi vida" y se estableció la enseñanza religiosa. Dos iniciativas felices se pusieron, sin embargo, en práctica: las escuelas-fábricas y la Universidad Obrera (ROMERO, 2006, p.66).

Os excessos do regime eram cada vez mais denunciados pela oposição e, em 1951, um grupo militar de tendência nacionalista comandado pelo General Menéndez realizou uma tentativa frustrada de interromper o governo de Perón. Logo em seguida, em 1952, ocorreu a morte de Eva Perón, o que debilitou ainda mais o governo peronista, quem se isolava dentro do cenário político argentino. A posterior saída da Igreja católica da aliança que sustentava Perón foi um exemplo disto, afastando dele também os setores nacionalistas e católicos das forças armadas. Uma nova tentativa de golpe foi realizada em 16 de junho de 1955 e, apesar da debilidade de Perón, também não foi capaz de derrocar seu governo.

Insistindo em reordenar as filas dos setores militares fiéis ao regime, Perón rechaçou a proposta de parte da direção da CGT de armar e organizar aos trabalhadores em milícias populares. A conspiração militar, por sua vez, ganhou novo fôlego e o intento golpista liderado pelo General Eduardo Lonardi, em 16 de setembro de 1955, terminou por mostrar-se exitoso, levando Perón a renunciar poucos dias depois e a fugir do país.

Uma vez no poder, as diferenças entre os diversos grupos que compunham a frente antiperonista começaram a emergir. Lonardi havia optado por uma política de conciliação, dialogando com, dentre outros atores, os dirigentes sindicais. Foi então que os setores mais liberais se afastaram de Lonardi e impuseram o nome do General Pedro Eugenio Aramburu.

A política de Aramburu tinha como base a perseguição de peronistas e o fuzilamento de muitos deles. Dava-se, então, o retrocesso a um passado marcado pela ambiguidade de um liberalismo no campo econômico mesclado com um conservadorismo no campo político.

A burguesia industrial rapidamente se aproveitou da nova situação política do país para reverter as conquistas trabalhistas que haviam sido obtidas pelos setores populares nas últimas décadas, o que provocou fortes conflitos e greves. A severidade com que ocorreram as repressões de tais manifestações foi enorme. Oficiais peronistas eram, em muitas das vezes, condenados com a morte e o terror novamente se espalhava pelo país.

A reforma da constituição e a formação de um grupo de consulta que excluía apenas os partidos de extrema esquerda e extrema direita pareciam sinalizar que a redemocratização estava próxima. O radicalismo se dividiu em três tendências – a União Cívica Radical Intransigente, a União Cívica Radical do Povo e os unionistas -, mas o número de votos dos dois partidos nas eleições convencionais de 1957 foi menor que o de brancos e nulos, votos de protesto peronistas. Surgia na Argentina uma nova categoria de participação política, a “participação por abstenção” (JOHNSON & FUENTES, 1973).

Em 1958, os radicais intransigentes, representados por Arturo Frondizi, quem defendia a formação de uma grande frente que aglutinasse empresários, trabalhadores, Igreja e militares, se articularam com o apoio peronista e venceram o sufrágio de 23 de fevereiro. Mesmo diante das desconfianças, Aramburu entregou o poder aos vencedores.

Carente de força própria, no entanto, o governo de Frondizi se via constantemente ameaçado pelo sindicalismo peronista, logo do Plano de Estabilização Econômica de 1959, e pelo risco de uma nova intervenção militar. Diante das desconfianças por parte das forças armadas, aplicou o Plano Conintes, em 1960, que permitia aos militares encarregarem-se da tarefa de conter o oposicionismo dos setores populares. Também por pressão militar, Frondizi terminou por romper relações com Cuba.

Diante da reorganização política dos setores peronistas, Frondizi tentava consolidar-se como a alternativa viável aos antiperonistas. Sem sucesso, os radicais foram derrotados em 1962 e Frondizi, relutante em deixar o poder, foi confinado na ilha Martín García.

Dentro de las Fuerzas Armadas la deliberación llegó a su grado más alto y condujo a repetidos

enfrentamientos abiertos. Se discutía, sobretudo, la pertinencia de intentar una nueva salida electoral, visto que de uno u otro modo la decisión quedaba en definitiva en manos de los votos peronistas. A esto se agregaba la creciente desconfianza que algunos sectores tenían hacia los dirigentes políticos en general, e iba cobrando cuerpo la idea de un gobierno puramente militar (ROMERO, 2006, p.70).

Diante de tamanha divisão dentro das Forças Armadas, os grupos conhecidos como “colorados” e “azuis” entrariam em um conflito armado em Buenos Aires, resultando como vencedores os legalistas azuis. Em 1963, os radicais da União Cívica Radical do Povo receberam parte dos votos peronistas e derrotaram ao militar União do Povo Argentino, do General Aramburu. Arturo Illia foi, então, alçado ao poder.

Illia adotou uma postura de confrontação frente a CGT e sua estratégia consistia em fortalecer a sindicatos menores, tentando assim administrar a crise política em que a Argentina havia mergulhado desde 1955, quando do exílio de Perón. Sofrendo com uma campanha midiática que o acusava de lento e ineficiente, Illia foi deposto em 1966.

Para muitos, o golpe representou uma esperança diante do vazio de poder que se experimentava no país (Johnson & Fuentes, 1973). Era a vez de o General Juan Carlos Onganía assumir o poder. Segundo Romero (2006, p.72), “Por entonces Onganía no sólo tenía el apoyo pleno de las Fuerzas Armadas, sino que gozaba de un vasto consenso nacional, y había una suerte de confianza general en su capacidad para realizar los cambios que a todos parecían urgentes”.

Dotado de um perfil bastante tecnocrata, Onganía surpreendeu ao rapidamente mostrar que seu governo teria claro caráter autoritário. O Estatuto da Revolução, por ele elaborado, enterrava a constituição argentina e previa a dissolução do Congresso, a suspensão das atividades políticas e uma severa tutela sobre livros e jornais, além de limitar em grande medida outros direitos civis.

A política econômica restritiva adotada por Onganía, baseada em uma espécie de “eficientismo militar”, somado à crise política que se agudizava com a insurreição de grupos armados clandestinos nas províncias, terminou

por trazer a tona novamente as tensões que se acumulavam no interior da sociedade argentina.

El Teniente General Onganía llevó hasta su máxima expresión la supresión de los derechos individuales, y a modo de círculo vicioso, el boomerang se volvió contra él. Su actitud extremadamente dictatorial, sus injustificadas represiones, la pretensión de arrogarse poderes cesarianos, su conducción económica a tumbos, gestaron nuevamente un clima de intranquilidad general, agravado por sus declaraciones en que establecía una ideología muy particular sobre los “tiempos” o caminos que debería recorrer el país. El tiempo económico, el tiempo social y el tiempo político, en este orden de prioridades, iban a ser objeto de su atención, sin que estableciera prácticamente ningún límite para la duración de cada uno de ellos. Todo parecía indicar que Argentina iba a seguir el camino de una dictadura vitalicia (JOHNSON & FUENTES, 1973, p.167-168).

O *cordobazo*, em 1969, foi a expressão de uma série de frustrações que assolavam aos argentinos. Quando a cidade de Córdoba foi ocupada pelos revoltosos, tornou-se clara a união de estudantes, trabalhadores e guerrilheiros – e diversos eram os grupos que recorreram à luta armada, sendo os principais os Montoneros, o Ejército Revolucionario del Pueblo, as Fuerzas Armadas de Liberación e as Fuerzas Armadas Peronistas - em torno do objetivo de se posicionarem contrariamente aos rumos que a intervenção militar tomava.

Fragilizando ainda mais a Onganía, o ex-ditador Aramburu foi sequestrado e posteriormente assassinado, sendo que diversas organizações clandestinas reclamaram o feito. O ressentimento de um grupo político que estava sendo impedido de participar da disputa pelo poder desde 1955 se traduzia em uma violência cada vez maior e o país parecia caminhar para uma guerra civil. Incapaz de manter a ordem e sem qualquer base de apoio, Onganía deixou o poder em 1970, assumindo em seu lugar o General Levingston.

Em sua rápida passagem pelo governo, Levingston representou a continuidade da indefinição temporal da “revolução”. Também adotou uma política econômica nacionalista que apenas agudizou a crise inflacionária, somando um novo elemento ao descontentamento generalizado, e foi rapidamente substituído pelo General Alejandro Lanusse. Após defender a

intervenção militar como a única saída frente à ineficiência dos governos civis, a Junta de Comandantes mostrava que carecia tanto de unidade quanto as lideranças partidárias.

Lanusse tratou de fazer uma espécie de transição para o retorno à democracia eleitoral, o que deveria ocorrer em 1973. Para tanto, devolveu aos partidos o direito de organizar atividades políticas. Em 1972, o Partido Justicialista, aglutinando o movimento peronista, foi reconhecido. Por fim, Perón recebeu a permissão para retornar à Argentina.

Mesmo diante de um cenário ainda conflitivo, os partidos políticos tradicionais deram início a diálogos mais consistentes. Fruto desta aproximação, surgiu o “Grande Acordo Nacional”, através do qual peronistas e radicais buscavam uma saída para a crise política e o retorno à democracia eleitoral. Ademais, chegavam à conclusão de que Perón era a única figura capaz de reconstruir as estruturas políticas da Argentina. Em 1973, o peronista Héctor Cámpora venceu a Lanusse nas eleições e seu governo esteve composto basicamente por nomes dos Montoneros, guerrilha urbana peronista marcada por uma mescla de nacionalismo tradicional e catolicismo progressista, e da Juventude Peronista.

A aglutinação destes setores peronistas sob o governo de Cámpora, no entanto, rapidamente começou a dar sinais de fissuras. A discordância sobre a necessidade de implantar uma “pátria socialista” ou uma “pátria peronista”, rechaçando as ideias de esquerda, levou a uma divisão interna que criou um movimento contrário a Cámpora, resultando, inclusive, em enfrentamento violento entre as divisões peronistas quando da recepção de Perón, que voltava do exílio. Ambos os setores disputavam as mobilizações de rua e recorreram à violência, ao terrorismo e aos assassinatos para sobreporem-se a outra corrente (ROMERO, 2006). Cámpora foi forçado a renunciar e novas eleições foram convocadas, através das quais Perón e sua esposa, María Estela Martínez, foram eleitos.

Uma vez no poder, Perón optou por romper com os setores mais radicais da Juventude Peronista e também enfrentou os sindicatos. Insistindo na necessidade de um “pacto social”, através do qual tanto trabalhadores

quanto empresários deveriam concordar em abrir mão temporariamente de suas demandas para que as políticas para contenção da inflação fossem implantadas. O falecimento de Perón, no entanto, ocorreu logo em seguida, em 01 de julho de 1974.

Sob o governo de sua esposa, Isabelita, a crise política se tornou ainda mais aguda. No campo econômico, a inflação se tornava cada vez mais incontrolável e a desvalorização da moeda provocava a ira dos sindicatos. José López Rega, nome forte do peronismo, enquanto isso, liderou uma nova onda de repressão violenta, perseguindo e assassinando dirigentes sindicais e estudantis opositores. Em meio a todo o vazio de poder, a guerrilha não peronista Ejército Revolucionario del Pueblo declarou a província de Tucumán como zona liberada.

Diante da perda de controle por parte do governo, as Forças Armadas atuaram de maneira a interromper a operação guerrilheira em Tucumán e a impor o afastamento de José López Rega. A combinação de nova intensificação da crise econômica e política, assim como o descrédito em que havia caído também o peronismo, abriu o caminho para que os militares realizassem uma nova intervenção, assumindo o poder uma Junta Militar em 24 de março de 1976 e designando para presidente a Jorge Rafael Videla. Tinha início a fase mais intensa de terrorismo de Estado já vivida pela Argentina (DI TELLA, 2010).

Segundo O'Donnel, existem importantes diferenças entre as ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul na década de sessenta e na de setenta. Para o autor, as rupturas com a ordem democráticas ocorridas nos anos 1970 foram mais duras por serem também mais agudas as crises políticas e econômicas que estes países viviam.

Ante ello, si en los golpes de la década del sesenta las fuerzas armadas intervinieron con una intención fundamentalmente preventiva y restauradora, los golpes del setenta tuvieron una orientación bastante más radical: detener un proceso que parecía a un paso del colapso final de sociedad, economía y estado y que, por lo tanto, requería bastante más que la restauración del orden social preexistente (O'DONNEL, 1981, p.201).

A ideia hegemônica no interior das Forças Armadas era a de que a crise havia chegado a tal ponto que já não se tratava de combater um “câncer localizado”, mas de submeter a toda a sociedade a um severo tratamento do “corpo social”. Era, então, devido a estas agudas crises que os golpes contariam com considerável apoio popular.

En cuanto a los sectores medios, aunque no pocos apoyaron los primeros tramos de la gestión de la Unidad Popular en Chile y del resurgimiento del peronismo en la Argentina, la creciente presencia en la arena política de los sectores populares, la continua agitación callejera, el deterioro de ciertos servicios públicos y las incertidumbres derivadas de una tan alta como errática inflación, los llevaron hacia una cerrada oposición a los regímenes que los golpes militares habrían de cancelar (O'DONNEL, 1981, p.203).

Para estes setores, o novo paradigma de Estado estabelecido a partir da década de 1930 havia sido o responsável por levar o país à quebra. Desde então, todos os partidos que polarizavam o cenário político argentino haviam tido sua oportunidade de implementar as políticas que defendiam em seus programas partidários, mas nenhum deles foi capaz de abandonar a lógica cepalina-keynesiana-populista-desenvolvimentista. Cedendo às pressões das massas trabalhadoras e protegendo a setores da economia considerados frágeis, estes governos seguiam investindo na criação de uma “economia artificial” e que levaria a Argentina à beira do abismo, segundo pareciam acreditar os estratos médios da sociedade argentina (O'DONNEL, 1981).

Objetivando recuperar o monopólio da força, a Junta Militar implantou o chamado Processo de Reorganização Nacional e deu início a uma dura perseguição aos integrantes das guerrilhas urbanas. A repressão era generalizada e dirigida em contra de todos os protagonistas dos conflitos que levavam o país ao colapso. A brutalidade com que atuavam espalhou o terror pela Argentina e milhares foram os casos de torturas, assassinatos e de desaparecimentos.

A dor, combinação de mecanismos de destruição físico-psicológicos dos presos políticos, foi, como regra geral na região, um objetivo persistentemente procurado. E, no caso dos milhares de desaparecidos do Cone Sul, a execução não foi imediata, mas coroou semanas ou meses de uma detenção forçada e

clandestina, marcada por privações e agressões de todo tipo (PADRÓS, 2006, p.160).

No plano econômico, os militares acreditavam que a raiz das disputas sociais e políticas era a concentração de poder no Estado, levando-o a estar sempre envolvido nas lutas corporativistas entre empresários e sindicatos. Uma série de medidas que visavam a redução do Estado foram, então, adotadas. A quebra do monopólio estatal em diversos setores, assim como a redução da indústria nacional também foram incentivadas, pois assim os sindicatos seriam duramente atingidos.

Os militares se enganavam, no entanto, por acreditar na unidade inquebrantável das Forças Armadas argentina. Em pouco tempo, as disputas internas – fossem elas entre as três armas ou entre os personalismos - começaram a surgir e se tornaram evidentes quando da substituição de Videla por Roberto Marcelo Viola, candidato do Exército, em março 1981. A estabilidade econômica lograda pela Junta Militar, por sua vez, não foi duradoura e logo deu lugar ao retorno da inflação, agora agudizada por uma considerável expansão da dívida externa. Ainda no final de 1981, Viola seria substituído pelo General Leopoldo Fortunato Galtieri através de um novo “golpe dentro do golpe”.

Internamente, a política econômica adotada pelo regime militar era vista como “entreguista” pelos setores mais nacionalistas das Forças Armadas, principalmente devido a política de abertura indiscriminada de mercados atingir duramente a indústria de defesa argentina.

As vozes descontentes, ainda que as tentativas de silenciá-las fossem brutais, se multiplicavam pelo país. Em 1982 os sindicatos convocaram uma greve geral e a concentração de trabalhadores na Praça de Maio foi duramente reprimida. Os partidos políticos, juntamente à Igreja, exigiam o retorno à democracia e a sociedade civil começou a denunciar as violações de direitos humanos. Segundo Di Tella (2010, p.285), “A teoria daqueles que planificavam a repressão era que ainda que fosse necessário eliminar dez pessoas, que não tinham nada a ver, por cada guerrilheiro ou simpatizante próximo abatido, a operação seria justificada. E foi isso que se fez”.

Foi quando Galtieri arriscou o que restava de prestígio das Forças Armadas. Após quase entrar em guerra contra o Chile devido ao contencioso sobre o Canal de Beagle, o General decidiu ocupar militarmente as Ilhas Malvinas em abril de 1982.

Efetivamente, se Galtieri houvesse tido êxito militar – talvez por mediações internacionais que deixassem a Argentina em posse, ainda que condicionada e compartilhada, do arquipélago – seu governo transformar-se-ia em uma ditadura popular anti-imperialista, com fortes componentes anticapitalistas. Algo parecido aos nacionalismos ou “socialismos árabes”, do tipo Khadaffy na Líbia, ou Saddam Hussein no Iraque (DI TELLA, 2010, p.290).

A derrota diante da Grã Bretanha desencadeou uma crise interna que tornava insustentável a manutenção do regime militar. A posterior renúncia de Galtieri levou ao poder o General Reynaldo Bignone, nome que não era consenso entre os militares. A pressão popular, por fim, provocou o inevitável retorno à democracia eleitoral em 1983.

1.1.1. Mudanças Político-Institucionais Recentes na Argentina

A história recente da Argentina nos permite concluir que os golpes de Estado foram práticas comumente adotadas quando o antagonismo entre grupos sociais alcançava níveis extremos, em situações de aguda crise econômica e de deterioração da qualidade de vida da população e, principalmente, quando nenhuma das opções políticas era capaz de restaurar a ordem que as crises política e econômica corroíam. A crença na superioridade das Forças Armadas para atuar como restaurador da ordem e força acima dos interesses de classe pode ser observada a seguir:

O “Governo”, segundo Perón, que ascendeu à liderança do GOU [Grupo de Oficiales Unidos] antes de 1946, “é uma batalha, e as batalhas, sejam militares ou econômicas, são governadas pelos mesmos princípios [...]. Nós [os militares] estamos melhor preparados do que qualquer outro grupo para triunfar nessa luta [...]. Os outros podem ter inteligência, mas o espírito combativo, a vontade de conquistar, é melhor desenvolvido no soldado que nos membros de qualquer outra profissão”. Apesar da crise econômica crônica da Argentina, Perón deu aos seus oficiais soldos superiores aos pagos, em postos equivalentes, nos Estados Unidos, e colocou grandes setores da economia nacional sob a direção do Ministério da Defesa. Tal medida elevou os militares a postos

privilegiados, dando-lhes oportunidades excepcionais de se dedicarem a transações comerciais (ALBA, 1964, p.80).

O fracasso no plano econômico, a humilhante derrota diante da Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas e a brutalidade com que se violava os direitos humanos fizeram com que a ideia de uma nova ruptura democrática protagonizada pelos militares se tornasse impensável. No entanto, a debilidade das instituições ainda era visível e se traduzia na incapacidade por parte dos radicais Raúl Alfonsín e Fernando De la Rúa de concluir seus mandatos devido a situações de ingovernabilidade.

En lo que respeta a la opinión pública, se ha consolidado una imagen de “democracia del tumulto” que implica movilizaciones espontáneas y masivas de la población detrás de temas concretos, como la confiscación de fondos privados por el gobierno (2001), la pesificación obligatoria de los depósitos (2002-2003), o la inseguridad en la provincia de Buenos Aires (2004).

Estas descripciones no hacen otra cosa que reafirmarnos la imagen de una democracia sin instituciones fuertes, con sectores políticos poco “accountables” frente a su población, que por otro lado no se ha refugiado en la apatía sino en la movilización espontánea detrás de temas de una agenda societal que, muchas veces, suele estar divorciada de la agenda gubernamental (BERENSZTEIN, 2004, p.53).

É importante comentar que, apesar das recorrentes rupturas de governo, as novas condições políticas não sempre implicavam em importantes alterações constitucionais. Assim, uma das características da cultura política argentina é a tendência a que os presidentes não promovam consideráveis reformas institucionais (BERENSZTEIN, 2004). A reforma constitucional de 1994 é, no entanto, uma importante exceção a esta regra por buscar claramente a redução do poder presidencial.

O presidencialismo é apontado por Linz e Valenzuela (1994) como uma das origens do autoritarismo e também da instabilidade política argentina, uma vez que implica em um único ganhador, o presidente eleito, ao mesmo tempo em que não compartilha o poder com as forças eleitoralmente derrotadas, tornando o golpismo uma saída tentadora frente ao ostracismo e à inércia a que está condenada a oposição. A criação do cargo de Chefe de Gabinete de Ministros foi, então, um esforço no sentido de instaurar uma espécie de

“semipresidencialismo”, objetivando ampliar as negociações entre Executivo e Legislativo. Ao mesmo tempo, a implementação do segundo turno deveria garantir maior legitimidade ao presidente eleito.

Em um movimento contrário, no entanto, a Constituição de 1994, em seu artigo 76, também passou a prever que, em contextos de emergência, o Congresso conceda ao Executivo maiores capacidades e poderes, ainda que não delegue a este o controle final sobre tal ação (BERENSZTEIN, 2004). Serve como ilustração a profundidade da crise herdada pelo governo de Raúl Alfonsín logo da redemocratização da Argentina, criando uma sensação de urgência que garantia ao presidente uma espécie de “carta branca”, liberalizando as tendências delegativas já presentes no país e o estilo “mágico” de formulação de políticas públicas (O’DONNEL, 1994).

Una vez que las esperanzas iniciales se han desvanecido y los primeros paquetes han fallado, la desconfianza respecto de la política, los políticos y el gobierno se transforma en la atmosfera dominante. Si dichos gobiernos desean conservar algo de respaldo popular, deben controlar la inflación y además implementar políticas sociales que demuestren que, a pesar de que no pueden resolver con rapidez la mayoría de los problemas subyacentes, sí se preocupan del destino de los pobres y, lo que es más importante políticamente, de los segmentos de la clase media recientemente empobrecidos. Pero por mínima que sea, ésta es una tarea imponente. Estas dos metas son extremadamente difíciles de armonizar, al menos en el corto plazo, y para estos frágiles gobiernos poco más que el corto plazo es lo que importa (p.66).

Ainda segundo o autor, é esta prática de utilizar um discurso durante a campanha eleitoral, mas adotar ações opostas uma vez eleito o que contribui para a destruição da confiança pública, impedindo que a democracia se consolide. Quando as instituições são frágeis e o país se encontra imerso em uma crise socioeconômica que se aprofunda após a adoção de políticas econômicas impopulares, as consequências de tal prática costumam ser ainda mais devastadoras.

Ainda que o autoritarismo e a violência na prática política sejam marcas constantes na história política argentina, é a partir da década de 1930 que todos os setores sociais irão recorrer a elas. Recorrer à violência se tornou um método sistemático para fazer frente ao grupo que se encontra no poder em

determinado momento. Como afirma Johnson (1964), o militarismo parece ter destruído a verdadeira função militar das Forças Armadas, subtraindo delas a capacidade de defender o país de ameaças externas e de preservar a ordem interna, enquanto que o autoritarismo é resultado de uma combinação de fatores como a cultura política e as constantes crises socioeconômicas (O'DONNELL, 1994), as especificidades do presidencialismo (LINZ & VALENZUELA, 1994), expressas na aparência que adquirem governos tanto a esquerda quanto à direita no espectro político argentino.

1.2. VENEZUELA: DA TRADIÇÃO MILITARISTA À REVOLUÇÃO PELAS URNAS

Compreender a história do autoritarismo na Venezuela implica em retroceder ao início do século XX, mais precisamente ao ano de 1908, quando se tem início a longa ditadura de Juan Vicente Gómez. Neste período, a Venezuela vivia sob a ditadura do General Cipriano Castro, quem, ao se ausentar do país para tratar de sua saúde na Alemanha, temporariamente cedeu lugar a Juan Vicente Gómez, quem se aproveitou do vazio de poder para arquitetar o golpe, efetivado em 19 de dezembro de 1908. Gómez alegou que havia um plano por parte de Castro para assassiná-lo como forma de justificar o golpe, pedindo, em seguida, a intervenção dos Estados Unidos para impedir que o ex-mandatário regressasse ao país. Os Estados Unidos, a quem lhes interessava o fim de um regime de caráter nacionalista, como havia sido o de Castro, prontamente enviou marines para La Guaira e impediram que o General Cipriano Castro desembarcasse em Trinidad y Tobago (DOMINGUEZ & FRANCESCHI, 2010).

A evolução política da América Latina nos dá diversos exemplos de situações em que regimes ditatoriais se transvestiram de legalidade. Sem fugir dessa regra, Gómez tratou de elaborar uma nova constituição e, enquanto a mesma não era finalizada, ocupava o posto presidencial de maneira provisória, devendo permanecer assim até 1910. No entanto, com as eleições já convocadas para 1914, Gómez decidiu impedir a renovação eleitoral, alegando que era necessário combater uma conspiração que tentaria trazer a Castro de

volta ao país (FIGUEROA, 1966). Apelando para a perseguição e o encarceramento de opositores, o ditador deu ao seu governo um caráter mais repressivo e violento.

Ainda que tenha sido eleito como Presidente Constitucional em 1914, Gómez preferiu assumir o comando do Exército e deixou o Executivo provisoriamente em mãos de Victorino Márquez Bustillos. Manipulando a Bustillos e aproveitando-se do poder que possuía, logrou modificar a constituição por diversas ocasiões de maneira a perpetuar seu regime. Em uma delas, instituiu duas vice-presidências, sendo estas ocupadas por seus familiares próximos. Além disso, unificou os postos de Presidente da República e Comandante das Forças Armadas (MEDINA & DELGADO, 2011).

Se Castro havia iniciado a destruição do caudilhismo, Gómez não só a concluiu como criou as condições para uma profunda centralização do poder no país. Gómez tratou de construir um exército leal e de fortalecer as Forças Armadas do país – aproveitando os recursos oriundos da exploração do petróleo – e de conectar a todo o país através de estradas e rodovias, com o fim de conter qualquer possível ameaça que pudesse surgir em contra de seu governo. Para tanto, a política de terror como método de combate às revoltas caudilhas foi fortalecida.

É importante recordar, ainda, que foi durante os 27 anos de ditadura gomecista que ocorreu a transição da economia venezuelana, que passaria de exclusivamente agrícola para petroleira. Na década de 1930, o país ainda experimentava a acentuação de um processo de industrialização e êxodo do campo para as cidades.

Devido principalmente ao seu absolutismo e à violência do regime gomecista, a oposição democrática se fortaleceu. A partir de 1924, no entanto, o regime experimentou certo esfacelamento e começou a abrandar-se, permitindo inclusive o retorno de algumas lideranças opositoras que se encontravam no exílio (AGUADO, 1963).

A maior expressão do esgotamento da ditadura de Gómez foi o movimento organizado por estudantes da Universidade de Caracas, em

fevereiro de 1928. Nestes levantes, um grande número de estudantes foi encarcerado, inclusive alguns nomes que seriam de enorme importância para a história da Venezuela, tais como Rómulo Betancourt, Raúl Leoni e Jóvito Villalba.

Diante da repressão violenta, os jovens da chamada “Geração de 28” não retrocederam e exigiam que seus dirigentes fossem postos em liberdade ou que, então, todos fossem encarcerados. Em seguida, trabalhadores deram início a greves em apoio aos estudantes.

Las jornadas de 1928 no estuvieron limitadas al movimiento estudiantil. La lucha iniciada por los universitarios fue un detonante que hizo prontamente estallar todas las expresiones de rebeldía contenidas desde hacia mucho tiempo en las capas populares. A partir de 1928, la movilización de los trabajadores, estudiantes y capas medias se convirtió en el elemento decisivo de la lucha contra la dictadura gomecista. Luego de las jornadas universitarias, se desencadenaron en 1928 las huelgas de los tranviarios de Caracas, de los bancarios, de los panaderos y los trabajadores del puerto de La Guayra (VITALE, 1981, p.07).

A Gómez não lhe restou alternativa que não a de libertar aos jovens que haviam sido presos. Tal demonstração de debilidade por parte do regime de Gómez incentivou a que outros setores descontentes também se levantassem contra o ditador. Em 07 de abril do mesmo ano, oficiais da Academia Militar se rebelaram, sendo também severamente reprimidos pelo regime e acusados de adesão ao comunismo.

Em 1929, Gómez voltou a alterar a constituição, de maneira a separar novamente a Presidência da República do posto de Comandante das Forças Armadas. Através do “dedaço”, indicou o então presidente da Corte Federal, Juan Bautista Pérez, para o Executivo.

O descontentamento com o regime já era, então, quase que generalizado e levantes armados começaram a ocorrer em todo o país – alguns protagonizados por quadros das Forças Armadas, outros por caudilhos ou lideranças de esquerda -, mas todos implicaram em sucessivos fracassos (DOMINGUEZ & FRANCESCHI, 2010).

A década de 1930 também encontrou a Venezuela imersa em graves problemas financeiros. A dívida externa se expandia e as externalidades da crise de 1929 começavam a mostrar seus sinais no país. O desabastecimento de produtos essenciais e o desemprego foram creditados a Juan Bautista Pérez, quem se viu obrigado a abandonar o cargo. O poder de fato, no entanto, seguia em mãos de Gómez. O ditador foi, então, indicado pelo Congresso e, em 1931, voltou a assumir formalmente como mandatário do país. E, como não poderia deixar de ser, a constituição foi novamente reformada, de maneira a garantir que tanto o poder Executivo quanto a gerência das Forças Armadas seguissem em suas mãos.

A partir de 1928, a estrutura de partidos começou a sofrer fortes alterações. As arcaicas estruturas que dividiam a Venezuela em liberais e conservadores já não eram capazes de suportar a representação de novas tendências políticas que surgiam no país, tais como o marxismo-leninismo, a socialdemocracia e o social-cristianismo (HIDALGO, 2011). Como resultado desta mudança, surgia, a partir de 1931, uma série de novas agremiações, entre elas o Partido Comunista da Venezuela.

Exilados na Colômbia, líderes da oposição também criaram a Agrupación Revolucionária de Esquerda (ARDI) e firmaram o socialdemocrata Plano de Barranquilla. Este documento foi a primeira expressão de uma análise da conjuntura política que a Venezuela vivia e uma interpretação de quais poderiam ser os elementos que teriam levado Gómez ao poder e o perpetuado nesta condição.

Coexistiendo con la tarea concreta de acoplar elementos de todo orden para la lucha armada, debe desarrollarse activamente otra de análisis de los factores políticos, sociales y económicos que permitieron el arraigo y duración prolongada del orden de cosas que se pretende destruir. Si no se cumple esta tarea, el triunfo de la revolución, o de la acción cualquiera que termine con el régimen de Gómez, nos hallaría profesando la tesis simplista y anti sociológica de que la “zamarrearía” y la “ausencia de fronteras morales” en aquél explican y justifican el cuarto siglo de rehabilitación. En consecuencia, se caería también en el error de suponer que con la simple renovación de la superestructura política estaba asegurado para Venezuela un ciclo de vida patriarcal. “Hombres honrados en el poder y Venezuela está salvada”, es la

fórmula en que traducen su atolondrado optimismo quienes sólo en Gómez y en su persistencia radican la causa determinante de nuestra inestabilidad nacional. La verdad de los hechos es otra⁵.

A Venezuela era por eles entendida como uma nação dotada de características semifeudais e que mantinha uma relação de dependência de tipo neocolonial com o centro do sistema capitalista.

El análisis penetrante de la situación venezolana, la confrontación de sus problemas con similares en otros pueblos de América Latina, la aplicación al estudio de su evolución histórica de los métodos de la ciencia social contemporánea, el esfuerzo decidido de ir más allá de las explicaciones superficiales de los fenómenos para buscarles sus causas últimas, nos llevan al convencimiento de que el despotismo ha sido en Venezuela, como en el resto del continente, expresión de una estructura social económica de caracteres diferenciados y precisables sin dificultad. Estos factores son internos unos y externos otros. Los primeros, pueden referir-se al que nos comprende y explica a todos: la organización político-económica semi-feudal de nuestra sociedad. Los segundos, a la penetración capitalista extranjera⁶.

O documento também propunha linhas de ação para que o regime de Gómez fosse derrocado, assim como as políticas que deveriam ser adotadas logo da democratização do país, tais como uma campanha nacional de alfabetização e a reforma agrária. Além disso, o grupo ressaltava a importância de que o período pré-constitucional fosse gerido por civis, evitando que militares ou caudilhos se apoderassem do aparelho administrativo. Latifundiários e militares, como a história de cem anos de Venezuela independente mostrava, eram inimigos da cultura e das massas.

Apesar da multiplicação de novos focos de descontentamento com a tirania de Gómez, o chamado “regime de reabilitação nacional” só teve fim com a morte do ditador, em 1935. O período que se estendeu de 1936 a 1958, então, foi de transição de uma ditadura personalista para uma democracia eleitoral.

⁵ Plan de Barranquilla, 1931. Disponível em: <http://saber.ucab.edu.ve/bitstream/handle/123456789/44956/rb037219310322.pdf?sequence=2>.

Acesso em 23 de março de 2014.

⁶ Idem.

Mesmo antes da morte de Gómez, o General López Contreras já se destacava como importante nome dentro do governo ditatorial. Em 1936, sua indicação para o Executivo não representou grande surpresa (FIGUEROA, 1966).

Sem dar nenhuma trégua, os jovens que haviam protagonizado a “Geração de 28” rapidamente se mobilizaram e cerca de 30 mil pessoas protestaram em Caracas contra a limitação da liberdade de imprensa, em fevereiro de 1936. Contreras, que não contava com o mesmo poder político que seu antecessor, optou por diminuir o grau de repressão do regime e utilizar a lei para dificultar a organização dos protestos ou o surgimento de novas agremiações políticas.

Em junho do mesmo ano, ocorreu a greve nacional que paralisou a economia venezuelana. Alguns meses depois, teve início a greve dos trabalhadores petroleiros, resultado da resistência por parte dos empresários do setor em negociar concessões de direitos trabalhistas a seus funcionários. O forte apoio que os trabalhadores receberam resultou na criação, em dezembro de 1936, da Confederação Venezuelana do Trabalho e da realização do I Congresso de Trabalhadores da Venezuela (VITALE, 1981).

Em 1937, as principais lideranças de esquerda do país se aglutinaram no Partido Democrático Nacional, integrado também por Rómulo Betancourt e Jóvito Villalba. Contreras rapidamente negou o reconhecimento do partido e, apoiando-se na nova constituição, expulsou aos seus integrantes do país, acusando-os de filiação a doutrinas marxistas.

Nas eleições municipais de 1938, o oficialismo foi derrotado em diversos municípios. As perseguições se acentuavam e todos os candidatos independentes ou pertencentes aos grupos de esquerda foram impedidos de assumir seus cargos. Em 1940, metade do Congresso foi renovado e este indicou para a presidência o nome de Isaías Medina Angarita, o candidato de Contreras, quem assumiria o poder em 1941.

A legalização de novos partidos e a criação da Ação Democrática, encabeçada por Raúl Leoni e Rómulo Betancourt, foi, provavelmente, o

principal feito de Medina no sentido de viabilizar a transição para uma democracia eleitoral. Seu governo foi de relativo respeito pelas liberdades civis e políticas (FRANCISCO, 2007). Ainda assim, a Ação Democrática acusava o governo de ineficiente, corrupto e fraudulento, devido aos resultados das eleições municipais de 1944, oficialmente vencidas pelo governista Partido Democrático da Venezuela.

A gradual abertura política que Medina estava promovendo também recebeu críticas dentro da própria aliança de governo. Contreras chamava a atenção para o que, segundo ele, era a criação das condições necessárias para a infiltração do comunismo no país (DOMINGUEZ & FRANCESCHI, 2010). Assim, rompeu com o oficialismo e afastou-se de Medina.

Em 1945, ainda com o país imerso em um regime ditatorial, o General Isaías Medina Angarita já tratava de construir o nome de seu sucessor. Negociações foram realizadas com a Ação Democrática e os partidos acordaram em lançar um único nome, representante da “unidade nacional”. O então embaixador venezuelano nos Estados Unidos, Diógenes Escalante, foi cogitado e chegou a aceitar a proposta, mas se enfermou logo em seguida e se viu obrigado a abandonar a corrida presidencial.

Contreras insistia para que seu nome fosse indicado, mas foi rechaçado tanto pela oposição quanto pela ala governista mais moderada, por quem era visto como excessivamente gomecista e reacionário. É assim que Ángel Biaggini, pertencente à alta esfera da burocracia estatal venezuelana, é indicado por Medina, ainda que seu nome não agradasse a Ação Democrática.

No interior das Forças Armadas, por sua vez, a unidade já não era absoluta. Os velhos quadros ligados à Gómez haviam sido paulatinamente substituídos por jovens militares. Estes, a partir de 1944, começaram a aglutinar-se na União Patriótica Militar, célula que preconizava a reformulação das Forças Armadas e sua atuação baseada na legalidade e na defesa da vontade popular (AGUADO, 1963). Ao aproximarem-se das lideranças civis – principalmente da Ação Democrática -, dão início à concertação entre civis e militares reformistas, derrubando a Medina do poder através de um violento golpe em 18 de outubro de 1945.

Instaurou-se, assim, o governo de uma junta civil-militar sob a qual permaneceu a Venezuela até 1948, encabeçada, em um de seus momentos, por Rómulo Betancourt, quem promoveu uma importante reforma administrativa, deu início a uma política habitacional que visava resolver o problema da moradia e instaurou um Estatuto Eleitoral que garantia a qualquer venezuelano maior de 18 anos – inclusive mulheres e analfabetos – o direito ao voto. Neste período se deu a abertura política da Venezuela e uma lei que permitia a criação de novos partidos no sistema político venezuelano foi aprovada, possibilitando o surgimento do Comitê de Organização Política Eleitoral (COPEI) e o reconhecimento do Partido Comunista.

Esta tolerancia política, más las reformas económicas que fueron creación de Rómulo Betancourt, produjeron inquietud en el sector militar del gobierno provisional, que previó el surgimiento de una fuerza popular peligrosamente socialista. Sin embargo, a pesar de esta imagen, las Fuerzas Armadas aparecieron como leales a Acción Democrática (JOHNSON & FUENTES, 1973, p.76).

Neste cenário de aparente respeito à legalidade e de inserção de novos setores da elite na disputa pelo poder, Rómulo Gallegos foi eleito e assumiu o governo em 1948. Antes de cumprir o primeiro ano de seu mandato, no entanto, foi deposto pelos militares, que temiam que suas reformas pudessem ganhar um caráter socialista. Em seu lugar, assumiu o ex-ministro de Defesa, Delgado Chalbaud, quem liderava a nova Junta Militar de Governo.

Comentando sobre a cultura autoritária que parecia caracterizar a política não apenas da Venezuela, mas de toda a região, Rómulo Betancourt dizia:

A política latino-americana caracterizou-se sempre pela violência. O atraso econômico das nações e a persistência de sistemas feudais de produção, bem como a herança da Espanha – o principal expoente europeu das insurreições militares – contribuíram para esse fenômeno [...]. O que está acontecendo agora [1949] é muito mais perigoso para o presente e futuro do continente do que os fatos anteriores [...]. Testemunhamos uma série de quarteladas de técnica muito semelhante ao *putsch* nazista do período anterior à guerra, com processos e características semelhantes. São organizadas por grupos militares de extrema direita, sem apoio popular e em oposição às aspirações democráticas dos países em questão (apud ALBA, 1964, p.79-80).

O tipo de militarismo descrito por Betancourt era expansionista e agressivo. Segundo ele, enquanto na Argentina se utilizava da bandeira da justiça social, na Venezuela, por muito tempo, se adotaria o discurso da modernização e da industrialização.

Como afirma Alba (1964), as Forças Armadas passaram a figurar como um Estado dentro do Estado, tamanha a autonomia de que gozavam. Pretendiam para si o direito de intervir e de modificar governos sempre que lhes parecesse conveniente ou necessário, o que transparece a crença generalizada de que, na realidade, estariam acima do Estado. Em um enorme número de ocasiões, interviram e ainda interviriam na política venezuelana e um dos casos mais emblemáticos era o de 1948, quando destituíram a um governo eleito democraticamente e o substituíam por uma junta militar.

Convém recordar que uma das principais características dos períodos autoritários da história recente venezuelana é a de que a figura de um líder é substituída pela ideia de junta militar, esta composta pelos diferentes ramos e tendências das forças armadas. Como afirma Johnson:

O papel das forças armadas na Venezuela, sob o velho tirano Juan Vicente Gómez, e posteriormente, mostra – talvez de forma exagerada – a transformação ocorrida. Em termos práticos, a nova interpretação do papel político dos militares provocou uma substituição geral dos homens fortes pelas juntas militares. Os governos constituídos imediatamente após a derrubada de Rojas Pinilla na Colômbia e Pérez Jiménez na Venezuela são exemplos de juntas totalmente militares (1964, p.64).

Carlos Delgado Chaulbaud assumiu o Ministério de Defesa da Junta Militar, acumulando também poderes presidenciais. Foi logo substituído por um civil bastante próximo aos militares, Germán Suárez Flamerich, quem estava incumbido de convocar novas eleições em 1952. Diante da vitória do candidato da União Republicana Democrática, no entanto, a Junta utilizou-se da fraude eleitoral e declarou como vencedor ao Coronel Marcos Pérez Jiménez.

Desde 1953 hasta 1958 Pérez Jiménez fue el dictador de Venezuela. Comenzó una campaña sistemática de persecuciones contra los partidos principales, AD, COPEI y URD, y usó y abusó de la policía secreta (Seguridad Nacional) para suprimir todo tipo de oposición y crítica. El régimen fue un obvio sistema de estado policial en el que la tortura fue elemento integral

del poder político (JOHNSON & FUENTES, 1973, p.77).

Pérez Jiménez defendia a necessidade de respostas mais enérgicas frente às heranças do “desgoverno civil”, responsável por levar o país ao caos político e institucional (MUÑOZ, 1983). Como citado em Johnson (1964, p.53), o ditador teria afirmado: “Procurei dar aos venezuelanos o tipo de governo que lhes é adequado... Estamos ainda em nossos anos de infância e ainda precisamos de cabrestos... É preciso haver um líder que mostre o caminho sem se perturbar pela necessidade de ganhar popularidade demagógica”.

Diante da severidade com que Pérez Jiménez tratava de combater a oposição e de sua postura anticomunista – foi durante a sua passagem pelo poder que a Venezuela recebeu a Conferência dos Estados Americanos em que se aprovou a intervenção na Guatemala de Jacobo Arbenz – a juventude de esquerda do país se organizou através da Junta Patriótica. Diante da brutalidade com que os militares reprimiam as manifestações de jovens e estudantes, a classe média e a elite venezuelana terminaram por afastarem-se do regime.

Em claro sinal da falta de coesão que havia entre as Forças Armadas, Pérez Jiménez começou a sofrer conspirações contra seu regime. Em janeiro de 1958, a Força Aérea da Venezuela tentou bombardear as instalações militares de Caracas e arredores, com o fim de forçar a renúncia do ditador, mas a tentativa de golpe não foi exitosa. Diante da hostilidade que havia por ele dentro dos próprios setores militares e da greve geral convocada pela Junta Patriótica, a Pérez Jiménez não lhe restou alternativa que não a de deixar o país em 23 de janeiro do mesmo ano. As Forças Armadas venezuelanas eram, então, destronadas.

1.2.1. O Pacto de Punto Fijo como Expressão do Acordo entre as Elites

Com o vazio de poder, as lideranças civis do país se reuniram para acordar uma saída que garantisse maior estabilidade política e o estabelecimento de instituições mais fortes na Venezuela. O resultado destas negociações foi o chamado Pacto de Punto Fijo.

En este acuerdo [Rafael] Caldera, Rómulo Betancourt (AD) y el Almirante Wolfgang Larrazábal (URD) se comprometieron a celebrar elecciones nacionales libres, honestas y populares, y a respetar a los resultados sin importar quien fuera el ganador. Más adelante se estipulaba que el que triunfara garantizaría cargos en el gabinete, así como participación administrativa, a los miembros de los partidos que resultaran en el segundo y tercer lugar (JOHNSON & FUENTES, 1973, p.79).

Através do pacto de elites estavam criadas, então, as bases para garantir o respeito à constituição, a pluralidade dos sufrágios e a atuação das Forças Armadas, não de maneira a interferir nos resultados, mas para garantir a integridade eleitoral.

A Ação Democrática, representada por Rómulo Betancourt, ganhou as eleições convocadas para 1959. Governou até 1964, quando o sucedeu Raúl Leoni, do mesmo partido. A partir de então, as disputas internas levaram a um racha na Ação Democrática, o que contribuiu para as derrotas que este partido sofreria a partir de então (FRANCISCO, 2007).

Gozando da experiência política que havia adquirido através da coalisão, o COPEI, que já era o segundo partido da Venezuela, se tornaria o grupo político mais importante do país. Desta maneira, o partido elegeu, em 1968, a Rafael Caldera para o Palácio de Miraflores. Caldeira logo tratou de desvencilhar-se da “doutrina Betancourt⁷” e expressou seu desejo de estabelecer relações políticas com todos os países da América Latina, inclusive aqueles que não se encontravam sob regimes democráticos. Até mesmo as relações com a União Soviética foram reestabelecidas. Também apresentou um plano de negociação com as guerrilhas venezuelanas, em especial o Movimiento de Izquierda Revolucionario e as Fuerzas Armadas de Liberación Nacional, prometendo a anistia aos seus membros.

Quanto a sua estratégia política, a gestão de Caldeira esteve marcada pelo afastamento da política de coalisão com a Ação Democrática, prometendo que sua administração seria puramente copeista. No entanto, por não possuir

⁷ A doutrina Betancourt foi a principal característica da política externa venezuelana entre 1958 e 1967. Como parte dos esforços de consolidação democrática da Venezuela e da América Latina como um todo, ela consistia na defesa da institucionalidade democrática, levando o país a suspender as relações diplomáticas com os países da região que sofressem rupturas da ordem democrática.

maioria no Congresso, Caldeira se viu obrigado a aproximar-se dos grupos minoritários – inclusive dos “perezjimenistas” -, ainda que a distância ideológica entre eles fosse, por vezes, abismal.

Reconhecida em toda a região como o país que gozava de maior estabilidade política, a Venezuela voltou a correr o risco de retrocesso ao militarismo quando, em 1969, generais de alta patente das Forças Armadas estariam conspirando um golpe contra Caldeira, sem, no entanto, obter sucesso.

Se demostró que no sólo el “golpismo” era ya una figura pasada de moda en Venezuela, sino también la gran vitalidad de las instituciones legales. En vez de negociar detrás de bambalinas con los militares para evitar un golpe, Caldera eligió el curso de acción más difícil. Demandó respeto hacia su autoridad constitucional y hacia el libre funcionamiento de las instituciones legales. En si mismo este era un logro revolucionario en la historia contemporánea de América Latina. La destitución y encarcelamiento del General Flores demostró que a pesar de la posición minoritaria del COPEI en el Congreso y del escaso margen que le había permitido el triunfo electoral en las elecciones, el presidente Rafael Caldera era capaz de ejercer un fuerte poder ejecutivo. [...] De igual forma, y a resultas de este incidente, el presidente surgió con una imagen popular mucho más fuerte que la que parecía tener antes de su entrada en el Palacio de Miraflores en el mes de marzo (JOHNSON & FUENTES, 1973, p.89).

As tensões que Caldera teria que enfrentar não parariam por aí, ainda que já não representassem o risco de ruptura da ordem democrática. O desaparecimento de um estudante da Universidade Central da Venezuela provocou grandes manifestações contra o governo e seu serviço de inteligência. Os professores, por sua vez, entraram em greve e exigiam um aumento de 100% em seus salários. Ao mesmo tempo, as atividades guerrilheiras ganharam novo fôlego.

Diante de um cenário conflitivo, a Ação Democrática rapidamente prontificou-se a “colaborar” com Caldeira e a restaurar a política de coalisão entre os dois grandes partidos, o que fez com que os partidos menores se sentissem excluídos do governo e optassem pela formação de uma frente ampla com o objetivo de lançar um nome para as eleições presidenciais de 1973.

Muitos cogitavam, nesse período, a volta de Pérez Jiménez ao país e sua candidatura como presidente para que, como se pensava de Perón na Argentina, o país pudesse voltar aos tempos de menor violência urbana, estabilidade dos preços e expansão do emprego, o que obviamente se tratava de uma frágil idealização do passado. O Congresso não tardou em aprovar uma lei que impossibilitasse qualquer pessoa que já havia estado presa por mau desempenho de sua função em cargo público, com o fim de impedir esta candidatura e de garantir que a disputa se daria entre a Ação Democrática, através de Carlos Andrés Pérez, e Lorenzo Fernández, do COPEI.

Carlos Andrés Pérez saiu vencedor das eleições de dezembro de 1973 e foi empossado em 1974. Seu governo contava com maioria no Congresso, quem lhe concedeu poderes extraordinários para aprovar as leis que considerasse mais urgentes. Dotado destes poderes, Andrés Pérez não teve grandes dificuldades para nacionalizar a indústria de ferro e a de petróleo, em 1974 e 1975 respectivamente. Controlando outros setores, como a indústria de gás e a petroquímica, o Estado venezuelano se expandia e se convertia em uma espécie de grande empresário nacional.

Ainda que o governo de Carlos Andrés Pérez tenha gozado de grande estabilidade política, sua imagem esteve vinculada a escândalos de corrupção e o mesmo não logrou vencer as eleições seguintes, realizadas em 1978. Na ocasião, o copeísta Luís Herrera Campins foi eleito e, em seu governo, novos casos de corrupção foram denunciados, o endividamento externo aumentou e a inflação, devido aos excessivos gastos do governo, também se expandiu, aumentando também as taxas de pobreza. O COPEI foi então substituído, logo das eleições de 1984, por Jaime Lusinchi, da Ação Democrática, quem também não teve êxito frente aos desafios macroeconômicos que o país enfrentava.

O Palácio de Miraflores foi novamente ocupado por Carlos Andrés Pérez em 1989 e uma de suas primeiras medidas foi, cumprindo com a orientação dos organismos financeiros internacionais, o anúncio de um pacote de ajustes estruturais que incluíam a liberalização dos preços e do dólar, além de aumento da tarifa dos serviços públicos e uma nova renegociação da dívida externa.

Tais medidas afetaram diretamente aos setores mais vulneráveis da sociedade venezuelana, uma vez que os salários não sofreram reajustes antes da adoção de tais medidas. Como resultado, ocorreu uma enorme manifestação popular em fevereiro de 1989, o *caracazo*, que foi brutalmente reprimido pelo aparato repressivo do governo.

A corrupção endêmica, a insurreição popular e a truculência com que o *caracazo* foi reprimido terminaram por trazer as Forças Armadas da Venezuela novamente para o jogo político. No interior do aparelho militar se formou um setor que se apresentava como nacionalista e patriótico, o MBR-200, cuja principal liderança era o Tenente Coronel Hugo Chávez. Em fevereiro de 1992, o MBR-200 organizava uma tentativa de golpe contra Carlos Andrés Pérez, que terminou por fracassar e levar os seus integrantes à prisão.

Apesar da derrota militar, no entanto, o grupo havia logrado uma importante vitória política. O descontentamento popular com o governo de Andrés Pérez aumentava e constantes manifestações de repúdio contra o mandatário continuavam a ocorrer. Em maio de 1993, o então presidente, acusado de corrupção, isolado que estava dentro de seu próprio partido e sofrendo duros ataques por parte da oposição, foi destituído de seu cargo pelo Congresso Nacional.

A cultura da corrupção, no entanto, não era uma exclusividade dos regimes democráticos e menos ainda um simples resultado da expansão do Estado. Como recorda Alba (1964, p.33), a corrupção foi uma característica sempre presente nos regimes militares da América Latina:

O novo líder habitualmente não hesita muito tempo em juntar-se a seus companheiros nesse peculato. Em certos casos, ele dá o exemplo. Quase todos os governantes militares preparam-se para o dia inevitável em que, expulsos do poder, terão de viver exilados. O caso dos ditadores militares da Venezuela foi espetacular, e ao mesmo tempo típico. O padrão da corrupção foi fixado pelo General Juan Vicente Gómez, que durante seu longo governo roubou ao tesouro público centenas de milhões de dólares, para si, e quantias substanciais para sua família e seus companheiros militares. Quando de sua morte, em 1935, os sucessores, Generais Eleazar López Contreras (1935-1941) e Isaias Medina Angarita (1941-1945), mantiveram a desonrosa tradição. Cada um deles, durante o tempo em que ocuparam o poder,

apropriou-se de cerca de 13 milhões de dólares, e depois da revolução de 1945, retiraram-se para Nova York. E o jovem oficial que ajudara a chefiar a revolução e surgiu como ditador em 1948, foi pior ainda que seus predecessores, pois levou consigo para o exílio na Flórida uma quantia calculada em um quarto de bilhão de dólares.

Ramón Velásquez assumiu o poder de maneira provisória, até que Rafael Caldeira foi novamente eleito e empossado em 1994. A altíssima abstenção – que chegou a 39,84% dos eleitores inscritos⁸ – evidenciava o descrédito por parte da sociedade com relação aos seus políticos e, principalmente, a crise do bipartidarismo na Venezuela.

Apesar de seu fracasso na condução da política econômica, uma vez que a crise nesta área não foi contida, Caldeira logrou reestabelecer a estabilidade política e institucional do país. Os protestos, no entanto, prosseguiram, protagonizados principalmente por estudantes e professores.

Hugo Chávez, que havia sido posto novamente em liberdade pelo governo de Rafael Caldera, se tornou um forte nome para as eleições presidenciais que ocorreriam em 1998, ocasião em que a Ação Democrática e o COPEI se uniram através de um candidato comum para fazer frente ao militar. Chávez resultou vitorioso, somando 56,2% dos votos válidos e pondo fim ao Pacto de Punto Fijo.

Oñoro cita o trabalho de Mouffe e Laclau (1985 apud 2012) apontando para a necessidade de se oferecer às paixões políticas os canais para que se expressem, o que pode também explicar as origens do fenômeno Hugo Chávez, uma vez que esta liderança surge na política venezuelana como sintoma do esgotamento do Pacto de Punto Fijo:

Argumentan que el deterioro de la distinción izquierda-derecha (claramente visible en los sistemas políticos de muchos países latinoamericanos en las décadas anteriores) y que puede ser celebrado como señal de madurez política es, en realidad, perjudicial para la democracia, ya que esto crea el terreno en el que los extremos de izquierda y derecha pueden empezar a hacer carrera. Según ellos, lo que ocurre es que cada vez que la sociedad tenga un alto grado de demandas insatisfechas (como sucede en América Latina), la

⁸ Disponível em: <http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e009.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2014.

necesidad de un discurso de oposición y este discurso no esté presente, el mismo se sustituye por algún tipo alternativa extrema que prometa generar resultados (p.27-28).

Os anos 2000, assim como os anos 1990, foram marcados por grande tensão política na Venezuela. Mobilizações de opositores e de governistas ocorriam com grande frequência nas principais cidades do país, atingindo o seu clímax em 12 de abril de 2002. Chávez, logo depois de um enfrentamento entre os manifestantes que resultou em cerca de 20 mortos, foi retirado a força do Palácio de Miraflores e levado a instalações militares. No dia seguinte, retornava às suas funções, amparado pelas enormes massas do país (ALVAREZ, 2003).

A Venezuela, segundo afirma Rouquié (1984) seria um exemplo de que o militarismo é natural de países com longo histórico de caudilhismo. Nestes países, a corrida às armas e a intervenção militar se deram em considerável quantidade de ocasiões e se estenderam no tempo. Somado a isso, o autor afirma ser impossível ignorar também a influência que os interesses externos à região, citando a preocupação por parte dos Estados Unidos em treinar e “catequizar” as Forças Armadas do subcontinente – sem que, no entanto, nos deixemos levar pela ideia de militares como meros instrumentos do imperialismo, ignorando que eles atuam também por interesses próprios.

O militarismo é uma herança da violência difusa e descentralizada com que se deram as guerras de independência na América Latina, assim como as disputas entre elites quando da construção dos Estados Nacionais. A saída militar na Venezuela, assim como também se pode perceber na experiência argentina, não se mostra idêntica em todas as suas ocorrências. As diferentes conjunturas externas e as correlações de força na disputa interna pelo poder influenciam de maneira determinante na aparência e duração que cada intervenção apresentou. São elas as que podem explicar que, de um mesmo processo de ruptura com a ordem, surjam figuras como Juan Vicente Gómez e Marcos Pérez Jiménez, mas também Hugo Chávez Frías.

Em contextos em que a legalidade das instituições encontra-se fragilizada ou em que o sistema de partidos tem sua representatividade questionada, os líderes delegativos costumam surgir. Hugo Chávez e Néstor

Kirchner, que aparecem como atores políticos de grande importância durante as agudas crises socioeconômicas vividas pela Venezuela e Argentina em 1989 e em 2001, respectivamente, foram lançados à política nacional em um cenário que apresentava estes elementos.

Ambos os países também apresentaram, durante o período que se estende de 2003 a 2013, a criação de amplas maiorias em seus congressos nacionais, apoiando as iniciativas do governo e, no caso venezuelano, concedendo poderes extraordinários ao Executivo, o que novamente trouxe a discussão quanto ao possível caráter autoritário que teriam estes governos.

2. AJUSTE ESTRUTURAL E NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA E VENEZUELA

A América Latina experimentou nos anos 1980 e 1990 um processo de ressignificação do papel do Estado e de importantes transformações políticas, econômicas e sociais, reflexos do reordenamento da ordem política mundial. Com o término da Guerra Fria, a hegemonia neoliberal se impôs como a grande vitoriosa, em detrimento dos esforços socialistas e terceiro-mundistas de superação autônoma do subdesenvolvimento. No campo das ideias, as formulações estruturalistas foram substituídas pelo Consenso de Washington e pela crença em um mundo globalizado e conduzido pela iniciativa privada. Foi assim que: “Em poucos anos, a América Latina avançou no caminho da desconstrução do núcleo central robusto de sua economia, erguido em sessenta anos de esforços nacionais (CERVO, 2000, p.7).”

O neoliberalismo pode, então, ser caracterizado pela presença de elementos como o livre mercado, a eliminação dos gastos públicos destinados às políticas sociais, desregulamentação da economia, privatização das empresas e serviços públicos, eliminação do conceito de bem comum, etc. (HERNÁNDEZ, 2007). Segundo Anderson (1998), surgiu após a Segunda Guerra Mundial na Europa Ocidental e nos Estados Unidos como uma reação teórica e política contra o protagonismo do Estado nas decisões econômicas, qualquer limitação por parte deste ao livre funcionamento do mercado e contra o Estado de bem-estar social. Seus princípios teóricos foram formulados por Friedrich von Hayek e outros que compartilhavam da mesma orientação ideológica – Milton Friedman, Ludwig von Mises, Karl Popper, etc. -, reunidos em Mont-Pèlerin, dando origem à Société du Mont-Pèlerin.

As teses neoliberais começaram a ganhar espaço a partir dos anos 1970, logo do esgotamento do período de maior expansão capitalista desde a década de 1940, marcado pelo crescimento econômico não apenas das economias capitalistas centrais, mas também das periféricas e das socialistas (HERNÁNDEZ, 2007). A força política de grupos sociais organizados, especialmente dos sindicatos, estaria, segundo estas teses, impedindo a

acumulação de capital e limitando a expansão das margens de lucros das empresas, o que provocaria os processos inflacionários devido ao aumento dos preços. A única maneira de impedir uma crise sistêmica seria, então, desmontando os sindicatos através do aumento do desemprego e limitando a intervenção do Estado na economia à busca da estabilidade monetária. Assim, uma margem saudável de desigualdade seria restaurada, o que, prometiam os neoliberais, dinamizaria as economias em crise (ANDERSON, 1998).

O modelo neoliberal foi impulsado pelas gestões de Margareth Thatcher (1979-1990) na Inglaterra e de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos e, a partir dos anos 1990, com a desintegração da União Soviética e o fim da ordem bipolar, o sistema capitalista se consolidou como hegemônico, tendo o neoliberalismo como sua expressão ideológica. Na América Latina, o modelo foi adotado ainda na década de 1970, quando o governo de Salvador Allende foi derrocado no Chile e, em seu lugar, Augusto Pinochet ocupou a presidência através de um golpe militar que se estenderia de 1973 a 1989. O país se tornou, então, a primeira experiência caracteristicamente neoliberal do subcontinente, adotando uma série de políticas ortodoxas que visavam o controle dos desequilíbrios macroeconômicos, em particular de uma inflação que atingira 600% em 1973 (FFRENCH-DAVIS, 2002).

Las principales reformas fueron: eliminación de los controles de precios; apertura indiscriminada de las importaciones; liberalización del mercado financiero, tanto en términos del acceso de nuevas instituciones como de las tasas de interés y de la asignación del crédito, seguida a fines de la década de una amplia liberalización de los flujos internacionales de capitales; reducción del tamaño del sector público y restricciones de accionar de empresas del sector; devolución a los antiguos propietarios de empresas y tierras expropiadas; privatización de empresas publicas tradicionales; supresión de la mayoría de los derechos sindicales existentes al inicio del régimen; y una reforma tributaria que junto con eliminar algunas distorsiones (p. ej., los efectos en cascada del impuesto a las ventas, al reemplazarlo por el impuesto al valor agregado), redujo fuertemente la participación de los tributos directos y de mayor progresividad. El papel tradicional del Estado como empresario, promotor de la inversión y la industrialización, debía reducirse en el más breve plazo posible para que estos procesos resultaran exclusivamente de las decisiones tomadas por los agentes privados en mercados liberados y abiertos al exterior (ídem, p.71).

O período que esteve marcado, então, pelo estancamento das economias da região e seu desequilíbrio macroeconômico, devido ao elevado preço do petróleo, à retração das exportações e ao incremento dos juros internacionais, levando ao aumento dos custos da dívida externa (CEPAL, 1996), foi o cenário ideal para que as mudanças estruturais fossem aplicadas com diferentes graus de profundidade.

Gráfico 01 *Evolução da dívida externa da América Latina (milhões de dólares).*

Fonte: RANGEL & GARMENDIA, 2012, p.42.

A começo da década de 1980, a implementação dos princípios neoliberais na América Latina reduzia-se ainda aos experimentos no Chile e Bolívia, fortemente inspirados pelas demonstrações norte-americana e britânica. É a partir de 1989, porém, com a divulgação do Consenso de Washington, baseado na abertura comercial e na disciplina macroeconômica, e com as pressões exercidas pelos organismos financeiros internacionais, que o neoliberalismo inicia seu processo de universalização.

Chile y Bolivia han servido, pues, de laboratorio a los experimentos neoliberales. Pero hasta el fin de los años 80 fueron excepciones en América Latina. El viraje hacia un neoliberalismo perfilado comenzó en México e, en 1988, con el arribo del presidente Carlos Salinas de Gortari, y se prolongó con la elección de Carlos Menem en 1989 y con el comienzo, ese mismo año, de la segunda presidencia de Carlos Andrés Pérez en Venezuela; finalmente con la elección de Alberto Fujimori a la presidencia de Perú en 1990. Ninguno de

esos gobiernos hizo conocer a la población, antes de su elección, el contenido de las políticas que habrían de aplicar. Por el contrario, Menem, Pérez y Fujimori prometieron exactamente lo opuesto a las medidas antipopulares que aplicaron en el curso de los años 1990 (ANDERSON, p.7⁹).

O Consenso de Washington consistiu na formulação de dez instrumentos de política econômica tidos como unanimidade pelos principais economistas dos países centrais e pelos organismos financeiros internacionais quanto à sua capacidade de restabelecer o crescimento econômico da América Latina e de superar a crise da dívida. Este novo programa de ajuste estrutural pretendia substituir os princípios estabelecidos por Bretton Woods, identificando as políticas que as principais instituições de Washington, tais como o Tesouro norte-americano, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, percebiam como centrais para que se restaurasse o crescimento econômico na América Latina (RANGEL & GARMENDIA, 2012).

John Williamson, investigador do Instituto Internacional de Economia, quem condensou todas as sugestões – que, na prática, tratavam-se de imposições por parte dos principais atores do sistema financeiro internacional para que os países que sofriam crises fiscais pudessem acessar as fontes de crédito ou mesmo renegociar dívidas preexistentes -, afirmava não existir uma sequência, intensidade e dosagem única do neoliberalismo para todos os países. As dez reformas sugeridas por Williamson compreendiam: **1) disciplina fiscal:** uma vez que quase todos os países da região haviam acumulado grandes déficits que resultavam em crise na balança de pagamentos e em elevada inflação; **2) reordenação das prioridades do gasto público:** sugeria a redistribuição dos gastos em favor do crescimento em detrimento da concessão de subsídios à parcela da população marginalizada; **3) reforma tributária:** criação de um sistema tributário que combinasse uma ampla base tributária com taxas marginais moderadas; **4) liberalização das taxas de juros:** a partir da suposição de que a taxa de juros é o fator mais importante para a poupança e o investimento, esta deveria ser livremente

⁹ ANDERSON, P. Historia y lecciones del neoliberalismo. Disponível em: <http://www.cipstra.cl/download/transformaciones/Historia%20y%20Lecciones%20del%20Neoliberalismo%20-%20Anderson,%20Perry.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2014.

determinada pelo mercado; **5) tipo de câmbio competitivo:** necessário para uma política orientada ao exterior e para a expansão das exportações; **6) liberalização do comércio:** os mercados nacionais deveriam ser abertos e integrados ao mercado internacional, abandonando as práticas protecionistas; **7) liberalização do investimento estrangeiro direto:** não necessariamente incluindo a liberalização geral das contas de capitais; **8) privatização:** considerada peça fundamental no processo de reestruturação econômica, seria exitosa sempre que os ativos das empresas públicas não sejam simplesmente transferidos à elite econômica local; **9) desregulação:** consistia no desmonte dos obstáculos para a chegada ou saída de capital; **10) direitos de propriedade:** proporcionar ao setor informal a capacidade de obter direitos de propriedade a um custo aceitável¹⁰.

¹⁰ WILLIAMSON, J. No hay consenso. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2003/09/pdf/williams.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2014.

Quadro 01: *América Latina: resumo de reformas de política econômica na década de 1980.*

País	Disciplina Fiscal	Prioridades do Gasto Público	Reforma Fiscal	Liberalização Financiera	Tipo de Câmbio Competitivo	Investimento Estrangeiro Direto	Liberalização do Comércio	Privatização	Desregulamentação
Bolívia	++	++	++	++	+	++	+	0	++
Chile	+	0	+	++	++	++	+	++a	+a
Peru	-	-	0	-	-	-	-	-	0
Argentina	+	0	0a	0	+	0a	+	+a	+a
Brasil	0	-	+	0	+	0	-	+	-
México	++	0	++	0	+	++	++	++	+
Colômbia	++	0	+	+	++	+	0a	+	0
Venezuela	0	0	0a	+	+	++	+	+a	+
Jamaica	+	0	++	+	+	++	+	+	+
Costa Rica	++	0	++	0	++	+	+	+	+

++ Reformas substanciais

+ Alguma reforma (ou sem necessidade de reformas)

0 Sem mudanças significativas (ou mudanças mistas)

- Retrocesso

a Se espera mais ações em curto prazo

Fonte: WILLIAMSON apud RANGEL & GARMENDIA, 2012, p.55.

Williamson¹¹ defende ainda que as reformas não foram adotadas pelos governos latino-americanos por pressão de Washington, mas sim porque iam de encontro com os próprios interesses das nações. A dita “racionalidade” por trás da implementação das políticas neoliberais é, no entanto, facilmente questionada quando se considera que tais reformas eram parte de uma lista de condições impostas pelos organismos financeiros internacionais para a concessão de novos créditos ou a renegociação de dívidas anteriores (RANGEL & GARMENDIA, 2012).

Para que os preceitos neoliberalizantes pudessem ser adotados de maneira acrítica pelos governos latino-americanos, coincidiram fatores de ordem interna e externa, tais como o esgotamento do modelo desenvolvimentista, levando ao exponencial endividamento dos países, e as crises políticas resultantes de democracias que não eram capazes de garantir o trabalho e o alimento de uma população cada vez mais marginalizada e penalizada pela hiperinflação, assim como o encarecimento do serviço da dívida externa e a perda de competitividade de economias em grande medida reprimarizadas, criando o ambiente de caos social necessário para a implementação de medidas impopulares.

O quadro 02 mostra os reflexos das reformas estruturais em alguns países da América Latina no PIB *per capita*, através do qual podemos observar a importante retração que este sofreu em alguns dos países chave da região. Tal desaceleração econômica se deveu a diversos fatores. A impossibilidade de que se mantivesse o modelo de desenvolvimento vigente nas décadas de 1950 e 1960 - quando os Estados contavam com um contexto internacional relativamente mais favorável, o que incluía mais fácil acesso ao financiamento externo -, assim como a pouca competitividade de economias monoexportadoras ou duramente reprimarizadas, o que claramente afetava a balança comercial do país e a manutenção de altas taxas de juros, são alguns dos elementos que contribuíram para que as economias da região não apenas se estagnassem como também, em algumas situações, recuassem.

¹¹ Idem.

Quadro 02: *PIB per capita para países selecionados da América Latina – 1950-2000 (em dólares).*

Región y país	1950	1966	1980	1998	2000	Ratio del 2000 a 1950
AMÉRICA LATINA						
Argentina	5.314	6.678	9.084	11.230	10.981	2.1
Brasil	1.803	2.788	6.092	6.193	6.094	3.4
Chile	4.009	5.617	6.715	8.214	8.217	2.0
Colombia	2.687	3.383	5.328	5.615	5.226	1.9
México	2.987	4.898	7.210	7.202	7.625	2.6
Venezuela	6.021	9.588	9.370	5.430	4.911	0.8

Fonte: RANGEL & GARMENDIA, 2012, p.45.

A partir dos anos 1980, os Estados nacionais latino-americanos eram caracterizados por Fernando Henrique Cardoso (1975) e por Guillermo O'Donnel (1990) como sendo orientados por um “autoritarismo burocrático”. Este conceito se refere a um tipo de Estado que exerce papel protagônico na industrialização e na modernização das estruturas que compõem a sociedade, atuando como representante do interesse geral do corpo social que representa, e que apresenta claro enfoque tecnocrático e burocrático. O Estado Burocrático Autoritário seria, então, naturalmente despolitizador por anular os variados tipos de representação coletiva que buscam impor as demandas de determinados grupos sociais. Segundo Cardoso (1975), os regimes autoritários que caracterizaram a fase do desenvolvimento-dependente em vigência nos anos 1960 e 1970 não eram mobilizadores e se sentavam em doutrinas abertamente totalitárias. O aspecto burocrático se encontrava na grande valorização que era dada aos técnicos, à “burguesia do Estado”, que compunham a administração pública e que influenciavam os processos de decisão.

Posteriormente, o modelo autoritário burocrático seria substituído por um novo paradigma de Estado que se tornaria hegemônico na América Latina. Baseado em um modelo subserviente e sem criatividade, o Estado normal é descrito por Cervo (2000) como uma invenção latino-americana por excelência, que consentia com a reprodução do desequilíbrio estrutural do processo de desenvolvimento, pondo a região no caminho do regresso à infância socioeconômica e à antiga função agroexportadora. Entre os aspectos

positivos apresentados pela reforma, quase que tão somente se pôde observar o controle da inflação e a redução dos déficits fiscais. Também houve considerável expansão das exportações e atração de investimentos estrangeiros diretos, mas isso não contribuiu para um rápido e sustentável crescimento econômico ou aumento da produtividade e menos ainda para a melhora da qualidade de vida da população latino-americana. De fato, a economia regional cresceu a uma taxa média de 2,6% ao ano entre 1990 e 2003. Mesmo o período mais exitoso do modelo, entre 1990 e 1997, apresentou uma expansão das economias regionais de apenas 3,7%, significativamente inferior à média de 5,5% apresentada entre os anos de 1950 a 1980 (OCAMPO, 2005).

De las cuatro experiencias, tres han conocido un éxito inmediato sobre la hiperinflación – México, Argentina, Perú – y una fracasó – Venezuela. La diferencia es importante. En efecto, las condiciones políticas necesarias para una deflación – la desregulación brutal, el aumento del desempleo y las privatizaciones – se han hecho posibles gracias a la existencia de ramas ejecutivas del poder estatal que concentran un poder aplastante. Éste siempre ha sido el caso en México, gracias al sistema de partido único del PRI. Al contrario, Menem y Fujimori debieron innovar, instaurando legislaciones de urgencia, reformas constitucionales u organizando el autogolpe de Estado. Este tipo de autoritarismo político no ha podido aplicarse en Venezuela (ANDERSON, p.7)¹².

No que diz respeito aos resultados sociais, ainda que a primeira metade da década de 1990 tenha apresentado alguma melhora quanto ao crescimento do PIB em relação a 1980, os principais indicadores relativos ao bem-estar, principalmente de distribuição da renda e de criação de empregos formais, refletiam o agravamento das disparidades sociais na região. O quadro 03 apresenta um ilustrativo no que diz respeito a evolução do desemprego aberto urbano.

¹² ANDERSON, P. Historia y lecciones del neoliberalismo. Disponível em: <http://www.cipstra.cl/download/transformaciones/Historia%20y%20Lecciones%20del%20Neoliberalismo%20-%20Anderson,%20Perry.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2014.

Quadro 03: América Latina: Desemprego Aberto Urbano.

AMÉRICA LATINA: DESEMPLEO ABIERTO URBANO					
Países	1985	1990	1995	1998	1999
Argentina	6.1	7.5	17.5	13.2	14.5
Bolivia	5.7	7.2	3.6	4.4 ²	...
Brasil	5.3	4.3	4.6	6.8	7.7
Chile	17.0	7.4	6.6	6.8	10.1
Colombia	13.8	10.5	8.8	15.3	19.8
Costa Rica	7.2	5.4	5.7	5.4	
Ecuador	10.4	6.1	6.9	9.3	11.1
El Salvador	...	10.0	7.0	8.0	8.0
Honduras	11.7	6.9	6.6	5.8	5.4
México	4.4	2.8	6.3	3.2	2.6
Panamá	15.7	20.0	16.4	15.6	13.0
Paraguay	5.1	6.6	5.5	6.4 ²	
Perú	10.1	8.3	7.9	7.8	9.8
R. Dominicana	...	19.6 ¹	15.8	14.3	
Uruguay	13.1	9.2	10.8	10.2	12.1
Venezuela	14.3	11.0	10.9	11.3	15.3
América Latina*	10.1	8.2	8.8	9.7	10.8
América Latina **	8.3	5.7	7.2	8.2	9.0

Fonte: PIZARRO, 2001, p.36.

Assim, ao final da década de 1990 quase todos os países da região apresentavam desemprego de dois dígitos, o que teve como uma de suas causas a desindustrialização, resultado da brusca abertura econômica, e a relativa reprimarização de economias que já haviam concluído o ciclo de substituição de importações, como foi o caso argentino.

El crecimiento económico lento e inestable y los patrones estructurales adversos se han traducido en mercados laborales débiles. La generación de empleo ha sido particularmente escasa en América del Sur. Por su parte, el aumento de la informalidad, las crecientes brechas de ingresos entre trabajadores calificados y no calificados y, como ya se señaló, la heterogeneidad estructural cada vez más marcada, son tendencias de carácter regional. Un reflejo importante de estas tendencias es el deterioro estructural que experimentó el vínculo entre la pobreza y el crecimiento económico durante las dos últimas décadas [...]. Así, en 1997 las tasas de pobreza seguían estando por encima de los niveles de 1980, pese a que la disminución del PIB por habitante que caracterizó los años ochenta ya había sido revertida. Con la disminución adicional de los ingresos per capita promedio durante la “media década perdida”, la incidencia de la pobreza se amplió (OCAMPO, 2005, p.12).

A vulnerabilidade social, tão característica da América Latina, se tornou ainda mais aguda a partir das reformas que implicavam em predomínio do mercado na condução da economia, abertura econômico-comercial e o desmonte do Estado desenvolvimentista, condenando principalmente aos

grupos de mais baixa renda (PIZARRO, 2001). Ao fim da década de 1990, a América Latina contava com 200 milhões de pobres, grande parte deles composta por argentinos e venezuelanos, uma vez que o quadro social na Argentina piorava com a expansão da pobreza e, na Venezuela, se mantinha em uma preocupante estabilidade durante o período de 1994-1997 (CEPAL, 1999).

Quadro 04: Pobreza e Indigência por Países, 1990-1997 (%).

País	Ano	Lares Abaixo da Linha da Pobreza			Lares Abaixo da Linha da Indigência		
		Total país	Área Urbana	Área Rural	Total país	Área Urbana	Área Rural
Argentina	1990	-	16	-	-	4	-
	1994	-	10	-	-	2	-
	1997	-	13	-	-	3	-
Venezuela	1990	34	33	38	12	11	17
	1994	42	41	48	15	14	23
	1997	42	-	-	17	-	-
América Latina	1990	41	35	58	18	12	34
	1994	38	32	56	16	11	34
	1997	36	30	54	15	10	31

Fonte: adaptação de CEPAL (1999).

Desprotegidas, empobrecidas e penalizadas pelo ajuste estrutural, as massas manifestaram o descontentamento popular das mais diversas formas, sendo, em diversas ocasiões, duramente reprimidas por seus governos. Como resposta à deterioração social, a América Latina se viu tomada por mobilizações, greves, bloqueios de estradas e panelaços. Ainda que os trabalhadores rurais e movimentos indígenas também estivessem mobilizados - como ocorreu no caso brasileiro com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra ou com os povos originários na Bolívia, Chile e México -, os protestos eram principalmente urbanos e protagonizados por desempregados e estudantes, uma vez que as cidades foram os principais palcos do aumento da vulnerabilidade social (CEPAL, 1999).

Frente ao fracasso das medidas neoliberais de primeira geração, que desconsideravam as implicações sociais resultantes das mesmas, Williamson (2003) lançou um conjunto de reformas de segunda geração que, desta vez,

apresentaria algum grau de preocupação com respeito à expansão da marginalização e da pobreza na América Latina.

Hoy es evidente para todos los analistas que el “Consenso de Washington” era una agenda incompleta. Incluso sus defensores reconocen que no se tomó en cuenta el papel de las instituciones en el desarrollo económico y se tendió a minimizar el de la política social. Este reconocimiento ha dado origen a diversas propuestas que reclaman una “segunda generación” de reformas estructurales. [...] Por otra parte, la aceptación del carácter incompleto de la agenda original no ha estado acompañada del reconocimiento de que las reformas de mercado han producido algunos de los problemas que urge resolver, en particular el pobre desempeño económico y el deterioro distributivo padecidos por muchos países en las últimas décadas, tanto en América Latina como en otras regiones del mundo en desarrollo (OCAMPO, 2005, p.08).

As reformas de segunda geração passaram a contar, então, com as políticas de combate à pobreza de carácter compensatório e focalizado – o que não implicava em aumento considerável dos gastos publicos, pois seriam os regimes posteriores ao período de crise social que apresentariam a tendência de elevação dos mesmos devido aos esforços para a universalização das políticas sociais, conforme mostra o quadro 05.

Quadro 05: América Latina (21 países): Gasto Público Social como Porcentagem do PIB – 1990-91 a 2008.

Fonte: CEPAL, 2011.

A aplicação destas não foi idêntica para todos os países da região, uma vez que alguns se limitaram à garantia das condições mínimas de sobrevivência da população que se encontrava em situação de indigência, enquanto que outros ampliaram os gastos públicos com programas sociais e fizeram das políticas de combate à pobreza a marca de seus governos. Desta maneira, ainda que a região como um todo tenha servido de laboratório para os experimentos neoliberais, não houve uniformidade na intensidade e nos ritmos das reformas internas (CERVO, 2000).

A modernização foi concebida pelos dirigentes como abertura do mercado de bens e de valores e privatização das empresas públicas, como sugeria o centro hegemônico do capitalismo, mas os países avançaram por esta via com certo descompasso: Chile e Argentina são exemplos de adaptações rápidas e radicais, Venezuela e Brasil exemplos de hesitações políticas e tropeços operacionais, enquanto o México se afastava da América do Sul e encaminhava com senso prático sua vinculação ao bloco da América do Norte, o NAFTA (idem, p.05).

Assim, ainda que as ideias aqui expressas se refiram a uma situação hegemônica na América Latina dos anos 1990, o neoliberalismo desenvolvido por cada país apresentou peculiaridades, como mostram os casos da Argentina e da Venezuela, que serão abordamos de maneira aprofundada nas seções seguintes.

1.3. ARGENTINA: RESULTADOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DA ORTODOXIA NEOLIBERAL

A Argentina por muito tempo apresentou um dos mais altos níveis de qualidade de vida de toda a América Latina, o que foi possível, em um primeiro momento, devido à importância que possuía os produtos que compunham sua pauta de exportações no mercado europeu, especialmente o inglês, e, em seguida, devido ao sucesso da política desenvolvimentista levada a cabo pelo Estado nacional. No entanto, a história contemporânea do país esteve marcada por constantes crises econômico-financeiras, sendo a mais aguda delas a resultante da aplicação ortodoxa do decálogo neoliberal proposto pelos

organismos financeiros internacionais e pelos *think thanks* dos países centrais. Nesta seção, pretende-se, então, refletir acerca dos resultados observados após a adoção das reformas de orientação neoliberal na Argentina a partir de 1976, com especial atenção para o período de ortodoxia do peronista Carlos Meném, até o seu aparente esgotamento, com a crise social de 2001.

A atuação do Estado como promotor social e como organizador da economia na América Latina remonta aos anos de 1930, período que na Argentina convencionou-se chamar de “década conservadora” ou “década infame”. Após ser duramente atingida pela Grande Depressão de 1929, que fechara os mercados europeus e prejudicara as exportações argentinas, deu-se início no país ao processo de industrialização por substituição de importações. A transformação das estruturas econômicas dos países trariam consigo também importantes mudanças no papel desempenhado pelo Estado e nas alianças sociais (MULLER, 2002).

Ainda no governo de Justo, figuras como Raúl Prebisch teriam maior influência sobre a tomada de decisões, o que levaria a criação de instituições, como o Banco Central da República Argentina e o Instituto Movilizador de Inversiones Bancarias, e a reestruturação tributária e da dívida pública. “En suma, en el periodo del gobierno de Justo se asiste a una redefinición completa del aparato estatal, que marcara un nuevo rumbo no solo para la economía, sino también para el escenario político del país” (MULLER, 2002, p.85). A partir de 1946, com a chegada de Juan D. Perón ao poder, as bases do Estado de bem-estar argentino seriam efetivamente estabelecidas. Desde sua passagem pela Secretaria do Trabalho, Perón deu início à construção de sua imagem como representante, dirigente e protetor dos setores populares, convertendo o sindicalismo argentino em um dos seus mais importantes aliados e a insígnia da “justiça social” na principal bandeira do movimento que estava criando.

Mais que um discurso, o período peronista esteve marcado por políticas que reconfiguraram o carácter do Estado argentino, tais como a nacionalização de investimentos estrangeiros, o impulso à industrialização, e a nacionalização do Banco Central. Da mesma forma, diversas medidas que visavam a melhora da qualidade de vida da população foram implementadas, tais como o controle

de preços e de aluguéis, programas habitacionais e universalização do sistema previdenciário. Ainda segundo Muller (2002), o peronismo foi o responsável por incorporar ao consumo, à política e à sociedade em geral a uma grande parcela da sociedade argentina.

A década de 1970, por sua vez, esteve marcada pelo fim do ciclo desenvolvimentista anteriormente referido, no qual o Estado havia sido o principal impulsor de um conjunto de medidas que provocaram importantes transformações nas estruturas econômicas e sociais dos países latino-americanos. Os primeiros sinais deste declínio se fizeram ver quando o alto nível de endividamento externo – que se tornou ainda mais crítico após o aumento das taxas de juros por parte das economias centrais - provocou crises internas, tendo os países que recorrer aos empréstimos dos organismos financeiros internacionais.

Nessas condições, a Argentina também teve seu “milagre” econômico, crescendo de 1963 a 1974 a altas taxas. Ainda assim, sofreu algumas crises de balanço de pagamentos e fortes reduções de reservas em 1969, 1971 e 1975, socorrendo-se no FMI em 1972, 1975 e 1976. Tampouco conteve a inflação, que, de moderada até 1970, se eleva a partir daí, atingindo 182% em 1975 e 434% em 1976 (CANO, 2000, p.105).

O último golpe militar da história contemporânea argentina ocorreu em 1976, quando o General Videla interrompeu o governo de Isabel Perón. A já anterior crise econômica, somada ao Estado de exceção e à política do terror instaurada a partir de então garantiram as condições necessárias para o desenvolvimento da mais intensa reforma estrutural experimentada pelo país. Os objetivos não se resumiam, então, a conter o déficit fiscal e a inflação, mas também a desmontar as estruturas através das quais se organizavam e se reuniam as forças peronistas.

A piora da avaliação da opinião pública a respeito dos militares logo após as novas complicações econômicas – devido, dentre outras coisas, à incapacidade mexicana de honrar com o pagamento de sua dívida externa e à crise de desconfiança gerada no mercado financeiro internacional - e da desastrosa participação na Guerra das Malvinas apressou o processo de redemocratização.

As principais cifras altas obtidas pelo regime militar foram as de seus crimes, das importações, da inflação e da quebra de empresas. Em 1976-1978 o programa econômico foi muito ortodoxo: congelamento de salários, liberalização dos preços, abertura comercial e desregulamentação à finança e ao capital estrangeiro. Os preços cresceram em todo o período, reforçados pela indexação econômica que se generalizou e a despeito das políticas de estabilização. Da média de 170% anuais em 1977-1979, passam a 105% em 1980-1981 subindo para 434% em 1983 (CANO, 2000, p.109-110).

Os civis voltaram ao poder em 1983 e, buscando atender as demandas populares, promoveram uma melhora dos salários no ano seguinte e trataram de costurar, junto ao Brasil e ao México, uma negociação conjunta para o problema da dívida. Além disso, Raúl Alfonsín (1983-1989) deu início à mais exitosa tentativa de integração do Cone Sul, firmando com o Brasil um tratado que posteriormente evoluiria para a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

No âmbito interno, no entanto, a situação econômica da Argentina se deteriorava, com a inflação atingindo 688% em 1984 e com o déficit em transações correntes se agravando. Foi assim que, no ano seguinte, Alfonsín anunciou o Plano Austral, um conjunto de medidas heterodoxas que consistiam no congelamento de preços e salários, reforma monetária e substituição do peso pelo peso austral, desvalorização inicial do câmbio e posterior fixação da taxa, aumento das tarifas de importações e exportações e deságios dos saldos remanescentes da dívida por meio da *tablita*¹³ (CANO, 2000).

A inflação, que caíra para 82% em 1986, voltou a atingir três dígitos a partir de 1987, chegando a 175%. O novo congelamento imposto por Alfonsín já não logrou resultados favoráveis, o que levou à implementação de um novo plano econômico em 1988, o Plano Primavera, que previa acordos para a desindexação. Em 1989, o processo hiperinflacionário fora novamente detonado e a inflação atingira o pico de 4.924%, levando os radicais a renunciarem e a serem derrotados nas eleições presidenciais daquele ano.

¹³ Consistia na informação antecipada da porcentagem de desvalorização para os meses seguintes, com o fim de eliminar os “fatores psicológicos” que teoricamente impediam a economia argentina de sair da crise.

Após assumir a presidência em 1989, Menem costurou uma aliança com a opositorista União Cívica Radical, com a qual firmou um pacto programático. Assim, logrou submeter à aprovação do Congresso, ainda em agosto de 1989, as leis “de emergência econômica” e “de reforma do Estado”, através das quais o governo dismantelaria o modelo econômico orientado ao mercado interno, eliminaria uma série de normas regulatórias, controle de preços, subsídios industriais, restrições aos investimentos estrangeiros, reduziria as taxas sobre importações, privatizaria as empresas dos setores estratégicos do país - tais como telecomunicações, manufatura, têxtil e a petroleira YPF -, desencadeando em demissões massivas e agravando ainda mais o déficit fiscal argentino. Por fim, lançou um plano de “reestruturação” do Estado que eliminou, da noite para o dia, dezenas de milhares de postos de trabalho na administração pública nacional (PÁDUA, 2009).

A Argentina se consolidou, então, como um caso de adesão incondicional aos preceitos neoliberais, abrindo mão de sua autonomia monetária e avançando de maneira indiscriminada em direção ao sucateamento do Estado e à substituição deste pelo mercado como principal condutor do desenvolvimento.

Por muito tempo, o país recebeu toda sorte de elogios por parte da chamada comunidade financeira internacional e era apontada pelos organismos financeiros como um exemplo exitoso de reforma estrutural. A hiperinflação havia sido controlada, enquanto que o déficit fiscal havia sido reduzido a partir do ingresso dos recursos oriundos das privatizações, da atração de capitais e pelo corte de gastos com políticas sociais.

Em 1991, foi lançado o Plano de Conversibilidade, em seguida convertido em lei, que fixaria o câmbio sob a paridade de um peso argentino para um dólar norte-americano. Segundo Ávila (2007), deu-se início a uma fase de “ilusão primeiro-mundista”, quando a classe média argentina passara a desfrutar das vantagens que o modelo econômico lhe oferecia, principalmente

permitindo a expansão do consumo de importados¹⁴ e das viagens turísticas internacionais. A Argentina parecia cumprir seu destino de “país desenvolvido” - ignorando o déficit que se acumulava em sua balança comercial devido à perda de competitividade de seus produtos exportáveis -, enquanto que a maior parte dos países da região seguiam condenados às crises inflacionárias e ao pífio crescimento econômico, quando não à recessão (PÁDUA, 2009).

A política monetária aplicada pela Argentina, baseada na âncora cambial, utilizando a entrada de divisas que ingressavam na balança de capital de forma especulativa para sustentar a política de paridade, tornava o país ainda mais vulnerável às oscilações e aos choques externos. Desta forma, a crise mexicana de 1995 e seu “efeito tequila”, assim como as crises dos países asiáticos e a crise russa na segunda metade da década dos noventa, afetaram bruscamente o equilíbrio econômico argentino.

Segundo Ávila (2007), a crise mexicana teve como reflexo uma massiva fuga de capitais na Argentina, o que acabou por diminuir as reservas internas e a afetar o plano de conversibilidade, que tinha como característica a quantidade de divisas atrelada à base monetária. Para que o peso argentino não tivesse que ser desvalorizado, as reservas do Banco Central foram duramente reduzidas. Outra medida adotada com o fim de manter a paridade monetária foi o aumento da taxa de juros, acarretando em queda do consumo interno e nova expansão da dívida (LOSTAUNAU, 1998). No campo social, o aumento do desemprego (Gráfico 02) e da pobreza – esta última passou de 13% em 1994, na Grande Buenos Aires, para 17,2% em 1995¹⁵ - e a redução do crescimento logo se fez sentir, com o PIB recuando em 4,4% em 1995, após um crescimento médio anual de 7,7% desde 1990¹⁶.

¹⁴ Segundo Pádua (2009), o aumento das importações foi de 109% em 1991 e de 79% em 1992, levando muitas empresas nacionais à falência e, conseqüentemente, resultando na eliminação de postos de trabalho.

¹⁵ MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS. La economía argentina en 1995. Disponível em: <http://www.mecon.gov.ar/informe/infor16/introduc.htm>. Acesso em 29 de outubro de 2014.

¹⁶ Idem.

Gráfico 02: Taxa de desemprego na Argentina de 1980 a 2006 (em %).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério de Economía y Finanzas Públicas.

O aumento dos juros, e a consequente elevação da dívida pública, também contribuíram para que o déficit fiscal argentino se tornasse mais preocupante. Eles representavam 6,5% das receitas correntes em 1993, 9,8% em 1996 e 21,4% no primeiro semestre de 2001, enquanto a dificuldade para a obtenção de financiamento externo surgia como externalidade negativa do contexto de crise internacional. A receita fiscal argentina, por sua vez, seguia uma forte tendência de queda devido ao declínio da atividade econômica (CALCAGNO, 2001).

Quanto à distribuição de renda, houve uma considerável deterioração dos segmentos que ganhavam menos. A distribuição havia sido regressiva nos últimos 25 anos e, de 1990 a 1998, a participação dos 20% mais pobres caíra de 5,7% para 4,2%, enquanto que a dos 20% mais ricos se elevara de 50,8% para 53,2%. A deterioração é ainda mais visível quando observados os porcentagens dos 10% mais pobres, cuja participação caiu de 2,7% para 1,5%, entre 1991 e 1998, e a dos 10% mais ricos, que passou de 34,6% para 37,3% no mesmo período (CANO, 2000). Estava posto o cenário que desencadearia em uma das mais graves crises sociais da história da Argentina.

No que diz respeito à atual política internacional, o neoliberalismo também provocou importantes alterações na política externa argentina, que abandonou de vez as bases da terceira posição e passou a adotar os princípios

do realismo periférico¹⁷. O argumento fatalista, comum a toda a região, de que não havia outra opção marcou a transição do Estado desenvolvimentista para o Estado normal e o encerramento de um ciclo de produção própria de conhecimento e de teorias, principalmente através da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

Os dirigentes argentinos à época dos mandatos de Menem (1989-1999) cunharam com felicidade a expressão *Estado normal* para designar a adaptação ante o novo paradigma. Desde o início do Governo de Menem, a Argentina via-se como o país normal que aspirou ser. Tal opção comportava padrões concretos de comportamento: não só não abrir confronto político, ideológico e de segurança com os Estados Unidos e seus aliados, mas apoiá-los e, quiçá, segui-los em quaisquer iniciativas. Ser normal significava, no caso argentino, romper com os princípios da autodeterminação e da não intervenção, tão caros à tradição diplomática latino-americana, como também com os princípios do direito internacional de que a ONU é guardiã, em favor de uma ordem regulada por relações de força. Significava, ademais, sujeitar a estrutura econômica interna e os padrões de inserção econômica internacional aos dogmas do chamado Consenso de Washington (CERVO, 2000, p.06).

Ainda segundo Cervo, tal transformação foi possível devido a uma modificação importante nos processos decisórios, à substituição de grupos tradicionais por novas autoridades originárias das margens da vida política. Ainda que se utilizando de um partido tradicional na Argentina, o Partido Justicialista, estes implementaram, sem grandes constrangimentos, uma nova visão de mundo desvinculada aos compromissos políticos relacionados com a herança histórica do país. Ao mesmo tempo, os temas mais estratégicos da agenda internacional, em especial os relacionados à economia, finanças e comércio global, passaram para o comando de Ministérios entregues a jovens que, em grande parte, acumulavam experiências técnicas em organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial e que aplicavam de forma acrítica as teorias produzidas nos países centrais.

¹⁷ Carlos Escudé foi o principal expoente do realismo periférico, defendendo o alinhamento automático com os EUA e atribuindo às anteriores confrontações com a grande potência a razão para a manutenção do subdesenvolvimento argentino.

2.1.1. O Corralito, os Cacerolazos e o Curto Governo de Fernando de la Rúa

O governo de Fernando de la Rúa (1999-2001) realizou uma série de tentativas que buscavam a redução do déficit fiscal em um contexto de recessão, utilizando tanto da redução de gastos públicos quanto de mudanças na estrutura tributária. Uma destas tentativas consistiu na criação de um novo imposto sobre transações financeiras, que incidia em 0,6% para ambos os débitos e créditos em conta corrente (com algumas exceções, como o pagamento dos salários e pensões). Assim, os sucessivos ajustes fiscais contribuíram para aprofundar a crise, como aponta o gráfico 03, que ilustra a tendência de elevação da taxa de pobreza na Argentina até 1996, voltando a apresentar a mesma tendência a partir de 1999.

Gráfico 03: Taxa de pobreza na Grande Buenos Aires, de 1991 a 2002 (em %).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério de Economía y Finanzas Públicas.

Frente à desconfiança generalizada, houve em 30 de novembro uma corrida por parte da população para obter dólares, ameaçando seriamente o sistema financeiro e comprometendo ainda mais o Plano de Convertibilidade. Como resultado, o peso perdeu parcialmente a sua apreciação em dólares no Banco Central. O governo reagiu proibindo a retirada unicamente de dólares e restringindo a retirada combinada de pesos e dólares. No dia seguinte, foi imposto o *corralito*, que consistia em um congelamento dos depósitos bancários, estabelecendo que não se podia realizar saques superiores a 250 dólares por semana e por conta corrente. Além disso, os bancos estavam

proibidos de conceder empréstimos em pesos e de operar no mercado de depósitos futuros, assim como de cobrar comissão pela conversão de dólar em peso. Empréstimos superiores a mil dólares não poderiam ser retirados em dinheiro, as taxas de depósito em pesos tornaram-se inferiores às dos depósitos em dólares e foram proibidas as transferências ao exterior, com exceção de operações de comércio internacional. No dia anterior ao anúncio das medidas, houve uma corrida aos bancos que retirou do sistema bancário cerca de 1,5 bilhão de dólares de uma só vez (CALCAGNO, 2001).

Como afirma Pádua (2009), dezembro de 2001 marcou o auge da crise econômica e social. A dívida pública atingira 60% do PIB, as taxas de desemprego e sub-ocupação somadas alcançavam 35% da população e 40% dos argentinos estavam abaixo da linha da pobreza. A empobrecida classe média argentina foi forçada a despertar da ilusão que representava a ascensão às fileiras do mundo desenvolvido e passou a engrossar os protestos e as greves juntamente aos trabalhadores desocupados, aos aposentados e aos estudantes.

O *corralito* foi o detonante de uma crise cujos antecedentes se vinham construindo há anos e o mais claro sinal do esgotamento de um modelo econômico e da descrença da população argentina em sua classe política. A aglomeração de milhares de pessoas na Praça de Maio, aos gritos de “*que se vayan todos y no quede ningún solo*” foram a mais perfeita ilustração do estado de descontentamento popular.

No los convocó nadie. Se fueron juntando solos, sin banderías políticas ni distintivos partidarios ni cánticos preparados. Marchaban en grupos, en familia, en parejas, de a uno. Había jóvenes y viejos, adultos y niños. Eran en su mayoría lo que todavía se llama “clase media”: ese territorio nebuloso y decadente entre los pudientes y los pobres que aún conserva su trabajo, tiene una casa con servicios, acceso a la salud y la firme creencia de que la educación es una vía regia para abrirse camino en la vida. [...] Iban poderosamente armados, sobre todo las mujeres: llevaban cacerolas, sartenes, cucharones soperos, ensaladeras, cualquier inocente utensilio de cocina que se pudiera hacer sonar con ruido y furia. Algunos improvisaron rudimentarios carteles escritos a mano alzada que decían más o menos lo mismo: “Que se vayan, que se vayan”, “Basta de corrupción”, “Dejen de robar”, “Queremos trabajo”, “Abajo los políticos”, “Abajo los jueces corruptos”, “Fuera De la Rúa y Cavallo” (CAMOU, 2002, p.4-5).

Os protestos se converteram em uma batalha campal, transformando o microcentro de Buenos Aires em um cenário de guerra, enquanto que roubos e furtos de comércios eram registrados em todo o país. As manifestações foram brutalmente reprimidas e o saldo foi de dezenas de pessoas mortas e centenas de feridos. Naquele mesmo dia, o ministro da Economia, Domingo Cavallo, se viu encurralado em sua própria casa e foi o primeiro da classe dirigente a apresentar sua renúncia, afirmando que os protestos “Obviamente son manifestaciones de desorden que merecen un tratamiento policial y no económico (PÁDUA, 2009).” Como Cavallo, De la Rúa e seu vice-presidente, Carlos Álvarez, também renunciaram, abrindo espaço para que o Congresso indicasse um novo nome que deveria governar o país pelo período de 90 dias.

2.1.2. “Cinco Presidentes em uma Semana”: as Tentativas de Contenção da Crise

Com a crise do Executivo, o presidente do Senado argentino, Ramón Puerta, deveria assumir a Presidência da Nação interinamente. Puerta, seguindo a regra constitucional, reuniu a Assembleia Legislativa em menos de 48 horas, que proclamou a Adolfo Rodríguez Saá como presidente interino, devendo este convocar eleições dentro de 90 dias. Seu mandato se estendeu, no entanto, apenas de 23 de dezembro a 30 de dezembro do mesmo ano, período em que anunciou a suspensão do pagamento da dívida externa, a entrada em circulação de uma nova moeda – o argentino, que nunca chegou a existir de fato - e fez promessas de contratação de milhares de funcionários públicos.

O mecanismo constitucional foi novamente acionado, sendo o vazio do poder Executivo ocupado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Camaño. A Assembleia Legislativa foi novamente reunida, através da qual Eduardo Duhalde foi indicado novo presidente da República Argentina.

Logo ao assumir a presidência, Duhalde enfrentou a oposição e pôs fim ao plano de convertibilidade, apesar dos temores de inflação. Ademais disso, as principais medidas por ele adotadas consistiram na consequente desvalorização do peso, na implementação de retenções às exportações, na

pesificação assimétrica de dívidas e depósitos, na manutenção da suspensão do pagamento da dívida externa e no congelamento e renegociação das tarifas (VARESI, 2012).

Com a desvalorização da moeda, as exportações argentinas rapidamente recuperaram a competitividade, ajudando a sanar as contas públicas e a dinamizar a economia. Aproveitando-se da capacidade produtiva que permanecera ociosa durante os anos de ortodoxia neoliberal, houve um relativo aumento da produção de manufaturas e, em seguida, se atingia os primeiros superávits comerciais.

As contas fiscais sofreram, então, leve recuperação, permitindo a implementação de políticas sociais de caráter compensatório, ao mesmo tempo em que a repressão aos protestos populares seguia presente. Ambas as medidas combinadas terminaram por resultar em um progressivo abandono das ruas como espaço de manifestações, principalmente por parte de uma maioria não organizada em movimentos sociais.

Os organismos financeiros internacionais, que antes aplaudiam a disciplina argentina e os resultados econômicos, que julgavam muito satisfatórios, passaram a criticar até mesmo o Plano de Convertibilidade. Negando qualquer tipo de ajuda à Argentina, acusaram os correntistas argentinos de serem os responsáveis pela crise, uma vez que teriam realizado o saque de suas poupanças de maneira abrupta e movidos pelo pânico (PÁDUA, 2009).

A realidade era que a crise em que caíra a Argentina não poderia ser solucionada apenas com novas concessões de crédito, pois esta ganhara uma dimensão que em muito superava o aspecto econômico. Como um câncer, a crise se espalhou para todo o corpo político argentino, ganhando características ideológicas e políticas, pois colocou em cheque a hegemonia do pensamento neoliberal e a sua promessa modernizadora e corroeu o sistema bipartidista, evidenciando o fracasso das instituições e sua representatividade.

A Argentina é um caso paradigmático por ter implementado o decálogo neoliberal de maneira bastante ortodoxa e dogmática, aplicando mesmo as reformas que não eram consideradas essenciais para a sua economia (RANGEL & GARMENDIA, 2012). Assim, o país foi palco do desenvolvimento de políticas de liberalização financeira, abertura comercial indiscriminada, venda do patrimônio público e desmonte dos monopólios estatais. Entre 1990 e 1998, Williamson (2003) afirma que o país cumpriu corretamente com os princípios por ele elencados e que, como recompensa, teve a hiperinflação substituída pela estabilidade de preços e um crescimento real do PIB *per capita* de 46%. A recessão que assolaria a economia argentina a partir de 1998 teria sido resultado do relaxamento fiscal e do tipo de câmbio, considerado demasiado rígido.

En suma, el principal problema del decálogo consistió en proveer políticas macroeconómicas para resolver los problemas que el contexto de la década de los 1980 había heredado; sin embargo, las transformaciones de la década de 1990 superaron las expectativas de las reformas del CW [Consenso de Washington] y, por lo tanto, no pudieron responder a las transformaciones y necesidades que ahora tenían los países latinoamericanos. Así, las carencias de las reformas de primera generación se evidenciaron cuando ocurrieron las subsecuentes recesiones económicas (RANGEL & GARMENDIA, 2012, p.54).

Desta maneira, o crítico desempenho econômico e social apresentado pelo período de implantação das reformas neoliberais terminou por mostrar que os quatro principais argumentos de seus defensores estavam equivocados. A ideia de que o controle inflacionário e a redução do déficit público se traduziriam em um estável acesso aos mercados de capitais estrangeiros, assim como em forte e sustentável crescimento econômico, não se concretizou. A expectativa era a de que a integração ao comércio e aos fluxos de investimentos globais deveriam trazer externalidades positivas, mas a forma indiscriminada como se deu algumas das aberturas de mercado na região trouxe muitos resultados negativos. Também o pressuposto de que as reformas implicariam em maior produtividade das empresas e setores mais dinâmicos, o que se difundiria automaticamente por toda a economia, assim como a crença de que as políticas compensatórias da segunda geração de reformas seriam o suficiente para a contenção do aumento da pobreza, se mostraram pouco

condizentes com a realidade da região (OCAMPO, 2005). Mais do que de políticas econômicas “milagrosas”, o país necessitava de uma profunda reforma de Estado e da reconstrução das relações deste com o povo argentino.

1.4. VENEZUELA: CRISE DA ECONOMIA RENTISTA, ESGOTAMENTO DO PACTO DE PUNTO FIJO E HECATOMBE SOCIAL

A partir da segunda década do século XX, a economia e a sociedade venezuelana experimentaram profundas transformações, passando de agrário-exportadora a petrolífera. A alteração da estrutura produtiva do país, assim como o surgimento de uma nova elite – já não mais agrária, mas comercial e urbana – e a ampliação da classe média urbana foram algumas delas. A elevação dos preços do petróleo, como decorrência da política de aumento de preços e controle da oferta, levada a cabo pela OPEP na década de 1970, elevou a receita fiscal e permitiu a expansão do gasto público, principalmente através de programas sociais.

Coronil (2002) defende que a transformação da Venezuela em nação petroleira dividiu a nação em dois corpos: um corpo político, que estaria composto por seus cidadãos, e um corpo natural, formado a partir da riqueza que se encontrava sob seu solo. O Estado teria nascido, então, para condensar estes corpos e para defender os interesses tidos como nacionais frente às empresas petroleiras estrangeiras, o que lhe passou a dotar de poder político e de autonomia econômica.

Por décadas, o país esteve imerso na ideia de que o petróleo resolveria todos os problemas e que se estava construindo a chamada Grande Venezuela. Desde Gómez se criou as bases para a dependência da economia petroleira e para a personalização do poder do Estado, o que implica em dizer que a ideia de uma Venezuela como nação moderna graças à exploração petroleira, em que se confunde o governante com o próprio Estado, e que este último seria o principal agente da modernização que se deveria levar a cabo no país remontam ainda a fins da década de 1930. Já durante o período que se

estendeu de 1945 a 1958, sob o contexto de uma limitada diversificação da economia nacional, o Estado se convertera no centro das lutas econômicas e das rivalidades políticas, o que resultou em constantes interrupções de governos e levou o país a oscilar entre ditaduras e regimes democráticos (CORONIL, 2002). A aliança produzida pelos partidos de classe média e que resultou no golpe contra o regime perezjimenista em 1958, é por muitos considerada como o elemento fundacional da democracia venezuelana.

A década de 1970, por sua vez, esteve marcada pela consolidação da Venezuela como um petroestado, ainda segundo Coronil (idem). Para o autor, o auge petroleiro se deu em 1973, em decorrência dos choques do petróleo e do consequente aumento dos preços da *commodity*, o que fez do primeiro governo de Carlos Andrés Pérez uma espécie de reprodução da mesma ilusão que havia marcado os períodos anteriores: a de que as divisas que inundavam a Venezuela promoveriam a modernização instantânea do país. O projeto de transformação de Pérez, sem embargo, foi incapaz de fazer frente ao realinhamento das forças políticas no país e ao crônico conflito entre os setores que defendiam a promoção das exportações e aqueles outros que desejavam a apropriação da renda petroleira.

A partir de 1982, no entanto, o Estado venezuelano passou a sofrer de uma severa crise fiscal, da dificuldade de aceder ao crédito internacional, da expansão da sua dívida externa e da deslegitimação provocada pelos inúmeros casos de corrupção. Deu-se início, então, à aplicação de um ajuste macroeconômico ortodoxo composto de restrição monetária e creditícia, queda dos salários, aumento dos juros, contenção dos gastos públicos e desvalorização cambial, medidas que foram aprofundadas em 1984 e em 1988, após a agudização da crise. Os indicadores sociais rapidamente expressaram os custos de tais políticas: em 1990, a Venezuela contava com 11% de desocupados, 42% de trabalhadores condenados à informalidade e 34% de domicílios abaixo da linha da pobreza. Tal ajuste levou a uma série de protestos populares duramente reprimidos – o *caracazo* - e, em decorrência da instabilidade política, a duas tentativas de golpe em 1992 e a deposição do presidente Carlos Andrés Perez em 1993. Esta seção pretende, então, realizar um balanço dos principais resultados econômicos e sociais do período que se

estende de 1982 a 1998, quando o ciclo neoliberal é interrompido pela vitória eleitoral de Hugo Chávez. Para tanto, recorreremos à bibliográfica clássica com intuito de construir uma narrativa que articule dados empíricos e pressupostos teóricos, com o fim de compreender de que maneira as reformas liberalizantes experimentadas pela Venezuela levaram à crise social e à refundação do Estado.

1.4.1. Da Economia Tropical ao Rentismo Petrolero

A hoje chamada República Bolivariana da Venezuela entrou para o mapa geoeconômico da América do Sul ao converter-se em detentora de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, mas ganhou enorme peso geopolítico por experimentar importante e intensa resistência à implementação de uma série de medidas neoliberais.

O país, que em 2013 contava com 30,4 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 438,3 bilhões¹⁸, optou, como a maioria dos países latino-americanos, por uma forma de inserção internacional primário-exportadora, o que determinou as estruturas sociais, políticas e econômicas da Venezuela. A pauta exportadora esteve composta primeiramente por produtos tropicais, em especial café e cacau, o que exigia uma reestruturação agrícola, implementando-se a *plantation* e a utilização de mão de obra negra em regime de escravidão. Como resultado, o país passou a apresentar um quadro de grande concentração da terra e de aguda marginalização social de negros, indígenas, mestiços e brancos pobres. No plano político, por sua vez, a guerra civil travada entre liberais federalistas e conservadores centralistas, entre 1859 e 1863, marcou a transferência do poder das mãos dos caudilhos para as das oligarquias.

Na década de 1930, a economia e a política venezuelana não apenas já sofriam as transformações decorrentes da exploração e exportação do petróleo descoberto em seu solo, como também já se encontrava fortemente vinculada aos Estados Unidos por meio de diversos acordos comerciais. A expansão petrolífera, experimentada pela Venezuela a partir de 1939 (quadro 06),

¹⁸ Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/venezuela-rb>. Acesso em 02 de novembro de 2014.

financiou a ampliação da infraestrutura, a criação de instituições de fomento à produção, permitiu a criação de partidos políticos e a profissionalização das Forças Armadas. Foi, também, o aumento do gasto público em decorrência da aplicação de políticas sociais o que transformou as características dos regimes autoritários, a partir de então classificados como “populistas” (CANO, 2000).

Quadro 06: *Composição das exportações, 1920-1935 (milhões em bolívares).*

Anos	Totais	Petrolíferas	%	Café e cacau	%	Outras	%
1920	173,3	3,1	1,7	100,7	58,1	69,5	40,2
1925	373,1	173,9	46,6	155,2	41,6	44	11,8
1935	528,9	455,3	86,1	37,7	7,1	35,9	6,8

Fonte: BAPTISTA apud BARROS, 2006, p.212.

Os antagonismos entre o pequeno grupo atrelado à exploração do petróleo e todo o resto da sociedade eram extremados e mesmo a apropriação por parte do Estado de uma porcentagem cada vez maior da renda obtida sobre o recurso não foi capaz de impedir que as pressões exercidas pelos setores médios da população se agudizassem. Como resultado destas tensões internas, a política venezuelana se tornava mais instável, abrindo espaço para a sucessão de uma série de golpes e contragolpes.

Foi assim que jovens oficiais do exército, liderados por R. Betancourt, golpearam M. Angarita em outubro de 1945, instituindo uma Junta Militar para o período 1946-47, quando então se renova a Constituição e é eleito Gallego. Este, 9 meses após a posse, foi golpeado em novembro de 1948, por Delgado, que por sua vez é assassinado em setembro de 1950. Decorreu-se então mais um período dirigido por uma Junta Militar, de 1948 a 1952 (CANO, 2000, p.504).

Na década de 1950, com o surgimento das ideias cepalinas, a Venezuela parecia tomar consciência da necessidade de utilizar os recursos do petróleo para impulsionar o desenvolvimento de uma indústria nacional de transformação. Foi com este objetivo que o país tratou de limitar as remessas de lucros por parte das empresas estrangeiras e de fazer gestões junto a outros países produtores de petróleo para a formulação de uma postura combinada entre eles, o que posteriormente culminaria na criação da

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Outras medidas ainda foram adotadas, tais como a instituição do Banco Industrial, em 1937 e do Banco Central, em 1939, e a criação da Corporação Venezuelana de Fomento, em 1946. Em 1961, por sua vez, a legislação do Imposto sobre a Renda foi modificada e novos incentivos fiscais surgiram para que os lucros fossem reinvestidos nos setores estratégicos da economia do país. Como resultado, o PIB da incipiente indústria de transformação venezuelana cresceu 174% entre os anos de 1936 e 1950 e 159% na década de 1960, segundo Cano (2000).

Ainda segundo Cano (idem), as transformações logo se fizeram sentir também no âmbito social, pois a mortalidade infantil caíra de 92 para 60 entre os anos de 1960 e 1970, enquanto que o analfabetismo passara de 37% para 23% do total da população com idade superior a 15 anos e a porcentagem de domicílios com água potável passara de 33% para 50% no mesmo período.

Era la época dorada de la Venezuela saudí, una etiqueta equivalente a la de Argentina como granero del mundo, cuando, como suele decirse, se tiraba manteca al techo. El ingreso fiscal real que en 1950 era de 430 dólares saltó, en 1972, a 700 dólares, es decir, un 60 por ciento más. Los gobiernos tenían dinero suficiente para mejorar las condiciones de vida de la población con salud y educación gratuitas, sin que ningún otro sector social o económico tuviera que pagar impuestos por ello (LUZZANI, 2008, p.16-17).

Entre 1968 e 1972, a classe média venezuelana viu a renda *per capita* do país aumentar em 28%, o que lhes permitia reproduzir em Caracas o estilo de vida que assistiam durante suas viagens para as principais cidades do mundo desenvolvido (LUZZANI, 2008). Assim, ainda que o valor das exportações petroleiras houvesse quintuplicado entre 1970 e 1979, apesar de uma drástica redução de produtividade, o saldo em transações correntes só foi positivo entre 1973-1976 e 1979-1980, o que se deve à alta elevação das exportações (CANO, 2000).

Durante os primeiros mandatos presidenciais de Rafael Caldera (1968-1973) e de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), o domínio do Estado sobre o setor energético se ampliou. Em 1971, a exploração do gás passava a ser exclusiva do Estado, enquanto que, em 1973, o mercado interno de petróleo e

de combustíveis líquidos passou a estar também reservado para o Estado. Em 1975, frente à contração das exportações e dos preços do petróleo, levando, assim, a uma redução do interesse por parte do empresariado estrangeiro, o setor energético e a exploração do minério de ferro passaram a ser domínio público.

O maior controle por parte do Estado sobre a exploração petroleira, aliado ao considerável aumento dos preços do petróleo – que passou de US\$ 1,8, em 1970, para US\$ 16,5 em 1979 –, terminou por transformar a Venezuela em uma espécie de “petro-Estado”. A renda do setor correspondia, em média, a 20% do PIB, enquanto que o refino do petróleo representava cerca de 25% do PIB da indústria. As exportações do óleo haviam representado 90% do total exportado pela Venezuela em 1970, 80% na década de 1980 e 75% entre 1990 e 1996 (CANO, 2000). Em 1974, a renda fiscal de origem petroleira atingiu um dos valores máximos da história venezuelana ao chegar a 40% do PIB (LUZZANI, 2008). A economia tornou-se dependente das exportações de petróleo e da alta carga fiscal extraída das mesmas, tornando-se demasiado vulnerável em relação às oscilações dos preços da *commodity*.

Na Venezuela, a evolução da demanda final reflete primariamente a política seguida pelo Estado na apropriação e utilização do excedente petroleiro. Contudo, seria equivocado imaginar que o Estado é totalmente livre na formulação dessa política, mesmo quando seus dirigentes estejam animados de um firme propósito de mudança social. Decisões tomadas no passado respondem pela estruturação de um aparelho produtivo – reflexo da matriz institucional preexistente – dotado de considerável inércia. Em grande parte prolongação do comércio exterior, esse aparelho produtivo possui uma dinâmica própria que influencia o Estado e delimita o seu campo de opções. Sempre que se expande o excedente petroleiro amplia-se a margem de liberdade do Estado (FURTADO, 2008, p.120).

Como afirma Soler (2006), ainda que a sociedade venezuelana tivesse um alto padrão de consumo, em comparação com os demais países latino-americanos, não eram capazes de esgotar os dólares que a alta dos preços do petróleo gerava e canalizava para o país.

O auge exportador, ao trazer excessos de divisas ao país, gera um acréscimo correspondente na receita fiscal que vai induzir um proporcional aumento do gasto público, expandindo a demanda efetiva, com acréscimo

de importações. Contudo, se o excesso de divisas não puder ser utilizado (ou “esterilizado”), isso poderá desencadear uma valorização cambial que comprimirá a receita fiscal num momento seguinte. Porém, como o gasto fiscal cresceu de patamar, e parte dele é incompressível, o desequilíbrio fiscal poderá gerar pressões inflacionárias, deteriorando também a taxa cambial, reclamando novas desvalorizações e novas pressões inflacionárias (CANO, 2000, p.510).

Ainda segundo Cano (2000), dependendo da intensidade da valorização ou da desvalorização do câmbio, este processo também pode gerar graves distorções na estrutura de preços relativos, deformação estrutural do crescimento do PIB, alocação setorial de investimentos indesejada, pressão sobre os salários e desestímulo a outras exportações. Esta é, então, a origem dos desequilíbrios macroeconômicos enfrentados até os dias recentes pela Venezuela.

Gráfico 04: *Produto Industrial Bruto, 1973-1979 (Taxa interanual de crescimento).*

Fonte: Banco Central de Venezuela apud LUCAS, 2005.

Além disso, como recorda Furtado (2008), estes abundantes recursos financeiros costumavam ser rapidamente apropriados pelos próprios agentes responsáveis por sua produção, o que criava um abismo de desigualdade no país. Diferente da Argentina, país que financiou a acumulação a partir da alta produtividade de sua agricultura de exportação, a Venezuela sofre com uma forte tendência à concentração devido aos subsídios concedidos ao consumo através das importações, em detrimento das atividades agrícolas e artesanais. É a desorganização destas atividades – ademais da mecanização das mesmas, favorecida pelo fácil acesso a maquinários importados - o que contribui para que o excedente de mão de obra se expanda, resultando em

queda dos salários nos segmentos sociais de mais baixa renda. Ainda segundo Furtado (2008, p.122), o sistema socioeconômico na Venezuela da primeira metade da década de 1970 era “fundamentalmente orientado para o consumo e o desperdício e no qual a renda é muito concentrada e provavelmente tende a se concentrar de forma permanente”, além de que “Via de regra, o subdesenvolvimento tende a reproduzir-se qualquer que seja o ritmo de crescimento da economia”.

Ainda no primeiro governo de Rafael Caldera, foi lançado o Plan Nacional de Desarrollo (1973-1974), que estava baseado na estratégia de desenvolvimento de novos setores produtivos – principalmente de infraestrutura e de indústria básica -, com o fim de diversificar a pauta exportadora e de substituir importações. No entanto, muitas das metas tiveram que ser postergadas devido à expansão do endividamento externo que o déficit no balanço de transações correntes provocou – segundo Espinaza (1997), a dívida externa saltara de 06 para 23 bilhões de dólares apenas entre 1975 e 1979. Profético, Furtado avisava em 1974 que, seguindo a mesma tendência, a elevação dos preços do petróleo deveria levar a um aumento do coeficiente de importações, o que exerceria forte pressão negativa sobre o emprego e a renda. Assim, a maior riqueza oriunda do *boom* do petróleo tornaria a Venezuela um país socialmente instável, como os acontecimentos do fim dos anos 1980 viriam a mostrar.

1.4.2. Os Ajustes Estruturantes dos Anos 1980

A Venezuela, assim como grande parte dos países latino-americanos, experimentou o esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações em 1980, ainda que não tenha logrado completar o ciclo de industrialização. O país foi, ainda, devido a sua condição de extrema vulnerabilidade frente às crises internacionais, duramente atingido pela queda dos preços do petróleo¹⁹, pela retração do crédito após a crise mexicana e pela fuga de capitais.

¹⁹ O preço do barril, que havia chego a US\$ 38,00 em 1981, devido à Revolução Iraniana, caíra para cerca de US\$ 12,00 em 1986-1988, atingindo US\$ 16,00 em 1989 (CANO,2000).

Ao assumir a presidência, Luis Herrera Campins (1979-1984) defendera a impossibilidade de manter as políticas estatistas de Carlos Andrés Pérez, optando por reduzir os controles e as regulações econômicas (LUCAS, 2005). Deu início, então, a uma espécie de “ensaio neoliberal”, através da implementação de uma nova política de preços e da redução de subsídios. Frente às restrições que a queda dos preços do petróleo implicava, também tratou de estabelecer um regime de câmbios diferenciados e de limitar as importações de artigos não essenciais. O período implicou também em aumento da taxa de juros, de maneira a minimizar a fuga de capitais, e de expansão da dívida externa através da obtenção de novos empréstimos.

O novo choque petroleiro de 1982 elevava a receita fiscal da Venezuela, o que levou Campins a retomar a anterior tendência de aumento do gasto público, com o fim de evitar a depressão econômica, e de manutenção da valorização cambial.

A teimosia em manter a valorização cambial entre 1979 e 1982 (e o temor de uma inevitável desvalorização próxima) provocou grande fuga de capital, agravando a situação do balanço de pagamentos. A inflação, em parte contida pela valorização, atinge 22% em 1980, o dobro da ocorrida em 1979, mas com a recessão e algumas medidas restritivas, ela baixa para 16% em 1981. A crise da dívida externa, contudo, aumentou as dificuldades em restringir o elevado gasto público *vis-à-vis* a queda das exportações (e da receita fiscal petroleira), elevando o déficit fiscal; entre 1982 e 1984 o governo faria um ajuste macroeconômico ortodoxo (CANO, 2000, p.514).

Este ajuste consistiu basicamente em manutenção dos juros altos, brusca deterioração dos salários, restrição monetária e creditícia, queda do gasto público, controle de preços de consumo básico e fortes desvalorizações cambiais em 1983 e 1984. Como resultado, houve uma retração acumulada do PIB de 12% entre 1979 e 1985, além de uma redução de salários em 25% e de uma elevação da massa de desempregados para 14% da população economicamente ativa (CANO, 2000).

Com resultados socioeconômicos tão negativos por parte do governo de Campins, a Ação Democrática voltou ao poder com Jaime Lusinchi (1984-1989), quem logo em seguida estabeleceu um novo sistema de câmbio que previa uma taxa fixa em 7,50 bolívares para a maioria das transações,

batizando a desvalorização de “sincerização da economia” (LUCAS, 2005). Em seguida, Lusinchi instituiu a Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE), que consistia basicamente em uma série de pactos sociais a serem negociados com trabalhadores e empresários. Figurava como seus principais pontos a eleição direta e secreta para governadores e prefeitos, restrição aos cargos vitalícios e, no campo econômico, a abertura comercial, maior liberdade para o capital estrangeiro e a proibição de monopólios, além da articulação da política econômica com a social (CANO, 2000). O objetivo era restaurar a legitimidade do sistema político após o descrédito em que a representatividade baseada no puntofijismo havia caído com os sucessivos escândalos de corrupção e fracassos econômicos.

As reformas, no entanto, se mostraram insuficientes para impedir novas desvalorizações cambiais em 1986 e 1987 e o retorno do ciclo inflacionário. No campo social, os resultados eram dramáticos: 41,8% dos trabalhadores haviam sido empurrados para a informalidade, enquanto que o salário médio de 1990 apenas equivalia a metade do salário de 1978 (ESPINAZA, 1994).

Estes fatos fizeram que os níveis de pobreza e indigência da população atingissem valores inusitados: entre 1981 e 1990, a porcentagem dos domicílios cujas famílias se encontravam abaixo da linha de pobreza passa de 22% para 34% (18% para 33% nas zonas urbanas) e a dos que se encontravam abaixo da linha de indigência passa de 7% para 12% (5% para 11% nas zonas urbanas). Os 20% da população urbana com menor nível de renda, que em 1981 recebiam 6,9% da renda total, passam a receber 5,7% em 1990, já os 20% mais ricos sobem sua fração de 37,8% para 44,6% (CANO, 2000, p.519-520).

A posse de Carlos Andrés Pérez para seu segundo mandato, em 1989, se deu em um cenário de muita descrença e descontentamento popular. De fato, a abstenção chegou a 20%, sintoma do rechaço que sofria o regime representativo e sua extrema partidização (SONNTAG, 1989). Foi também o início da mais ampla adoção de um conjunto de reformas neoliberalizantes, ainda que este tenha sido eleito com o discurso de que promoveria um duro enfrentamento à pobreza. O “plano de ajuste econômico” consistia em decretar a livre convertibilidade do bolívar, com sua consequente desvalorização, na liberalização da taxa de juros, no decreto de ajuste dos salários, na aplicação de reajustes de preços e no anúncio de uma profunda reforma comercial

(LUCAS, 2005). O papel do Estado na condução da economia seria minimizado, abandonando a sua tradicional função de fomentador da industrialização e de “apaziguador” das tensões sociais resultantes da desigual apropriação da renda petroleira.

En Venezuela, el contraste entre la prosperidad y el intervencionismo estatal de los 70 y la recesión y el neoliberalismo posteriores fue quizá más marcado que en cualquier otro lugar del continente. Mientras el maná de los ingresos petroleros le permitió al primer gobierno de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) extender el control estatal a sectores básicos de la economía, la caída de ellos llevó a su segundo gobierno (1989-1993) a adoptar una forma “radical” de neoliberalismo, metafóricamente descripta como “tratamiento de choque” (ELLNER, 1996, p.44).

Como recorda Cano (2000), o ano representara uma queda de 7,8% e um salto da inflação de 36% para 81%. As medidas também provocaram um forte desabastecimento de produtos básicos e sua consequente escalada de preços. Foi também o da maior eclosão social da história contemporânea da Venezuela, cuja resposta por parte do Estado foi de brutalidade, violenta repressão e continuidade aos ajustes que castigavam ao povo venezuelano.

1.4.3. O caracazo como Auge da Crise Política, Econômica e Social na Venezuela

Passados apenas quatorze dias da volta de Carlos André Pérez ao Palácio de Miraflores, o presidente anunciou o “*El Gran Viraje*”, um conjunto de medidas restritivas que terminaram por ficar conhecidas como o “*paquetazo económico*”.

En este sentido, se inició en 1989 un Programa de Ajuste Económico, mejor conocido como “Paquete Económico”, consistente en una clásica política de estabilización económica (aplicado de inmediato) y un programa de reestructuración económica (adelantado gradualmente bajo los acuerdos suscritos con el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial) [...], concebido como un “híbrido de cabeza neoliberal y cuerpo populista”, con el cual el gobierno de Carlos Andrés Pérez rompió objetivamente con la ideología socialdemócrata y buscó impulsar un proceso de extendida y rápida capitalización de la economía, cuya recesión era creciente (CHACÍN, 2003, p.112-113).

Tendo herdado de Campíns uma das piores crises socioeconômicas da história recente venezuelana, Pérez acreditava não ter outra saída que não a de criar as condições macroeconômicas capazes de atrair ao capital estrangeiro (SALAMANCA, 1994), ao mesmo tempo em que tentava corrigir os custosos preços sociais com políticas sociais focalizadas. Como medidas compensatórias, uma série de programas assistenciais foi criada, principalmente de caráter alimentário e de saúde básica, assim como políticas de aumento de salários, mas seus efeitos se viam bastante limitados pela inflação e liberalização dos preços.

A acumulação das distorções econômicas e sociais atingiu seu ápice ainda no primeiro ano do segundo governo de Pérez. O estopim foi o decreto de aumento dos preços da gasolina em mais de 100%, o que provocou uma enorme revolta social, o *Caracazo*, iniciada em 27 de fevereiro de 1989.

La medida puntual que desencadenó el Caracazo fue el aumento de la gasolina, que generó un incremento de los costos del transporte colectivo, y su paralización por parte de los conductores al considerar que el aumento decretado por el gobierno era insuficiente. Este hecho llevó imperceptiblemente a un eslabonamiento de situaciones de violencia que al cabo de varias horas cubrió gran parte de la capital y alcanzaría a otras regiones del país (SALAMANCA, 1994, p.12).

Guarenas foi o primeiro local em que os manifestantes ocuparam as ruas para expressar sua indignação. Do terminal de ônibus desta cidade, os protestos se estenderam logo a Caracas, Barquisimeto, Maracay, Valencia, Mérida, San Cristobal, Barcelona, Maracaibo e diversas outras. Os protestos também foram seguidos de saques e roubos: segundo Luzzani (2008), mais de 20 mil comércios, em sete cidades distintas, foram assaltados em menos de 36 horas. A adesão de policiais metropolitanos de Caracas, assim como a inicial cobertura midiática, serviu para agudizar ainda mais os protestos, frente ao que, como resposta, Pérez suspendeu as garantias constitucionais²⁰ e instaurou o “Plan Ávila”, utilizando o exército para conter as revoltas e autorizando a utilização de armas de guerra contra os civis. A intervenção militar esteve marcada por extrema brutalidade, principalmente nos bairros

²⁰ Estavam, então, suspensos os direitos à liberdade individual, de livre reunião, de inviolabilidade de domicílios, o livre trânsito, a liberdade de expressão e o direito à manifestação pacífica, conforme Decreto n.49, de 28 de fevereiro de 1989.

mais pobres, e resultou em milhares de desaparecidos – ainda que as cifras oficiais afirmam que o número consistiu em algumas centenas de vítimas.

Conforme depoimentos apurados pela Defensoria venezuelana²¹, jovens, em grande maioria pobres das cidades do interior do país e incorporados às Forças Armadas pelo regime de obrigatoriedade que havia até então, eram orientados a disparar “a todo lo que se mueva (p.29)”. Da mesma forma, a localidade caraquenha de 23 de Janeiro teria sido um dos espaços em que mais se deram violações aos direitos humanos por parte das forças repressoras do Estado, principalmente devido ao seu histórico como espaço de resistência popular (e que posteriormente viria a se transformar em um dos principais redutos chavistas), onde eram orientados a disparar contra as casas de forma indiscriminada.

Ao passo de dias, utilizando-se de muita repressão, as manifestações se enfraqueceram e Pérez, aos poucos, reestabeleceu os direitos constitucionais. O pacto bipartidista que havia sustentado a democracia venezuelana por décadas, no entanto, havia sido o principal atingido pela rebelião popular.

El Caracazo fue un momento de inflexión en la historia venezolana, el acelerador de todos los procesos en marcha y el principio del fin del PPF [Pacto de Punto Fijo], que duró, a los tumbos, nueve años más, hasta que en 1998 el candidato único de adecos y copeyanos, Salas Romer, fue derrotado en las presidenciales por Hugo Chávez (LUZZANI, 2008, p.23).

O novo período de governo de Carlos Andrés Pérez consolidava, então, ademais do esgotamento do acordo de elites que sustentava o sistema político venezuelano, o fim de um ciclo em que o modelo económico rentista sustentara a ilusão de que a abundância de dividas aproximava a Venezuela do mundo desenvolvido, substituindo-a pela realidade revolucionária que tomava as ruas do país.

1.4.4. Os Ajustes Estruturais de 1990 e o Declínio do Modelo Neoliberal na Venezuela

²¹ DEFENSORIA DEL PUEBLO. A 18 años de “El Caracazo”: Sed de Justicia. Disponível em: http://www.defensoria.gob.ve/dp/phocadownload/userupload/publicaciones/informes_especiales/el_caracazo.pdf. Acesso em 03 de novembro de 2014.

O segundo governo de Carlos Andrés Pérez seguiu sob forte tensão e nem mesmo o crescimento médio de 7,5% atingido pela economia venezuelana entre 1990 e 1992 fora o suficiente para ofuscar o retorno do ciclo inflacionário e a constante deterioração dos salários.

As manifestações e protestos populares seguiam tomando as ruas das principais cidades venezuelanas em 1993, ainda que nenhuma tenha tomado as mesmas dimensões que o *caracazo*. Diante de tamanha tensão, sua gestão perdeu o que restava de estabilidade, sofrendo duas tentativas de golpe ao longo de apenas um ano²². Sob ameaça de que a oposição convocasse um referendo para decidir a continuidade ou afastamento do então presidente do poder e vendo a sua popularidade despencar, Carlos Andrés Pérez terminou por ser afastado da presidência sob acusações de corrupção, sendo o posto assumido pelo presidente do Senado venezuelano até que novas eleições fossem convocadas.

O segundo governo de Rafael Caldera (1994-1999), marcando o retorno da COPEI ao Palácio de Miraflores, não foi menos turbulento que o de seu antecessor, Carlos Andrés Pérez. Ainda no início do seu mandato, foi surpreendido com uma aguda crise financeira que atingiu o Banco Latina e uma série de outras instituições financeiras. A fuga de capitais decorrente desta nova crise levou Caldera a implementar um novo sistema de controle de câmbio, em 1994, que novamente desvalorizava o bolívar, fazendo com que um dólar fosse o equivalente a 476 bolívares (LUCAS, 2005). Quanto à abertura comercial, levada a cabo ainda na gestão de Andrés Pérez, sob orientação do FMI, Lucas (2005, p.189) afirma:

Durante este período, la política de apertura comercial se profundizó y se vio complementada por la suscripción de una serie de acuerdos en el ámbito internacional, de relevancia para el sector industrial. El 13 de febrero de 1994 fue suscrito el Tratado de Libre Comercio entre Colombia, México y Venezuela, llamado Grupo de los Tres, el cual entraría en vigencia el 1º de marzo de 1995. El 26 de noviembre de 1994 se adoptó el arancel externo común del Acuerdo de Cartagena, que entró en vigencia el primero de febrero

²² A primeira delas, em fevereiro de 1992, foi encabeçada por Hugo Chávez, que posteriormente se tornaria presidente do país. A segunda tentativa ocorreu em novembro do mesmo ano, sob liderança de civis e militares.

de 1995. [...] El 29 de diciembre de 1994, el Congreso de la República promulgó la Ley Aprobatoria del Acuerdo de Marrakech, por la cual se establecía formalmente la incorporación a la Organización Mundial del Comercio (OMC).

As reformas, continuadas e aprofundadas por Caldera, se mostraram insuficientes para recuperar da crise a economia venezuelana. O governo tratou de desenhar, então, um novo plano de estabilização econômica e atração de recursos externos, a “Agenda Venezuela”, que previa a diversificação da pauta exportadora do país e a privatização da indústria do alumínio, ferro e aço, assim como a produção de cimento para construção civil. A partir deste programa, o FMI concedeu à Venezuela um novo crédito de 1,4 bilhão de dólares (LUCAS, 2005), enquanto que, internamente, se consolidava um cenário que mais favorecia o investimento de tipo especulativo do que produtivo.

Quanto à exploração do petróleo, Caldera implementou novas formas de cooperação e de associação com o capital privado, o que terminou por atrair majoritariamente o capital estrangeiro. Segundo dados apresentados por Cano (2000), a inflação também seguia a tendência de alta, apesar da relativa queda da carga fiscal e do gasto público, atingindo 40% em 1994, 71% em 1995 e 108% em 1996. Em 1998, a contração ainda maior das políticas fiscal e monetária havia forçado uma queda da inflação para 31%.

O modelo neoliberal venezuelano, como os exemplos que podem ser observados em quase todos os países da América Latina, se mostrou um fracasso em seus objetivos financeiros e econômicos e seus reflexos nos âmbitos político e social se mostraram ainda mais desastrosos.

Estabilidade monetária e aumento da produtividade do sistema empresarial são ganhos atribuídos aos governos neoliberais da América Latina. Desconstrução do núcleo central da economia, endividamento interno e externo, alienação do patrimônio nacional e transferência de renda são seus custos. Em termos prospectivos, os governos neoliberais reintroduziram mais um século de dependência estrutural, o atraso histórico cuja superação ficou mais adiante (CERVO, 2000, p.17).

A renda média na Venezuela de 1998 era 27% inferior a de 1980, segundo Cano (2000), o que aponta para uma queda brusca do padrão de vida

da população neste período. O salário de então também era apenas 34% do salário de 1978, enquanto que a taxa de informalização atingira 48,7% em 1996. Os efeitos da crise russa, ocorrida no mesmo ano, ainda forçaram uma queda do preço do barril do petróleo para apenas US\$ 10,00, provocando o déficit nas contas correntes e uma brusca redução das reservas de divisas da Venezuela. A abertura comercial e econômica, sugerida pelos organismos financeiros internacionais, longe de tornar a Venezuela um país mais moderno, acentuou sua vulnerabilidade externa. Afinal, “um país como a Venezuela, de fraca base agrícola e industrial, poucas chances teria de abrir sua economia, desregulamentá-la e ‘competir eficientemente’ no mercado mundial, salvo em petróleo (idem, p.538)”.

El caso venezolano probablemente sea la reacción más significativa para construir un bloque militante en contra de las políticas neoliberales impuestas por los organismos internacionales financieros, pues – como hemos dicho – los préstamos y rescates financieros se han convertido en un instrumento de control político y económico. América Latina requiere de políticas económicas sin ataduras, sin condicionantes que limiten el crecimiento de la región, se requiere de un “recetario económico” que garantice dicho crecimiento (RANGEL & GARMENDIA, 2012, p.62).

Como expressão de seu rechaço pelas condições impostas pelos organismos financeiros internacionais, a Venezuela foi rápida ao liquidar seus débitos junto aos mesmos tão logo encerrou sua fase de experimentos neoliberais. No entanto, o modelo de desenvolvimento, baseado na monoexportação, e os desequilíbrios macroeconômicos resultantes seguiriam assolando os formuladores das políticas que o país passaria a levar a cabo no período seguinte.

3. A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E O SOCIALISMO DO SÉCULO XXI: SUPERAÇÃO OU FLEXIBILIZAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL?

As Forças Armadas Nacionais da Venezuela haviam sido, por décadas, parte da engrenagem que sustentava o Pacto de Punto Fijo. A abundância de divisas e o ciclo de pujante crescimento econômico que se estenderam até a década de 1980 sempre lhes haviam garantido altos salários, boas condições de aposentadoria e um importante orçamento, o que possibilitara a neutralidade dos militares mesmo quando toda a América Latina se encontrava sob sucessivas rupturas democráticas. Da mesma forma, a renda petroleira havia servido para minimizar as tensões sociais, pois a enorme apropriação dos recursos por parte de uma pequena elite era acompanhada de uma série de políticas sociais que garantiam a ordem e a governabilidade. Foi a crise econômica experimentada pela Venezuela a partir de então o que promoveu o esgotamento deste modelo, cujo fato ilustrativo foi a fundação, em 1982, do MRB-200 (Movimiento Revolucionario Bolivariano, baseado no pensamento de Simón Bolívar), cuja principal liderança era Hugo Chávez, e que propunha a reforma do Exército e a implantação de uma Quinta República.

Após a onda de violência promovida pelo *caracazo*, Carlos Andrés Pérez se viu deslegitimado dentro das Forças Armadas e a Operação Zamora, assim como diversos outros planos insurrecionais que eram arquitetados dentro do próprio Estado, foi expressão da oposição crescente que o governo da Ação Democrática enfrentava.

La tensión era extrema en el país. El 87 por ciento de los venezolanos desaprobaba la gestión de Pérez. Caracas estaba todos los días paralizada por las protestas. Ese año la represión dejó al menos veinticinco estudiantes muertos. Los rumores de otro Caracazo o de un golpe de Estado arreciaban (LUZZANI, 2008, p.24).

Mesmo sabendo que os planos do golpe arquitetado para fevereiro de 1992 já eram de conhecimento inclusive do ministro de Defesa, Chávez liderou a Operação Zamora, insurreição que aglutinava 14 maiores, 54 capitães, 67 subtenentes, 65 suboficiais, 101 sargentos e 2.056 soldados (LUZZANI, 2008).

O golpe foi rapidamente contido e Chávez, responsabilizado pelo ataque à ordem, condenado à prisão.

Um ator que surgia de fora da política tradicional venezuelana, dotado de um discurso que culpava o fracasso do modelo representativo puntofijista, e mesmo a oposição de esquerda, pela crise social em que mergulhara o país, Chávez logrou canalizar para si, através de apoio popular, o descontentamento que os venezuelanos expressaram nas eleições de 1989, que apresentou baixos níveis de participação eleitoral, e nas seguintes manifestações que se prolongaram durante grande parte dos anos 1990.

A vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 1998, terminou por inserir a Venezuela como novo ator protagonístico do mapa político regional, uma vez que o país foi o primeiro a experimentar um conjunto de transformações que posteriormente se espalharia por grande parte da América Latina.

1.5. A PRIMEIRA VITÓRIA ELEITORAL DE CHÁVEZ E A REFORMA CONSTITUCIONAL

Entre novembro e dezembro de 1998, o povo venezuelano participou de um do processo eleitoral que em muito diferia dos anteriores. O debilitamento da democracia representativa, baseada na alternância entre a Ação Democrática e a COPEI no Palácio de Miraflores, provocara o surgimento de um novo competidor, o chamado Pólo Patriótico.

O Pólo Patriótico consistia na associação do grupo chavista, recém-renomeado como Movimento V República (MVR), e o Pátria Para Todos (PTT), dissidência da Causa Radical (CR). Uma agenda em comum unia o grupo e dava base ao projeto de governo que apresentariam ao eleitorado: nacionalista, o Polo Patriótico deveria defender a soberania venezuelana frente às mudanças internacionais que a globalização impunha; contrário à abertura petroleira, reestabeleceria ao Estado o controle sobre os ativos estratégicos do país; de vocação popular e antineoliberal, deveriam promover a transição da

democracia representativa para a participativa, ademais de estender os princípios democráticos também à economia (LUZZANI, 2008).

El MRV y el PPT van a coincidir en algunas de sus propuestas, de manera relevante en el nacionalismo y lo que de allí se deriva, y en su clara vocación popular. Igualmente, estos grupos fueron durante los años críticos del gobierno Pérez los principales impulsores de una reforma profunda, proponiendo la convocatoria a la Asamblea Constituyente (LANDER & MAYA, 1999, p.11).

A adesão do PPT ao Polo Patriótico foi fundamental para dotar a candidatura de Chávez de maior conhecimento a respeito do funcionamento das institucionalidades do país, uma vez que, em 1993, quando ainda era parte da CR e frente à agudização da crise do bipartidarismo, o PPT havia chegado a ser um dos principais partidos do país.

O Movimiento al Socialismo (MAS) foi outra agrupação que decidiu por apoiar a candidatura de Hugo Chávez, apesar das discordâncias internas. Parcela do partido defendia o apoio à ex-miss Universo e candidata da COPEI Irene Saéz, enquanto outros desejavam somar forças aos partidos do puntofijismo através da candidatura de Henrique Romer. Ainda que apenas uma pequena parcela defendesse o apoio à Hugo Chávez, esta terminou por ser a decisão do partido ao ver que este liderava as pesquisas de intenção de voto (LANDER & MAYA, 1999), o que foi de grande importância por garantir ao Polo Patriótico uma base regional que permitiria a vitória da agrupação também nas localidades menores. O Partido Comunista da Venezuela (PCV), que anteriormente havia apoiado a Rafael Caldera, também se somaria ao Polo Patriótico.

O centralismo de poder na figura carismática de Chávez já se fazia perceber desde então, reflexo da grande heterogeneidade que o movimento apresentava, apesar dos esforços que existiam no sentido de criar uma liderança coletiva no grupo. Era parte da própria lógica eleitoral o crescente personalismo e a assimetria de poder, dificultando que o MVR se convertesse em um verdadeiro partido de massas (MAYA, 2008).

A campanha eleitoral esteve marcada por esforços de desconstrução de imagem e por candidaturas que foram abandonadas por seus partidos em meio

ao comício para integrar as filas do chamado Polo Democrático, sob o nome de um mesmo candidato, Henrique Romer (LUZZANI, 2008). A liderança de Chávez durante a tentativa de golpe de fevereiro de 1992, que antes lhe havia rendido grande simpatia popular, agora era utilizado para rotulá-lo de antidemocrático.

A lo largo de la campaña, generalmente aprovechando algún desliz discursivo, Chávez fue estigmatizado como autoritario, fascista, antidemocrático, propiciador de la violencia, con una personalidad que de ganar no titubearía en barrer con las instituciones y desatar un clima de terror que llevaría a una guerra civil (LERNER & MAYA, 1999, p.12).

As Forças Armadas também estavam divididas. Enquanto Chávez contava com o apoio da maioria dos batalhões, o então comandante do exército, General Rúben Rojas Pérez – que também era genro de Rafael Caldera - teria afirmado que o triunfo de alguém que havia tentado contra as instituições democráticas não poderia ser aceito²³.

Por ser Chávez o único candidato que apresentava discordâncias com respeito à forma como os recursos do petróleo eram geridos no país, também houve tensões com a Petróleos de Venezuela (PDVSA), cujos burocratas o acusavam de defender posturas já anacrônicas e superadas (LERNER & MAYA, 1999).

A somatória das diversas crises que haviam assolado a Venezuela a partir de 1980 foi o que terminou, então, por transformar as eleições em uma espécie de referendo, através do qual deveriam optar pela manutenção do *status quo*, representado pela candidatura de Henrique Salas Romer – quem era apoiado por ambos os partidos do puntofijismo – ou pelas transformações prometidas por personagens emergentes e, até então, desconhecidos do eleitorado. Nesta ocasião, Chávez fora eleito com uma das mais altas votações da história eleitoral do país, 56,2% dos votos válidos, e obtendo maioria no Congresso, mostrando que esta nova agrupação havia logrado se sintonizar com as demandas por transformações emitidas por grande parcela da população.

²³ Ministro de Defensa declaró su apoyo al Comandante General del Ejército. Disponível em: <http://historico.notitarde.com/1998/10/17/pais/pais1.html>. Acesso em 05 de novembro de 2014.

1.5.1. A Reforma Constitucional de 1999

Uma das principais propostas de Hugo Chávez durante sua campanha eleitoral foi a de promover uma profunda reforma constitucional. Ainda durante a sua cerimônia de posse, Chávez anunciou que convocaria um referendo para consultar ao povo sobre a substituição da Carta Magna do país e, em caso de vitória do “sim”, em seguida daria início às eleições constituintes.

O novo texto constitucional deveria condensar as reformas que caracterizariam o novo Estado chavista, mas inicialmente enfrentou as dificuldades derivadas da transformação em leis de um conjunto de propostas relativamente vagas e pouco claras.

En la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (CRBV), sancionada en 1999 por referendo popular, se incorporaron diversas aspiraciones de cambio que se estuvieron formulando y debatiendo en los lustros anteriores en espacios institucionales como la Copre, en el seno de organizaciones de la sociedad civil, o fueron expresadas en la lucha callejera (MAYA, 2008, p.63).

Um dos principais logros da nova constituição é que, apesar de não abandonar as estruturas que caracterizam a democracia liberal, teve como centralidade o aprofundamento democrático, tornando-a mais participativa e garantindo às massas maior protagonismo. Novos instrumentos para a participação cidadã foram criados, garantindo a consulta popular através de mecanismos diretos e indiretos. Entre eles, é importante citar a incorporação ao texto constitucional de quatro tipos de referendo popular - consultivo, aprobatório, obrigatório e revogatório -, além das iniciativas legislativas e das assembleias e conselhos locais para a formulação de políticas públicas (MAYA, 2008). Os partidos políticos, por sua vez, alvo de rechaço popular nas últimas décadas, não apenas deixaram de ter acesso ao financiamento com recursos públicos como tiveram até mesmo o seu nome alterado para “organizações com fins políticos”, como salienta Maya (2008).

No campo social, a Constituição Bolivariana promoveu importantes mudanças quanto aos direitos de indígenas e afrodescendentes, que deveriam ser assegurados pelo Estado. Além disso, o Estado venezuelano também passava a assumir a responsabilidade de garantir o acesso à saúde –

universal, integral e gratuita -, considerado parte do direito fundamental à vida, assim como o direito à educação, considerado direito humano e dever social fundamental²⁴.

Quanto aos direitos econômicos, o Art.113 declara a proibição dos monopólios ou dos abusos devido à posição de domínio de uma empresa em determinado setor. A especulação também passaria a ser penalizada (Art.114) e o Art.115 define os casos em que a expropriação de propriedade privada pode ser executada. O art.118, por fim, reconhece o trabalho cooperativo ou associativo, podendo estas desenvolver qualquer tipo de atividade econômica²⁵.

A Constituição Bolivariana, referendada em 1999, representava uma iniciativa de grande ousadia por parte do governo de Hugo Chávez, uma vez que toda a América Latina, com exceção de Cuba, seguia sob a hegemonia neoliberal e sua ortodoxia do Estado mínimo. Sem grandes radicalismos, “la CRBV respondía a una propuesta estatista moderada en lo económico, distributiva en lo social, independiente en lo internacional y a medio camino entre la moderación y la radicalidad en sus instituciones democráticas (MAYA, 2008, p.64).”

1.5.2. O Golpe de Abril de 2002

Até 2001, o desempenho do governo chavista se mostrou bastante limitado e os resultados, modestos. Ainda assim, a polarização entre chavistas e antichavistas ganhava proporções cada vez maiores, derivadas do antagonismo que se abria entre os beneficiados por las políticas de Chávez e os que viram seus interesses afetados pelas mesmas ou que possuíam algum grau de discordância ideológica com relação ao bolivarianismo chavista. O presidente havia, recentemente, aprovado um conjunto de reformas que incluíam a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos, proibindo o controle estrangeiro sobre as operações de produção petroleira, a Lei de Terras, que regulava

²⁴CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/web/normativa_electoral/constitucion/indice.php. Acesso em 07 de novembro de 2014.

²⁵ Idem.

acerca da reforma agrária, e a Lei de Pesca, que privilegiava aos pescadores, em detrimento das grandes corporações do setor (ELLNER, 2003).

Ao mesmo tempo, a recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional e a disciplina fiscal adotada por Chávez permitiram uma leve recuperação da economia, que crescera uma média de 3,5% entre 2000 e 2001 (BARROS, 2006), o que não foi o suficiente para impedir uma greve cívica em dezembro de 2001.

O pequeno crescimento econômico, insuficientes para que houvesse uma queda brusca nos níveis de pobreza, aliado ao crescente clima de tensão e de enfrentamento político, começou a corroer a popularidade de Chávez. O ano de 2002 foi, então, aquele em que a conflitividade entre o chavismo e a oposição atingiria o seu ápice, resultando em um golpe que afastaria a Hugo Chávez do poder por 48 horas.

Em abril de 2002, uma enorme greve patronal contrária ao regime chavista foi convocada pela principal organização empresarial da Venezuela, a Fedecámaras, e pela Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), cujos aderentes foram chamados a manifestar em frente ao Palácio de Miraflores, exigindo a renúncia de Chávez. Uma vez que os manifestantes chegaram ao centro de Caracas, teve início um tiroteio que deixou diversas vítimas. Enquanto que situação e oposição se acusavam mutuamente quanto à responsabilidade sobre a onda de violência protagonizada na capital do país, oficiais das Forças Armadas forçaram a que Hugo Chávez abandonasse a presidência. O Congresso foi imediatamente dissolvido e Pedro Carmona foi ilegitimamente designado novo presidente do país. No entanto, um setor legalista entre os militares obrigou a que Carmona renunciasse e reconduziram a Hugo Chávez ao poder, em um episódio que Ellner (2003) chamou de um dos golpes de Estado mais efêmeros da história.

La mayoría de los analistas, al igual que los políticos de oposición, atribuyeron el golpe al estilo agresivo del presidente, a su inflexibilidad e intolerancia. Pero si bien estos rasgos ciertamente agravaron las tensiones, no constituían la médula de la polarización que abrumaba al país. Cuestiones económicas explican mejor la posición de poderosos intereses

empresariales, y también en gran parte de otros sectores de la población (idem, p.13).

O golpe tinha claro caráter econômico e elitista, uma vez que Carmona, em sua curta passagem pelo governo, havia nomeado para os ministérios principalmente a outros empresários e seu plano de governo, caracteristicamente neoliberal, estava em total concordância com as demandas da instituição que ele próprio presidia, a Fedecámaras.

Segundo Luzzani (2008), a primeira reação de Chávez foi buscar uma negociação com a oposição, aceitando inclusive que um referendo revogatório fosse convocado ainda no início do ano seguinte. A oposição, no entanto, não aceitou a oferta, exigindo que o referendo ocorresse em data mais próxima e que as reformas aprovadas em novembro de 2001 fossem revogadas.

Diante da impossibilidade de chegarem a um acordo, a oposição seguiu com seus esforços de desestabilização do governo de Chávez. Em dezembro do mesmo ano, paralisaram a produção petroleira de diversas plantas da PDVSA, destruíram os sistemas de navegação automatizados e mudaram as senhas dos sistemas para que as atividades não pudessem ser retomadas (LUZZANI, 2008).

As tentativas golpistas também marcaram a saída do governo de muitos aliados do chavismo. Isto se deu porque as alianças formadas por Chávez para chegar ao poder eram pouco estáveis e sua base sofreu importantes mudanças até aglutinar-se no gigante Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV).

Las tensiones entre estos grupos heterogéneos también produjeron escisiones en los partidos de la alianza. En 2001 se dio una división en el MAS, yéndose del gobierno una parte y otra manteniéndose hasta 2006 con el nombre de Podemos, que luego también tomó distancia. El PPT rompió con Chávez en 2000 para en 2001 regresar y sellar una alianza estable. En 2007, ya en el segundo gobierno de Chávez, el PPT sufrió un significativo debilitamiento cuando una porción de su dirigencia se separó para incorporarse, a instancias del Presidente, en el Partido Unido Socialista de Venezuela (PSUV). La mayoría de los otros partidos de la alianza, salvo el PCV, todos de poca significación electoral, y muchos de ellos creados para apoyar al Presidente en los años conflictivos de 2001-2004, se disolvieron en 2007 para integrarse al PSUV (MAYA, 2008, p.59).

Ao mesmo tempo, o cerco ao governo chavista – materializado através do golpe de 2002 e da sabotagem contra a PDVSA, entre 2002 e 2003 – reforçou a importância do apoio militar à Chávez, o que explica que tanto os militares ativos quanto os retirados tenham ganho maior participação no governo, inclusive através da ocupação de cargos na administração pública e como candidatos pelo PSUV.

Além disso, o golpe foi um estímulo para que Chávez impulsasse uma maior participação das organizações populares em seu governo, principalmente os Consejos Comunales, Círculos Bolivarianos e as Unidades de Batalla Electoral (UBE).

A política internacional bolivariana também sofreu importante alteração a partir do golpe de 2002. Frente à profunda divisão que se havia manifestado na sociedade venezuelana, Chávez tratou de construir uma rede de apoio de nível regional. Os laços com Cuba foram fortalecidos e a cooperação passou a incluir diversos aspectos, tais como o energético, educacional e de saúde. Além disso, Chávez também denunciou a participação dos Estados Unidos no golpe que tentou interromper seu governo, utilizando a partir de então um discurso bastante antiimperialista (MAYA, 2008).

O elemento integracionista do projeto bolivariano também se tornou mais evidente a partir de então, assumindo a Venezuela uma posição protagônica no rechaço dado pela América Latina à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), no impulso de velhos espaços de integração, como o Mercado do Sul (Mercosul), e na criação de novos instrumentos de concertação política, tais como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

1.6. O NOVO PROGRAMA ECONÔMICO E SOCIAL

Os anos que seguiram a greve cívica, o golpe contra Chávez e a paralização patronal-petroleira, 2002 e 2003, foram de aguda recessão, com

uma queda do PIB acumulada de 16,7% Em 2003, a taxa de desemprego aberto atingiria 18,9%, caindo para 15,1% no ano seguinte (MAYA, 2008).

A sabotagem expressa pela greve patronal-petroleira de 2002-2003 levou o governo chavista a demitir cerca de 18 mil funcionários da PDVSA, a maioria composta de executivos e funcionários de alto e médio nível técnico, o que criava a Chávez o problema de ter que substituir este capital humano. Além disso, ainda que Chávez tenha adotado, durante a campanha eleitoral, o discurso de que impulsionaria a “reindustrialização” do país, o seu primeiro governo foi marcado por duros enfrentamentos com o setor industrial, que lhe fazia oposição, e porque, após a greve na PDVSA, a desconfiança por parte do governo com relação ao empresariado aumentara, o que provocou uma maior intervenção estatal no setor produtivo. Como afirma Lucas (2005, p.205), “Concretamente, durante esse período continuó un proceso acelerado de cierre de empresas”.

A transição econômica comandada por Chávez é dividida por Barros (2008) em duas fases: na primeira, o presidente bolivariano teria buscado a estabilização econômica através da manutenção de Maritza Izaguirre no Ministério da Fazenda, dando relativa continuidade ao modelo econômico e mantendo a queda da inflação como o principal objetivo de seu governo. Ao mesmo tempo, uma política de abertura petroleira e de defesa dos preços do petróleo foi acionada.

A primeira fase consistia, então, na implementação do plano econômico de governo, que estava baseado em três objetivos centrais: a promoção do desenvolvimento econômico sustentado e diversificado, a redução da inflação e o aumento do nível de empregos. O papel do Estado como dinamizador e diversificador do aparato produtivo nacional, desenhando políticas de apoio ao setor produtivo nacional, também embasava o plano (SÁNCHEZ, 2002).

De acordo com o programa, portanto, um controle do câmbio real possibilitaria uma redução gradual da taxa de inflação dos bens tangíveis, o que, finalmente, se traduziria em menores taxas de inflação na economia. Portanto, a diminuição da inflação se sustentaria em uma âncora cambial nominal, com a qual se ratificava a política que se adotou com a instauração do sistema de

bandas cambiais em junho de 1996 (BARROS, 2006, p.220).

O plano, no entanto, era inconsistente no que dizia respeito aos métodos utilizados para que as metas econômicas fossem atingidas e nem ao menos explicitava qual seria a duração desta transição (SÁNCHEZ, 2002). Neste período, com os preços do petróleo ainda em baixa, Chávez se viu obrigado a aceitar um acordo negociado com o FMI, ao mesmo tempo em que tratava de concertar junto à OPEP uma política que visasse à redução da produção do óleo e seu consequente aumento de preços. A negociação foi exitosa e, em 2001, o preço da *commodity* saltara a US\$ 20,00/barril, frente aos US\$9,00 que eram pagos pelo mercado internacional em 1999 (BARROS, 2006).

Desta maneira, os dois primeiros anos da política econômica do governo de Chávez não estiveram caracterizados pelo radicalismo apregoado pela oposição, mas sim pela continuidade, em diversos aspectos, do que havia sido executado na gestão de Rafael Caldera. Ainda segundo Barros (idem), isso provavelmente se devia às preocupações por parte do governo com evitar uma crise de desconfiança interna ou externa, inviabilizando as reformas políticas que deveriam ser realizadas, de maneira a que o Estado recuperasse o controle sobre o petróleo e, assim, debilitar ainda mais as antigas estruturas do puntofijismo. A partir de 2001, no entanto, a economia foi reativada pelo aumento dos preços do petróleo, recuperando parcialmente a capacidade fiscal do governo. Começava a desenhar-se de fato o chamado “Projeto Bolivariano”, plano socioeconômico apresentado pelo MVR ainda durante a campanha presidencial de 1998 (SÁNCHEZ, 2002).

Quadro 06: *Evolução do PIB, 1996-2006.*

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PIB (variación porcentual)	-6,0	3,7	3,4	-8,9	-7,8	18,3	10,3	10,3
PIB Sector Petrolero (variación porcentual)	-3,77	2,25	-0,89	-14,22	-1,88	13,72	-1,48	-2,05

Fonte: MAYA, 2008, p.73.

O crescimento do produto interno logo teve seus reflexos na melhora da qualidade de vida da população. Em 1998, os gastos sociais representaram apenas 3,2% do PIB, enquanto que em 2001 já atingiam 4,7%, ainda que Chávez mantivesse uma política econômica de tipo ortodoxo.

Quadro 07: *Alguns indicadores socioeconômicos, 2003-2006.*

Años	Tasa de des-ocupación (%)	Hogares en pobreza (%)	Hogares en pobreza extrema (%)	Índice de Desarrollo Humano
2003	16,8	55,1	25,0	0,76
2004	13,9	47,0	18,5	0,80
2005	13,0	37,9	15,3	0,81
2006	9,9*	33,9**	10,6**	---

Fonte: MAYA, 2008, p.73.

O período de pujança econômica se estendeu até a década de 2010, uma vez que os preços do barril de petróleo seguiram em alta, chegando a US\$ 129,00 em 2008, caindo posteriormente para menos de US\$ 50,00 e sofrendo nova recuperação para US\$ 103,00 em 2012²⁶. A estabilidade macroeconômica, aliada à recuperação dos preços do petróleo, permitiu que a administração chavista avançasse na construção de mecanismos que permitissem uma melhor distribuição dos recursos petrolíferos e a transformação da estrutura socioeconômica do país. Como uma das formas pensadas para impulsionar o crescimento da economia, o governo passou a fomentar os “núcleos de desarrollo endógeno” (NDE), uma proposta de:

[...] política fundamentada en un modelo productivo intermedio que articule la acción de comunidades organizadas en unidades productivas con los agentes dinamizadores para conformar núcleos de desarrollo endógeno adecuadamente ubicados en el territorio²⁷.

A ideia consistia basicamente em aproveitar as iniciativas produtivas que surgiam no território venezuelano, de maneira a desenvolver novos projetos

²⁶ MINISTERIO DEL PODER POPULAR DE PETROLEO Y MINERÍA. Precios del petróleo. Disponível em: <http://www.menpet.gob.ve/secciones.php?option=view&idS=45>. Acesso em 09 de novembro de 2014.

²⁷ PSUV. Núcleos de desarrollo endógeno. Disponível em: <http://aristobulo.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2008/10/nucleosdesarrolloendogeno.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2014.

econômicos que edificassem um novo tipo de economia no país a partir das comunidades, dentro da concepção de democratizar a economia.

Orientação similar possui a Misión Vuelvan Caras, que busca a reincorporação ao trabalho produtivo da enorme massa de desocupados que havia no país. Através desta missão, são oferecidas capacitações técnicas, bolsas de estudo e inserção laboral, principalmente nas zonas rurais do país. Ambos os projetos fazem parte de um conjunto de esforços que previam a diversificação econômica da Venezuela, de maneira a superar a economia centrada unicamente na produção petroleira e desenvolver a indústria, o turismo e o potencial agropecuário que o país possui. A realidade, no entanto, é que a Venezuela segue excessivamente dependente da exportação de petróleo – em 2008, apenas 7% das exportações não correspondiam à *commodity*, segundo Cruz (2009) - e, em consequência, extremamente vulnerável frente às incertezas da economia internacional e ao natural declínio das reservas exportáveis da Venezuela.

1.6.1. As Missões Bolivarianas

As primeiras missões surgiram a partir da cooperação com o regime cubano, cujo governo, ainda sob o comando de Fidel Castro, se aproximara da Venezuela após o golpe sofrido por Chávez em 2002. Chamadas de *misiones bolivarianas*, elas foram lançadas em 2003 e inicialmente pensadas como medidas sociais focalizadas que atenuassem as precárias condições de vida dos setores de mais baixa renda, principalmente após a greve da PDVSA. Segundo Maya (2008, p.66), “Ellas promueven estructuras de la administración pública paralelas a las tradicionales, de cuyos funcionarios el gobierno desconfía”. As missões eram, então, organizadas e geridas pelas próprias comunidades, onde os setores mais vulneráveis acessavam por primeira vez os direitos que antes lhes eram negados. As Forças Armadas, dentro da aliança civil-militar e por ser uma das poucas burocracias estatais que gozavam da confiança de Chávez, também participavam diretamente da gestão das missões.

Las primeras serían Misión Robinson I y II, dirigidas a superar el analfabetismo y permitirle a la población adulta culminar la educación básica; Misión Barrio

Adentro I, para garantizar el derecho de los pobres a la salud mediante la colocación en los barrios populares de servicios de atención preventiva, principalmente con médicos cubanos. Y Misión Mercal I y II, para distribuir y comercializar alimentos en los sectores populares, que con el tiempo resultará en una distribuidora estatal de alimentos que satisface esta demanda y aproximadamente la mitad de la población a precios subsidiados (MAYA, 2008, p.68).

Ainda segundo Maya (idem), a partir da estabilização do preço do petróleo em níveis mais altos e da maior participação do Estado na renda petroleira, devido à reforma imposta por Chávez, a capacidade fiscal do Estado venezuelano foi ampliada, permitindo a expansão destas missões e a criação de diversas outras. Em 2006, já se podia contabilizar mais de 20 missões, tais como a Misión Identidad, que garantia a emissão de documento de identidade a todos os venezuelanos; a Misión Guacaipuro, vinculada à responsabilidade do Estado quanto à observância dos direitos dos indígenas; a Misión Cristo, que buscava a eliminação da pobreza extrema; a Misión Milagro, que oferecia serviços oftalmológicos e a Misión Sucre y Ribas, que utilizava recursos da exploração petroleira para financiar o acesso à educação secundária e universitária.

Gráfico 05: *Renda petroleira per capita, 1950-2006 (US\$ 1997).*

Fonte: MAYA, 2008, p.62.

Segundo Luzzani (2008), estas políticas sociais faziam parte de um amplo plano estratégico, baseado em três objetivos centrais. O primeiro deles, de carácter social, visava possibilitar que a população empobrecida lograsse a

superação da miséria extrema. Apenas a Misión Robinson, que utiliza a técnica cubana *Yo sí Puedo* para a alfabetização de jovens e adultos, atendeu a cerca de 1,4 milhão de pessoas. De fato, em 2005 a UNESCO declarava a Venezuela livre do analfabetismo²⁸. A Misión Barrio Adentro, por sua vez, também contando com a cooperação de médicos cubanos, instalou clínicas populares nas localidades mais vulneráveis, inaugurando 525 centros de diagnóstico e reabilitação ao longo de quatro anos.

O segundo objetivo consistia em fortalecer a figura do presidente Hugo Chávez e aumentar o respaldo popular, de maneira a consolidar o governo apesar das ameaças de desestabilização internas e externas.

O terceiro objetivo, ainda segundo Luzzani (idem) é de caráter ideológico e visa politizar os cidadãos e libertá-los das políticas tipicamente assistencialistas.

As missões sociais, nas proporções adquiridas depois de 2003, foram possíveis devido à relativa estabilidade macroeconômica que a Venezuela atingira. Uma vez que o Estado passara a administrar a exploração petroleira e a renda por esta gerada, deu-se início a uma fase que Barros (2006) chama de “Estado controlado”. Segundo ele, estes recursos passaram a ser canalizados pelo Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA), estrutura do governo criada a partir de 2004 com a função de garantir a vinculação dos ingressos oriundos do petróleo com o restante da economia venezuelana, e pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES), que financiava a execução de projetos e obras, principalmente de infraestrutura. A partir de então, cerca de 40% do orçamento nacional se destinava às missões bolivarianas (LUZZANI, 2008).

Ainda que as missões necessitem uma série de correções, não apenas foram as responsáveis pela melhora da qualidade de vida de milhões de venezuelanos, como seus resultados são reconhecidos internacionalmente e

²⁸ Venezuela libre del analfabetismo. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/telesuragenda/Venezuela-libre-de-analfabetismo-20141027-0046.html>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

inspiraram a adoção de políticas semelhantes em outros países da região, como a Bolívia e o Equador²⁹.

Como sinal do êxito que o projeto bolivariano vinha logrando, Chávez foi reeleito em 2006 com a maior votação da história democrática da Venezuela, 63% dos votos, o que consolidava o chavismo como a principal força política do país e evidenciava o apoio das massas ao seu projeto político e econômico.

1.7. BOLIVARIANISMO E A PROPOSTA DO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI: UM ENSAIO DE FLEXIBILIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO?

As transformações ocorridas no mundo a partir do desaparecimento da União Soviética e da consequente confrontação ideológica entre capitalismo e socialismo haviam criado um cenário de crise para os paradigmas de esquerda (MAYA, 2008). As circunstâncias históricas e sociopolíticas criaram, então, na Venezuela dos anos 2000, um cenário que aglutinava diversos tipos de ideias, desde a revisão da democracia liberal-burguesa, passando pelo nacionalismo e integracionismo, chegando até mesmo à reformulação de um novo tipo de socialismo.

El bolivarianismo venezolano, como movimiento sociopolítico y como gobierno, posee particularidades dentro de la izquierda emergente en América Latina. Éstas le vienen principalmente de su origen y de las condiciones petrolero-rentísticas que caracterizan a la sociedad. Sin embargo, en muchos aspectos comparte rasgos similares con otros actores de izquierda del continente, que se derivan de su vínculo con parte de la izquierda latinoamericana del pasado, que continúa en él, y que ha influenciado su diagnóstico de los males de la sociedad así como los remedios que aplica (MAYA, 2008, p.56).

Consistindo basicamente em uma aliança entre militares e civis, o bolivarianismo guarda suas semelhanças com outros fenômenos experimentados pela América Latina, tais como o peronismo argentino ou o varguismo brasileiro. No entanto, o que diferencia a Chávez de seus

²⁹ Venezuela es la nación menos desigual de Latinoamérica. Disponível em: <http://www.telesur.tv/news/Venezuela-es-la-nacion-menos-desigual-de-America-Latina-20140328-0059.html>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

antecessores é que sua aparição política foi resultado de uma crise socioeconômica sem precedentes e da resistência ao neoliberalismo, o que provocou também o esgotamento do modelo político-institucional que se perpetuara no país por décadas. O movimento esteve conformado principalmente por militares de baixa patente, originários de regiões pobres das grandes cidades e do interior do país, que frequentaram universidades públicas de qualidade e tiveram formação nacionalista ainda no primeiro mandato de Rafael Caldera (LUZZANI, 2008).

Após a sua segunda vitória eleitoral, em dezembro de 2006, Chávez anunciou o que seria uma “transição acelerada em direção ao socialismo do século XXI”³⁰, cujos primeiros passos seriam a integração de todas as siglas que apoiavam seu governo em um megapartido, o PSUV³¹, e a promoção de uma nova reforma constitucional. Tal decisão criou uma série de antagonismos e discussões nas filas chavistas, levando, inclusive, à saída do General Raúl Isaías Baduel, ministro da Defesa, importante nome do bolivarianismo militar e um dos fundadores do MBR 200, do governo chavista. Para Baduel, o socialismo a ser desenvolvido no país deveria ser caracteristicamente venezuelano, evitando os erros das experiências socialistas passadas, e não uma reprodução do que chamava de “capitalismo de Estado soviético” (MAYA, 2008).

Conceito difundido inicialmente pelo marxista alemão Heinz Dietrich Steffan, o socialismo do século XXI foi apresentado a Hugo Chávez em 2005, durante o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre-RS. Consiste basicamente em uma proposta de superação do socialismo real, que não eliminou a dominação e a alienação dos trabalhadores, e da construção de uma sociedade onde já não existam as relações de produção baseadas na

³⁰ EL UNIVERSAL. La ofensiva de Hugo Chávez. Disponível em: http://www.eluniversal.com/2007/01/14/pol_art_141448. Acesso em 09 de novembro de 2014.

³¹ Segundo Maya (2008), Chávez desejava que todos os partidos que integravam a sua base se dissolvessem, de maneira a que seus quadros fossem incorporados pelo PSUV. Os que não o fizesse deveriam abandonar o governo, o que criou uma série de problemas de ordem política com o PPT, o PCV e o Podemos, que negavam a desaparecer como legendas próprias. De acordo com a autora, estes desentendimentos dentro da base governista seriam a principal razão para a derrota chavista no referendo da reforma constitucional, ocorrido no mesmo ano, o que levou Chávez a retroceder em sua decisão inicial em 2008.

exploração, naturais do capitalismo (SOCORRO, 2013). Suas bases fundamentais são:

La construcción de una sociedad democráticamente planificada, con democracia directa, participativa y protagónica de los ciudadanos no explotados, no dominados ni alienados por el Estado. Por el contrario, los ciudadanos dirigirán un Estado que responda a los intereses de una sociedad sin clases, donde será abolida la propiedad privada de los medios de producción, donde el suelo y los recursos naturales serán propiedad común, controlada por el Estado (idem, p.14-15).

Em seus aspectos econômicos, o socialismo do século XXI é influenciado pela teoria marxista do valor-trabalho, segundo a qual o intercâmbio deve dar-se entre produtos de valores equivalentes, ou seja, que tenham empregado tempo equivalente de trabalho para serem confeccionados. A propriedade privada dos meios de produção, assim como o lucro, também deveria desaparecer sob este tipo de organização econômica. O modelo produtivo seria voltado para o atendimento das necessidades da sociedade, não visando a obtenção de lucros. Ademais, todas as atividades produtivas consideradas essenciais e estratégicas deveriam estar sob administração estatal, a partir de uma concepção de desenvolvimento endógeno da economia nacional³².

Algumas das recomendações de Dieterich, tais como a implantação da nova ética socialista, a suprema felicidade social, o modelo de produção socialista e a democracia protagônica e revolucionária, foram incorporados aos Plan de Desarrollo Económico y Social 2007-2013³³ (SOCORRO, 2013).

Apresentado por Chávez como um conjunto de ideias um tanto subjetivas como justiça, igualdade, liberdade e solidariedade, o socialismo do século XXI tentou concretizar-se logo que o presidente deu início ao seu segundo mandato. Um conjunto de renacionalizações de empresas estratégicas foi realizando, incluindo a CanTV, assim como a nacionalização de outras, como a La Electricidad de Caracas. O anúncio dos “cinco motores

³² DIETERICH, H. Chávez y el socialismo del siglo XXI. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/55395.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

³³ PSUV. Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación, 2007-2013. Disponível em: <http://aristobulo.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2008/09/lineas-generales-delplan-de-desarrollo-economico-y-social-de-la-nacion-2007-2013.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

constituintes” é um exemplo, sendo o primeiro deles uma Lei Habilitante que permitiria ao Legislativo delegar ao Executivo, por período determinado, a competência para a elaboração de leis. O segundo consistia em uma reforma da Constituição Bolivariana, retirando dela qualquer aspecto que pudesse se tornar um freio ao processo socialista que o Estado deveria sofrer. O terceiro motor compreendia uma campanha educacional que deveria desenvolver-se em todos os setores da sociedade. O quarto motor dizia respeito a uma nova maneira de divisão do poder político, econômico, social e militar em todo o território, como parte do processo de avanço em direção ao socialismo. O quinto motor, por fim, consistia em conceder maiores poderes aos conselhos comunais, pois estes mudariam a natureza do Estado e impulsionariam o socialismo (MAYA, 2008).

La solicitud y expedita aprobación de la Ley Habilitante por parte de la Asamblea Nacional levantó mucha polémica. Fue considerada inconstitucional por algunos, alegando que el carácter genérico de los once ámbitos y el periodo tan largo que se demandaba violaba la función legislativa misma [...]. Pero, más allá de los aspectos legales, la rápida delegación de la función legislativa al Ejecutivo por parte de la Asamblea profundizó la tendencia a su subordinación frente a éste, o más específicamente al Presidente (idem, p.70).

Chávez apresentou em 2007 um projeto de reforma constitucional que, de certa maneira, erosionava as instituições liberais e que deveria facilitar o caminho para a efetiva implementação do socialismo do século XXI. Algumas das principais mudanças que o projeto apresentava incluíam a possibilidade de reeleição indefinida para o cargo de presidente e o aumento do período do mandato de seis para sete anos, além da redução da jornada diária de trabalho de oito para 6 horas e da institucionalização das missões bolivarianas e o fim da autonomia do Banco Central da Venezuela³⁴.

A proposta de reforma consistia, então, em uma clara intenção de radicalização do projeto bolivariano, mas que sofreu duros golpes por parte de opositores e mesmo de apoiadores do chavismo³⁵. A forma como o projeto foi

³⁴ BIBLIOTECA CONSTRUCCIÓN DEL SOCIALISMO. Ahora la batalla es por el sí: discurso de presentación del Proyecto de Reforma Constitucional ante la Asamblea Nacional. Disponível em: <http://www.minpi.gob.ve/minpi/downloads/reformaconst.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2014.

³⁵ EL PAÍS. Venezuela convoca el referendun sobre la reforma constitucional para el 2 de diciembre. Disponível em:

apresentado, de maneira muito apressada e com pouco debate sobre o mesmo, assim como as acusações de que se tratava de uma forma antidemocrática e, até mesmo, de um golpe de Estado, fizeram com que Chávez fosse, por primeira vez desde sua chegada ao poder, derrotado em um processo de consulta popular, ainda que por diferença pequena (50,7% votaram pelo Não, enquanto que 49,29% o fizeram pelo Sim, segundo dados do CNE³⁶).

La estrategia de avanzar rápidamente hacia un modelo socialista con orientación recentralizadora del Estado, concentración de atribuciones y poderes en el Presidente, concepción del partido y de las organizaciones populares como estructuras estatales, debilitamiento de la alternancia y el pluralismo político y creación de una milicia popular, entre otros aspectos, no fue aceptada por parte importante de las bases bolivarianas. El modelo socialista que implicaba la reforma, bien sea por su complejidad, bien sea por el breve tiempo otorgado para su conocimiento y discusión, o bien sea porque contenía aspectos que contradecían la profundización de la democracia participativa que fue principio legitimador del proyecto bolivariano en sus inicios, no logró convencer a las mayorías (MAYA, 2008, p.73).

A certeza de que a derrota se havia dado não porque a oposição havia logrado mobilizar mais eleitores pelo “Não”, mas sim porque o chavismo fracassara em convencer aos seus próprios eleitores, forçara a realização de uma revisão das estratégias e a adoção de um discurso mais moderado³⁷.

O socialismo do século XXI proposto por Chávez mostrou as dificuldades que a implementação de um modelo socialista pode enfrentar quando a sua aplicação é pensada em um país de economia rentista, pois a própria inserção que o país possui na dinâmica da economia internacional consiste em um fator que impõe enorme limitação ao projeto. No entanto, os princípios do socialismo do século XXI, aliados às bases que orientaram o projeto chavista desde o MRB-200, promoveram consideráveis alterações na

http://internacional.elpais.com/internacional/2007/11/03/actualidad/1194044402_850215.html.

Acesso em 09 de novembro de 2014.

³⁶ Disponível em: http://www.cne.gob.ve/divulgacion_referendo_reforma/. Acesso em 09 de novembro de 2014.

³⁷ Logo após reconhecer a derrota, Chávez anuncia o ano de 2008 como sendo de “revisão, retificação e reimpulso”: http://aristobulo.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2008/09/mensaje_presidente_2008.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2014.

estratégia de desenvolvimento venezuelano, o que se fez ver nas novas instituições criadas e na reorientação da política econômica e da atuação internacional da Venezuela.

4. O “PROJETO NACIONAL E POPULAR” KIRCHNERISTA: RETOMADA DO NACIONALISMO ECONÔMICO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA ARGENTINA

Em termos econômicos e sociais, o neoliberalismo resultou ser, de uma forma geral, desastroso para a América Latina. No entanto, em nenhum outro país da região o pensamento neoliberal logrou ser tão nefasto e destrutivo quanto na Argentina, onde o desmanche do Estado desenvolvimentista esteve envolto por um processo de disciplinamento social, possível através da adoção do terror e do desemprego durante a ditadura militar e, posteriormente, da hiperinflação e do empobrecimento pelos regimes democráticos.

Diferente da Venezuela, no entanto, os argentinos não contaram com a presença de atores políticos emergentes que pudessem canalizar o seu rechaço à política econômica ortodoxa, ao fracasso das políticas compensatórias focalizadas e à perda de credibilidade do sistema de partidos em vigência no país. Diante da necessidade de optar pelo partido que abandonou o seu legado popular e nacionalista para, uma vez no poder com Carlos Menem, executar um governo completamente oposto ao que estivera presente em seus discursos eleitorais, ou a debilitada e fragmentada União Cívica Radical, quem havia feito um governo não menos pífilo que o de Menem, o eleitorado argentino deixou de ver a disputa como sendo entre peronistas e antiperonistas, mas passando a ser entre a *nova* e a *velha política* (BERENSZTEIN, 2004).

Se combinaron entonces, contradictoriamente, los efectos del aumento de las exigencias de una parte considerable de la ciudadanía, los de la profundización de la dualización territorial entre las regiones modernas y las atrasadas en lo económico y lo educativo, los efectos de la fragmentación generada por los procesos de globalización, la frustración de expectativas de mejora del bienestar social, las consecuencias del desplazamiento de sectores del empresariado nacional por los nuevos intereses internacionales, etc. Así, a menos de dos décadas de reinstaurada la democracia, y en medio de un clima de creciente ilegitimidad de los poderes públicos, estalló una verdadera rebelión de los individuos que resumió su rechazo a la clase política en la iracundia de la fórmula “que se vayan todos” (SIDICARO, 2011, p.77).

A redemocratização trouxe consigo o temporário retorno ao bipartidarismo que dividia o sistema de partidos argentino entre o peronismo e o radicalismo, sem, no entanto, que a polarização se desse entre a expressão de um projeto progressista contra um projeto conservador. Por outro lado, enquanto que a democracia liberal saíra fortalecida pela alternância de partidos no poder, a nitidez que diferenciava o peronismo do radicalismo havia se perdido ao longo das décadas de 1980 e 1990.

La democracia argentina estaba perdiendo sus rasgos más intolerantes, porque estos hechos estaban demostrando que esta primera etapa también arrojaba como nueva característica del sistema partidario argentino la pérdida de intensidad de la denegación recíproca entre ambos partidos. Esta tendencia continuó cuando el PJ fue capaz de perder una elección estando en el gobierno. A esto ayudó el proceso de democratización del partido peronista, conocido como “la renovación”; y la crisis económica que obligó a los partidos en transformarse, o al menos intentarlo, en partidos de gobierno, es decir, con capacidades administrativas (BERENSZTEIN, 2004, p.44).

Ainda segundo Berensztein (idem), o debate econômico passara a subordinar a discussão política, com ambos os partidos assumindo o discurso da necessidade de modernização e racionalização da administração pública. Assim, uma nova relação se estabelecia com o eleitorado, o que permitia inclusive que o Partido Justicialista, com seu discurso moderado, incorporasse votos de setores que tradicionalmente votavam contra o peronismo.

As eleições presidenciais de 2003, que se deram ainda sob as sequelas daquele que foi um colapso econômico sem precedentes na história argentina e de massivas revoltas populares, apresentaram uma série de alterações do cenário anteriormente descrito (LEVITSKY & MURILLO, 2008). Do bipartidarismo, o país caminhara em direção ao multipartidarismo, com o surgimento de vários candidatos que superavam os 20% de intenções de voto (BERENSZTEIN, 2004) e que forçavam a construção de alianças, que consequentemente despolitizavam a disputa. Ao mesmo tempo, alternativas que atuavam fora da corrida presidencial, principalmente os movimentos piqueteiros e as assembleias de bairro, se multiplicavam pelo país.

Em um clima de fragmentação e de incertezas, Néstor Kirchner, quadro antigo do Partido Justicialista e quase desconhecido a nível nacional, fora eleito Presidente da República em 2003, assumindo o poder em maio do mesmo ano.

No ano 2000, reviravoltas eleitorais haviam afastado do poder os próceres do neoliberalismo no México, Uruguai, no Chile, na Venezuela e na Argentina. Com a vitória de governos de oposição, cujas campanhas políticas se haviam assentado na crítica ao neoliberalismo, a opinião pública deu provas de que estava avaliando negativamente a década de consenso das experiências neoliberais (CERVO, 2000, p.05).

Com um projeto de governo que defendia o Estado como árbitro das relações sociais, Kirchner propunha reformas que compreendiam desde um plano “nekeynesiano” no campo econômico, a responsabilidade fiscal, a redefinição do perfil produtivo do país e a construção de um sistema financeiro saudável, até a implementação de políticas sociais profundas e de uma nova política externa que tenha ao Mercosul como espaço estratégico para a inserção internacional argentina³⁸. Norteados pelo objetivo de reconstruir o Estado argentino, o kirchnerismo se mostrou um modelo capaz de aproveitar o favorável cenário internacional (a alta dos preços das *commodities*, o retorno do Oriente Médio ao centro do xadrez global a partir da guerra ao terror promovida por George W. Bush, a ascensão de Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva ao poder na Venezuela e no Brasil, respectivamente, etc.) e o vazio de poder interno gerado pela crise doméstica de 2001 – do qual ele próprio é resultado.

Assim, a luta contra a pobreza e a implementação de uma política econômica que garantisse crescimento econômico com equidade social eram as principais demandas das ruas de Buenos Aires em 2001 e, mais do que integrados ao plano de governo e ao discurso, foram objetivos que, em grande medida, nortearam a condução do governo de Néstor Kirchner e, a partir de 2007, também o de Cristina Fernández.

³⁸ Plataforma electoral Frente para la Victoria. Disponível em: <http://www.pjn.gov.ar/cne/secelec/document/plataformas/684-3-frevictoi.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

1.8. A RECONSTRUÇÃO DA GOVERNABILIDADE E A REINVENÇÃO DO PERONISMO

O processo que se produziria na Argentina a partir de 2003 é impossível de ser compreendido se não se observa antes o significado das manifestações que ocuparam as ruas do país em 2001. Os gritos de “*que se vayan todos*” eram a mais clara expressão do desprestígio em que caíra a classe política argentina, o sistema de partidos e a própria democracia representativa no país. Segundo Sidicaro (2011), os estudos de opinião pública realizados a época deixavam transparecer o crescimento da desconfiança por parte dos cidadãos com relação aos políticos, aos partidos e mesmo às instituições públicas. Enquanto que, em 1984, 73% dos entrevistados afirmavam confiar no Poder Legislativo, este número caíra para apenas 7% em 2002. Ao mesmo tempo, 38% dos entrevistados em 1987 diziam ter confiança nos partidos políticos, enquanto que tão somente 4% o afirmavam em 2002.

A derrota sofrida pelo peronismo nas primeiras eleições democráticas desde 1976 e as divisões internas que a condição de oposição evidenciou eram a expressão das dificuldades que o Partido Justicialista enfrentava ao tentar articular os diferentes interesses provinciais e municipais apresentados pelas dirigências locais.

En todas las etapas evocadas muy sumariamente existieron cambios considerables en la entidad denominada “partido peronista”, que en ningún momento se ajustó a los modelos propios de los partidos liberal-democráticos: instrumento electoral en el decenio fundacional; partido proscrito entre 1955 y 1973; fuerza política que estalló internamente entre 1973 y 1976; movimiento congelado durante la dictadura militar y dirigido por el ala sindical al llegar a la democracia, cuyas luchas de reconstrucción fueron parcialmente exitosas; conjunto de partidos provinciales y municipales aunados apenas por recuerdos históricos bajo el menemismo y la experiencia neoliberal. La manera en que se organizó desde entonces el partido peronista correspondió a lo que en conceptos deberíamos denominar *sociedad* (o *sociación*). En *Economía y sociedad*, Max Weber definía este concepto señalando que puede llamarse así “una relación social cuando y en la medida en que la actitud en la acción social se inspira en una *compensación* de intereses por motivos racionales (de fines o valores) o también en una *unión* de intereses con igual

motivación". Los mercados *ilustran* bien esa particular manera de acción social: quienes operan en los intercambios mercantiles lo hacen movidos por la búsqueda de ganancias individuales luchando contra otros participantes (SIDICARO, 2011, p.82-83).

A passagem de Eduardo Duhalde (2002-2003) pela Presidência da República foi, então, fundamental para que não apenas se reconstruísse a governabilidade no país através da mínima reconstituição dos vínculos entre governantes e governados, mas também para que o peronismo começasse o seu processo de reorganização (BORON, 2004).

Segundo Calvo (2013), Duhalde logrou costurar um pacto entre a classe dirigente política e os setores econômicos beneficiados com a desvalorização cambial, objetivando a superação da crise social, política e econômica de que o país padecia. Em sua rápida passagem pela Casa Rosada, adotou a livre flutuação do dólar, firmou um acordo com os governadores revendo os níveis de coparticipação das províncias no federalismo fiscal e anunciou o Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados, política focalizada que consistia no pagamento mensal de 150 pesos às famílias vulneráveis, tendo como contrapartida a prestação de trabalho comunitário, a frequência escolar de crianças e adolescentes e o cumprimento dos cuidados sanitários.

Ainda que Duhalde apresentasse importante avanço na construção da governabilidade junto ao Congresso, as ruas seguiam ocupadas, evidenciando a persistente tensão social. Em 26 de junho de 2002, dois manifestantes que participavam de uma marcha de desempregados foram mortos pela polícia bonaerense na Província de Buenos Aires, o que agudizou a instabilidade sob a qual se encontrava o governo peronista, forçando Duhalde a convocar as eleições para 30 de março de 2003 (CALVO, 2013).

O segundo semestre de 2002, no entanto, apresentou sensíveis melhoras no campo econômico, resultado do aumento da renda da exportação e de uma retomada da produção industrial, criando novos empregos e amenizando as tensões sociais.

Enquanto que a economia lentamente apresentava sinais de recuperação, o sistema de partidos seguia penalizado pelas sequentes crises

políticas e pela desestruturação social em que caíra o país. Diante de tamanha instabilidade, os principais partidos da política argentina, o Partido Justicialista e a União Cívica Radical, se haviam convertido em pálidos reflexos do que eram em seus melhores momentos (SIDICARO, 2011). O peronismo passou a apresentar divisões que derivavam do poder que os governadores provinciais possuíam, ocorrendo o mesmo fenômeno no radicalismo.

El partido-Estado creado por Juan D. Perón a mediados de la década de 1940, transformado en los años 60 en un poderoso movimiento sociopolítico en el que coexistían distintos proyectos voluntaristas, se había convertido hacia fin de los 90 en una sociedad de partidos provinciales peronistas sin horizontes ideológicos nacionales (SIDICARO, 2011, p.75).

As eleições presidenciais de 2003 refletiram a fragmentação que os principais partidos da Argentina sofriam: o Partido Justicialista concorreu com três candidatos, Carlos Menem, Adolfo Rodríguez de Saá e Néstor Kirchner, enquanto que seu principal opositor, a União Cívica Radical, perdera dois membros importantes, Elisa Carrió e Ricardo López Murphy, que abandonaram a sigla para encabeçar as candidaturas de seus próprios movimentos.

O primeiro turno terminou com dois candidatos do peronismo aptos a disputar o segundo turno entre si, Kirchner e Menem, frente ao que este último optou por retirar sua candidatura, comprometendo a legitimidade da vitória de Kirchner, quem resultaria eleito com apenas 22,24% dos votos (RATTO & MONTERO, 2013). Kirchner, ex-governador da Província de Santa Fé, recebeu o apoio de Duhalde, quem fazia dura oposição à Menem no justicialismo, e resultou eleito após a desistência do ex-presidente (CALVO, 2013).

1.8.1. O Governo de Néstor Kirchner e as Disputas Internas do Peronismo

A chegada de Néstor Kirchner ao poder marcou o início de uma nova fase do peronismo, habitualmente denominada de “kirchnerismo”. Segundo Sidicaro (2011), o termo foi cunhado para designar tanto a gestão governamental iniciada em 2003 e que se estende até os dias atuais (2014), como o conjunto heterogêneo de setores políticos e de ideias identificadas com Néstor e sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner. Este tipo de neologismos

criados a partir do sobrenome é usual para referir-se a grupos ou correntes políticas e é comum na Argentina e, mais do que os princípios programáticos que os reúne, indica qual o indivíduo detém a liderança política naquele conjunto. Ainda segundo Sidicaro (idem, p.83-84), “Puede decirse que en otras épocas el líder se identificaba y resumía un programa, mientras que en el juego político desarticulado el líder es el programa”.

Kirchner fue el candidato presidencial propuesto por un pequeño grupo que organizó una de las tres fracciones peronistas que competieron en las elecciones nacionales de 2003, y no ocultó en ningún momento la decisión de situarse en un plano superior del peronismo. Jefe del pequeño Partido Justicialista de la provincia patagónica de Santa Cruz, Kirchner no tenía un rol relevante en la política nacional ni en la fragmentada estructura organizativa del peronismo. Sus juicios críticos sobre el Partido Justicialista no dejaban lugar a malentendidos (ibidem, p.84).

Eleito em um cenário de incertezas e desconfianças, Kirchner tratou de recuperar a clássica forma peronista de conduzir o governo. Adotando um estilo pessoal de governar, estava sempre em contato direto com a população, atuando de maneira informal e sem protocolos, o que é fundamental em uma sociedade de hierarquias menos acentuadas, como a argentina (BORÓN, 2004). Além disso, o discurso duro com todos aqueles personagens que a população pudesse associar à crise anterior – desde o FMI e o Banco Mundial até os governos norte-americano e espanhol e o próprio Carlos Menem - lhe angariava simpatias.

O papel central que teve Kirchner quando os presidentes latino-americanos, reunidos em Mar del Plata, anunciaram seu rechaço à proposta de integração assimétrica promovida pela Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), marcou também o fim de um período de “relações carnis” com os Estados Unidos. A atuação internacional baseada na busca dos interesses argentinos de forma pragmática e independente seria, então, retomada em grande medida pelo seu governo. No campo dos Direitos Humanos, seu governo ficou marcado por ter levado a julgamento diversos nomes ligados ao terrorismo praticado pelo Estado durante a última ditadura militar.

A construção de uma imagem progressista associada aos efetivos logros no campo da economia foram determinantes para que Kirchner conquistasse o

apoio popular que sustentaria seu governo. Tais feitos foram fundamentais para que Néstor consolidasse sua liderança não apenas a frente do Partido Justicialista, como também a frente do país. Sua aparência de *outsider* e suas críticas aos anos 1990 o diferenciavam de Menem, mas também de Duhalde – de quem terminou por afastar-se, não aceitando as ingerências deste em seu governo – e foram de enorme importância para a reconstrução do peronismo argentino (OLLIER, 2009).

Diante da fragmentação em que se encontrava o peronismo, Kirchner deu origem a uma nova construção política, a qual chamou de “transversalidade”, se aliou ao que havia restado da Frente País Solidario (Frepaso), uma confederação de partidos socialistas que se dissolveu logo da crise de 2001 por haver integrado o governo da Alianza, de Fernando de la Rúa. Ao mesmo tempo, Kirchner tratou de apoiar as candidaturas de seus aliados nas eleições para o Legislativo, ademais de renovar a Corte Suprema, afastando aos que haviam aderido ao menemismo. Kirchner também tratou de melhorar as relações com os governadores e intendentes, mesmo os que haviam sido eleitos pelo opositor UCR (SIDICARO, 2011). A UCR, de fato, se havia reduzido a uma mera sombra da liderança nacional que havia sido desde a década de 1940, somando apenas 2% dos votos nas eleições de 2003, após a saída de quadros partidários que encabeçaram candidaturas próprias, como Ricardo López Murphy e Elisa Carrió. Diante deste cenário, surgiram os chamados “radicais K”, grupo integrado por cinco dos seis governadores eleitos pelo radicalismo, assim como um terço de seus prefeitos, que apoiaram o governo kirchnerista (LEVITSKY & MURILLO, 2008).

Foi na conformação da Câmara dos Deputados, ainda em 2003, que a ruptura entre o kirchnerismo e o duhaldismo se fez mais evidente. Duhalde impediu que candidatos kirchenristas integrassem a lista peronista de sua província, a de Buenos Aires (CALVO, 2013).

El segundo año profundizó la estrategia de enfrentamiento con el peronismo y con Duhalde, evidenciando que la gobernabilidad no dependía de su relación con el líder bonaerense. En este marco, pronunció un discurso contra el justicialismo de Buenos Aires acusándolo de pretender destinar parte de su dinero al funcionamiento de la burocracia política de la

provincia. Curiosamente, esta arremetida marcó el fin de la estrategia de confrontación con la política tradicional, incluido su partido. Pues se acercaba la hora de enfrentar problemas económicos y sociales claves, como la renegociación de la deuda externa, y Kirchner necesitaba al peronismo unido detrás de sí (OLLIER, 2009, p.15).

A nova estratégia de Kirchner foi, então, a de reconciliar-se com seu próprio partido, aproximando-se dos principais dirigentes, em especial dos governadores, com quem tratava de discutir desde as condições impostas pelos credores internacionais e pelo FMI para a renegociação da dívida externa até a construção de acordos para as eleições legislativas de 2005. Desta maneira, o presidente contaria não apenas com uma frente de apoio doméstico diante das pressões exercidas pelos organismos financeiros internacionais, como também com aliados do kirchnerismo em outras províncias (BORÓN, 2004). Como contrapartida, Kirchner oferecia a revisão da repartição dos fundos públicos, o que lhe garantiu o apoio necessário para dar continuidade ao seu mandato.

En ese contexto de profundización de la debilidad de las reglas institucionales y de desarticulación del *campo político*, el liderazgo de Kirchner pasó a ocupar el centro de la escena. Si bien la fragmentación social reinante no era una condición propicia para la aparición de efervescencias sociales creadoras de jefes carismáticos, Kirchner alcanzó muy rápido altos índices de popularidad, y al estar al frente de lo que cabe caracterizar como un *gobierno de líder sin partido*, pudo concitar las adhesiones de personas y grupos ajenos, u hostiles, al peronismo (SIDICARO, 2011, p.86).

Exitoso na construção de seus acordos políticos, Kirchner não apenas logrou renegociar o pagamento da dívida externa como também costurou o chamado “operativo unidade”, que levou o Congresso a delegar ao Executivo plenos poderes para a condução de questões orçamentárias, do mercado de câmbio e da renegociação com as empresas privatizadas sem a participação do Legislativo (OLLIER, 2009). Este controle que o Poder Executivo tem sobre os processos legislativos não caracterizou apenas a gestão de Néstor, mas trata-se de um aspecto historicamente presente nas relações entre os poderes na Argentina (BERENSZTEIN, 2004). A redemocratização, no entanto, fortaleceu ainda mais esta característica – especialmente durante o governo de

Carlos Menem -, permitindo que o Executivo se movimentasse quase que sem limitações.

Las constantes coyunturas críticas que experimentó la Argentina desde 1983 potenciaron, y pusieron muy en evidencia, el tradicional desequilibrio entre los poderes. En este sentido, la incertidumbre económica y la crisis social generan contextos en los que los ciudadanos reclaman “gobiernos fuertes” y capaces de manejar la situación, al margen de los dispositivos institucionales. Así se potencia un modelo de democracia que mantiene sus rasgos formales, pero que en la práctica elude la necesaria deliberación en la formulación de las políticas públicas [...]. La democracia argentina se inscribe así en lo que Guillermo O'Donnell denomina “democracias delegativas”, en donde un gobierno electo democráticamente avanza en la implementación de políticas sin prácticamente ningún tipo de restricciones [...] (BERENSZTEIN, 2004, p.42).

Segundo Ollier (2009), as eleições legislativas de 2005 garantiram a Kirchner a legitimidade que lhe havia sido negada em 2003, provocando a unidade do Partido Justicialista. O peronismo seguia fraturado, no entanto, na província bonaerense, na qual competiam por uma vaga no Senado a candidata de Néstor, sua esposa Cristina Fernández de Kirchner, e a candidata do peronismo tradicional, Hilda Duhalde. A derrota da esposa de Eduardo Duhalde marcou, então, o declínio da influência do duhaldismo nas filas do peronismo argentino, ao mesmo tempo em que Kirchner acumulava os elementos necessários para obter a governabilidade no país.

Al margen de los poderes formales, la gobernabilidad en Argentina está fuertemente condicionada por la estructuración de cuatro variables claves. La primera de ellas hace referencia al grado de control efectivo que el presidente es capaz de ejercer sobre su propio partido. En segundo lugar, es crucial el grado de apoyo del legislativo con que asume el presidente. En este sentido, los niveles de corte de boleta durante las elecciones (ejecutivo/legislativo) pueden tanto fortalecer como debilitar al presidente electo. La tercera variable, se relaciona a las elecciones de mitad de mandato que funcionan como una suerte de plebiscito de gestión. Por último, es central a la hora de garantizar la gobernabilidad, la relación del gobierno central con las provincias, ya que suele ser grande la influencia de los gobernadores en el comportamiento de los legisladores nacionales (especialmente en los senadores). (BERENSZTEIN, 2004, p.41-42)

Os movimentos sociais seguiram mobilizados mesmo durante o governo de Néstor Kirchner. A estratégia adotada pelo presidente foi, então, a de

negociar com os movimentos piqueteiros, ao mesmo tempo em que recorria a um clássico instrumento do peronismo, os sindicatos. “El gobierno y la CGT apostaron a un pacto social – adaptado a los tempos post-reformas – que sirvió como contención mutua. Prueba de ello fue el aumento de las asignaciones familiares (OLLIER, 2009, p.15)”.

Sustentado, então, em cinco importantes eixos – o sucesso de sua política econômica, o apoio popular, a liderança a frente do peronismo, o apoio sindical e o apoio do Legislativo -, Kirchner logrou não apenas concluir seu governo com alto índice de aprovação (cerca de 60% da opinião pública o avaliava positivamente), apesar de escândalos de corrupção surgidos ao longo dos quatro anos de seu mandato, como também eleger a sua esposa, Cristina Kirchner, para dar continuidade ao governo do Frente para la Victoria.

1.8.2. O Auge de Cristina Fernández de Kirchner

O anúncio de que Néstor Kirchner não buscaria a reeleição à Presidência da República Argentina surpreendeu a muitos no país, uma vez que terminava seu governo com um dos mais altos índices de aprovação da história argentina recente. Ao contrário, Néstor ofereceu a sucessão à sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner, quem foi eleita ainda no primeiro turno, com 45% dos votos (SIDICARO, 2011). Ocorrida em um cenário de relativa estabilidade econômica, redução das tensões sociais e de oposição em completo estado de desorientação, o processo eleitoral não resultou em grandes surpresas.

A reorganização do peronismo como máquina partidária foi outro elemento de grande importância para a vitória de Cristina. O Partido Justicialista, maior partido de massas do país, contava com um apoio eleitoral estável e era capaz de mobilizar eleitores em todas as províncias (LEVITSKY & MURILLO, 2008). Diferente de Néstor, Cristina aglutinou em sua campanha a quase totalidade das inúmeras tendências em que se dividia o peronismo, incluindo o Partido Justicialista oficial de Jujuy, Tucumán, Chaco, Formosa, Entre Ríos, Corrientes, Tierra del Fuego, Córdoba, San Juan, Santa Fe, Buenos Aires, Ciudad Autónoma, La Pampa, Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz, La Rioja, Santiago del Estero, Catamarca y Misiones (OLLIER,

2009). Em algumas destas províncias, como Formosa, Salta e Santiago del Estero, Cristina obteve mais de 70% dos votos (LEVITSKY & MURILLO, 2008). Parte da débil oposição também optou pelo apoio à candidatura de Cristina, incluindo a governadores radicais e a fragmentos do socialismo, do Frepaso e das organizações sindicais Confederación General del Trabajo (CGT) e a Central de Trabajadores de la Argentina (CTA).

Ese resultado fue posible en virtud del carácter polifacético de los acuerdos del gobierno nacional con fuerzas políticas de todo el país sin mayores bases programáticas. Sería imposible determinar los distintos afluentes que convergieron para reunir el porcentaje de votos de la coalición ganadora. La gran aceptación en la opinión pública de la gestión gubernamental fue, por cierto, un factor importante. Los apoyos de los dirigentes peronistas provinciales aportaron también una porción significativa de votos (SIDICARO, 2011, p.89-90).

Ainda segundo Sidicaro (idem), Cristina também utilizou o poder que o governo central lhe garantia para atrair algumas províncias que se encontravam sob o governo radical, tais como Mendoza, Río Negro e Catamarca, para a sua esfera de influência. Para tanto, foi fundamental a atuação de seu vice-presidente, Julio Cobos, quem liderava o grupo conhecido como os “radicais K”. Por outro lado, a candidatura de Cristina foi rechaçada nos principais centros urbanos do país, inclusive a Cidade de Buenos Aires, obtendo, assim, os percentuais mais altos de votação em bases eleitorais tradicionalmente peronistas.

O governo de Cristina Kirchner esteve marcado por um maior conflito de interesses entre os setores sociais, ainda que sua vitória com maior diferença em número de votos lhe garantisse mais legitimidade que a gozada por Néstor em 2003. Logo no início de seu mandato, Cristina já se viu obrigada a enfrentar a dura oposição que lhe foi imposta pelo setor agrário, cujos empresários estavam em claro desacordo com o incremento das taxas de exportação de produtos primários. Como afirma Sidicaro (2011, p.90), “Las buenas condiciones de los mercados internacionales de productos agroalimentarios aseguraban altas tasas de rentabilidad para los productores y el gobierno pareció creer que el presupuesto público podía captar una parte de ellas.”

Sem contar com o apoio de algumas dirigências e de determinados setores do peronismo – inclusive do justicialismo de Córdoba e Buenos Aires - para fazer frente aos interesses do setor agrário-exportador (em especial dos produtores de soja), Cristina apelou para a polarização entre oligarquia vs. povo. Ainda assim, as fraturas no interior do kirchnerismo se tornavam visíveis, principalmente a partir das eleições legislativas de 2009, quando esta tendência foi derrotada nos principais distritos eleitorais do país e, em consequência, perdeu a maioria no Congresso.

Antes mesmo os antagonismos com o setor agroexportador pudessem ser solucionados, o governo de Cristina deu início ao enfrentamento de outro poderoso grupo de interesses. Em 2009, a base kirchnerista apresentou o projeto de Lei n.26.552, a chamada Lei de Meios de Comunicação, que consistia em uma reforma à normativa vigente em temas de radio fusão, cuja origem remontava a época da ditadura. A aprovação da lei resultou no inevitável confronto entre o governo de Cristina e as principais empresas midiáticas, em especial com o Grupo Clarín.

El punto más controvertido de la ley fue el artículo 161, conocido como la cláusula de desinversión, que obliga a las empresas de radio y televisión por cable y por aire a vender las licencias que superen el límite establecido por la nueva norma en el plazo de un año. Al momento de consideración del proyecto, la oposición argumentó que esta cláusula traería aparejada una tormenta de juicios en contra del Estado. La aprobación del proyecto en la Cámara Baja, ocurrida en 2009, estuvo marcada por el dramatismo: 104 diputados se retiraron del recinto, en abierto rechazo a la ley. No obstante, de los 153 diputados presentes, 146 votaron a favor y el proyecto pasó al Senado. En el Senado, el éxito de la votación fue similar, y tras 20 horas de debate la votación arrojó 44 votos a favor y 24 en contra, sin incorporar modificación alguna (CATTERBERG & PALANZA, 2012, p.09).

Ainda durante o processo de implementação da lei, e sob enorme pressão e processos judiciais por parte do empresariado afetado, o Congresso argentino aprovou em 2011 um projeto de regulação da distribuição de papel jornal no país, afetando diretamente aos gigantes La Nación e Clarín (idem).

Em 2010, a Argentina entraria para a vanguarda na região por aprovar a lei de matrimônio igualitário (Lei 26.618), consolidando-se como um dos países

que mais avanços apresentou na América Latina em termos de direitos individuais. É também devido a esta iniciativa que o kirchnerismo temporariamente se reaproximaria de determinados setores sociais, tais como os jovens e a classe média.

No plano da política externa, os governos de Cristina estiveram marcados pela finalização das tensões com o Uruguai devido à instalação de indústrias de celulose às margens do rio Uruguai, assim como pelo endurecimento dos discursos com relação ao reclamo argentino de soberania sobre as Ilhas Malvinas. A tendência integracionista já apresentada por Néstor Kirchner foi mantida por Cristina, convertendo, inclusive, os espaços de concertação política latino-americanos em fontes de apoio às demandas da Argentina.

No que diz respeito à tendência de concentração de poder em mãos do Executivo, esta continuou presente nos governos de Cristina Kirchner devido ao chamado hiperpresidencialismo argentino. Como afirmam Catterberg e Palanza (2012, p.10), “El signo de los Kirchner, que fue también el signo que CFK mantuvo durante 2010 y 2011, fue el de la toma de decisiones en círculos íntimos, donde la confrontación de ideas queda supeditada a la lealtad al primer mandatario y su círculo más cercano”. Este aspecto era facilitado devido a que o oficialismo contava com ampla maioria em ambas as casas do Congresso, o que lhe permitia aprovar sem grandes dificuldades até mesmo as leis mais complexas, como as reformas midiáticas já citadas. A partir de 2009, no entanto, com a perda de cadeiras por parte da Frente para la Victoria, o governo passaria a enfrentar algumas dificuldades com o Congresso Nacional, o que levaria a uma menor produtividade por parte do Legislativo, mas não afetaria a forma de exercer o poder por parte do kirchnerismo (idem).

A perda de popularidade do governo de Cristina fez com que, segundo Sidicaro (2011), a mesma decidisse não concorrer às eleições presidenciais de 2011, o que permitiria que a candidatura peronista fosse encabeçada por Néstor Kirchner. O falecimento de Néstor, no entanto, modificou todo o cenário político, não apenas levando à reeleição de Cristina, mas também provocando

uma forte comoção que refletiria na recuperação da popularidade pela presidente.

Segundo Catterbeg e Palanza (2012), por sua vez, é justamente após a morte de Néstor Kirchner que Cristina se consolidaria como uma liderança de cunho próprio, o que também explicaria a sua vitória abrumadora nas eleições de 2011, contabilizando 54% dos votos. Protagonista do que seria a maior recuperação política da história recente argentina, Cristina era avaliada negativamente por 57% dos entrevistados em 2009 e positivamente por apenas 21%, enquanto que estes números se inverteriam ainda no ano seguinte. Para as autoras, estas mudanças de humor por parte do eleitorado são relativamente comuns no país, mas não restariam dúvidas de que eram determinadas por razões objetivas, tais como a recuperação econômica ocorrida ainda no início de 2010 - ano em que a economia argentina cresceria 9%, taxa que também seria observada em 2011.

O kirchnerismo se havia consolidado como principal força política argentina, mas isto não significou, segundo Sidicaro (2011), que um campo político minimamente normal tenha sido construído no país. Isto se devia ao fato de que os governos de Cristina, assim como o de Néstor Kirchner, estiveram marcados principalmente por casos de corrupção e impunidade e pela incapacidade de levar a cabo esforços que efetivamente resultassem em um maior fortalecimento das instituições. Desta maneira, ainda que o kirchnerismo goze de inegável apoio nas camadas populares da sociedade argentina, este projeto político parece impor-se como hegemônico tanto por seus acertos quanto pela crônica condição de desorganização por parte da oposição.

1.9. CONSENSO DE BUENOS AIRES EM SUBSTITUIÇÃO AO CONSENSO DE WASHINGTON

Quando Néstor Kirchner assumiu a Presidência da República Argentina, em 2003, encontrou a economia do país em situação calamitosa. Havia uma

baixa expectativa de que Kirchner pudesse, de fato, romper com o modelo vigente no país desde 1976, restaurando o papel do Estado, e frear a pobreza estrutural e a destruição dos postos de trabalho (CIEPYC, 2010).

A mudança necessária no plano econômico incluía também a redefinição da inserção internacional da Argentina, através da renegociação da dívida externa, da diversificação de parcerias e da adoção de uma perspectiva mais estratégica com relação ao Mercosul. De fato, foi quando ocorreu a clara opção pelo Mercosul, e o consequente rechaço à ALCA, que os rumos da reconstrução que Kirchner realizaria na economia argentina, com reflexos em toda a região, se fizeram evidentes, dando origem ao que se convencionou chamar de “Consenso de Buenos Aires”.

El Consenso de Buenos Aires se compone principalmente de 22 puntos, los cuales hacen énfasis en la cooperación e integración regional, crecimiento económico sostenido y la distribución equitativa de sus recursos; el diseño de políticas públicas y sociales para disminuir tasas de desempleo y pobreza; dichas políticas deberían respetar la diversidad cultural y del entorno. Asimismo, este Consenso considera que la integración regional representa una estrategia para fortalecer la inserción de los países – Brasil y Argentina – en el mundo (RANGEL & GARMENDIA, 2012, p.63).

A renegociação da dívida externa foi, talvez, a principal contribuição de Kirchner para a reestabilização da economia argentina. Utilizada para financiar o déficit em conta corrente que o país acumulou ao longo dos anos 1990, a dívida chegara a valores impagáveis e exigia do governo não apenas a sua renegociação, mas também o abandono de um modelo de desenvolvimento baseado no endividamento externo (WYLDE, 2012). Resultou em uma diminuição de 65% do valor total acumulado em 25 anos (cerca de US\$ 80 bilhões), ao mesmo tempo em que os prazos de pagamento eram estendidos para 30 anos. Segundo dados do CIEPYC (2010), a Argentina passava de uma dívida externa que comprometia a 166% do PIB, sendo a maior parte em dólares (79%) para uma de 74% quando do fim do mandato de Kirchner, sendo a maior parte deste valor em moeda nacional.

Quanto à política macroeconômica kirchnerista, esta esteve composta pela manutenção de um tipo de câmbio real alto e diferenciado, amenizando a situação fiscal do país e protegendo a indústria argentina da competição externa. Da mesma forma, o mercado interno foi fortalecido devido à política de valorização salarial de Néstor, tornando-se um dos propulsores da recuperação econômica da Argentina.

Gráfico 06: PIB (Em milhões de Pesos de 1993).

Fonte: Ministério de Economia, 2012.

Com o abandono da conversibilidade, o sistema monetário foi novamente *pesificado*. Ao mesmo tempo, o banco central argentino recuperava o controle sobre a política monetária, voltando a utilizá-la como instrumento operacional. As reservas monetárias do Banco Central também voltaram a ser originadas na acumulação de divisas de superávit comercial, ao invés de resultarem apenas dos fluxos de capital especulativo (CIEPYC, 2010).

Gráfico 07: *Balança comercial da Argentina, 1992/2006 (US\$ milhões).*

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Economia.

Ainda segundo dados do CIEPYC (2010), os gastos públicos sofreram um incremento de 251%, o que foi possível devido ao necessário aumento da arrecadação e da recuperação do orçamento do Estado. Desta maneira, o processo de expansão econômica se deu de maneira autônoma, sem a necessidade de recorrer ao endividamento externo ou às altas taxas de juros para a atração de capital volátil. É justamente por esta razão, a recuperação da solidez macroeconômica, que a Argentina enfrentaria a crise financeira internacional de 2008 sem os fortes abalos a que as economias periféricas estão normalmente sujeitas.

Si bien esta crisis (la más importante del capitalismo desde 1930) arranca al final de su mandato en 2007, su impacto pleno entre 2008 y 2009 fue casi inadvertido en la Argentina, por un lado porque la expansión se financio con recursos propios y nula dependencia de los flujos internacionales de capitales y, por otra, por la política anti cíclica llevada adelante durante 2008 y 2009. Así, los efectos de la crisis internacional fueron paradójicos: casi nada por el lado financiero, un poco por el lado real vía comercio y mucho, pero mucho, por el lado mediático (CIEPYC, 2010, p.08).

Apesar da desesperança que assolava os argentinos em 2003, Néstor Kirchner concluiu seu mandato com indiscutíveis logros no campo econômico. Ao longo de dez anos, a economia cresceu a um ritmo médio de 6,3% entre 2002 e 2012 (MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS PÚBLICAS, 2012), o mais longo período de crescimento ininterrupto dos últimos cem anos (CIEPYC, 2010). Os setores que mais contribuíram para esse crescimento foram a

construção civil, a agricultura e a manufatura industrial (WYLDE, 2012). Neste mesmo período, o investimento privado atingiu o seu máximo desde os últimos 50 anos: 24,5% do PIB, ao mesmo tempo em que a produção industrial cresceu ao ritmo médio de 9% ao ano no mesmo período. A produção automotriz, por sua vez, atingiu seu recorde histórico, produzindo 826 mil unidades em 2011 (MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS PÚBLICAS, 2012).

Após a crise da dívida mexicana, o desemprego assolava mais de 18% dos argentinos, superando os 20% após o fim da conversibilidade. No entanto, o ano de 2009, logo após o início da crise financeira mundial, o desemprego na Argentina atingia cerca de 9% da sua população, caindo para 6,9% em 2012, conforme dados oficiais do Ministério de Economia e Finanzas Públicas (2012). Tais resultados foram possíveis principalmente devido ao crescimento constante em que se manteve a economia argentina, assim como à manutenção dos gastos públicos e da adoção de políticas anticíclicas.

Tudo parece indicar que a economia argentina passou a orientar-se por um novo modelo de acumulação, adotando uma espécie de neodesenvolvimentismo que favorecia o setor produtivo em detrimento do setor financeiro e invertendo a lógica que conduziu o país até 2002. Como afirma Wylde (2012), o governo de Néstor Kirchner foi um contraponto em relação ao que havia sido o de Menem, quem submetera a política à economia e, devido à sua estratégia excessivamente centrada no mercado financeiro, conduziu o país à miséria e à exclusão. Kirchner, por sua vez, adotou mecanismos e incentivos tais como subsídios, isenção de impostos e financiamento subsidiado às empresas dos setores considerados estratégicos, em claro sinal de que a indústria era o núcleo do seu projeto de desenvolvimento. Além disso, os altos gastos públicos em obras de infraestrutura foram os responsáveis pelo maior impulso que o setor de construção ganhou durante sua gestão, criando novos postos de trabalho e aquecendo a economia. Ainda segundo Wylde (idem, p.114): “Los mercados bancario y de capital, que eran el centro de atención durante los noventa, fueron relegados en comparación a la industria y a la economía ‘verdadera’, definidas de manera general.”

O importante crescimento das exportações argentinas durante o governo de Néstor Kirchner também surge como um elemento central na recuperação econômica da Argentina. Como mostra o gráfico 07, ainda no ano de 2001 teve início uma tendência a que as exportações excedessem as importações, gerando superávits que garantiram capacidade fiscal ao governo. Ainda que as exportações sigam compostas principalmente de *commodities*, a participação das manufaturas apresentou um leve crescimento, passando de 27% em 1990 para 31% em 2005 (WYLDE, 2012). A tendência de reprimarização da pauta de exportação, no entanto, esteve presente em toda a região e se deveu principalmente aos altos preços que os produtos primários atingiram no mercado internacional em decorrência da demanda chinesa.

Ferrer (2005) e Heidrich (2005) chamam a atenção para a impossibilidade de que as altas taxas de crescimento da economia argentina se mantenham no médio e longo prazo, pois ainda faltaria o investimento apropriado para tanto. Segundo eles, os investimentos então realizados dependeram principalmente da poupança nacional e da renda originada pelas exportações. Além disso, Ferrer ainda aponta para a fragilidade da política de controle de preços aplicada por Kirchner.

De fato, a inflação é o principal desafio que a Argentina contemporânea enfrenta. O dilema consiste basicamente em manter altas taxas de crescimento ao mesmo tempo em que se mantém a moeda desvalorizada e a conta de capital aberta. Segundo Wylde (2012), o país vem lidando com isso utilizando o superávit fiscal para a compra de divisas, mas tal prática não é sustentável ao longo do tempo. Novas soluções precisam ser pensadas, evitando que se recorra aos velhos mecanismos que já mostraram sua ineficácia, tais como a adoção de alta taxa de juros, o déficit governamental ou a pressão vertical sobre o tipo de câmbio. O autor lembra, ainda, que as discussões a respeito da atual situação inflacionária da Argentina são sempre difíceis, uma vez que as estatísticas oficiais gozam de pouca confiança devido às acusações de que os dados são manipulados pelo Executivo. As medidas de curto prazo até podem amenizar o problema inflacionário momentaneamente, mas a tendência é que o mesmo seja simplesmente transferido às próximas gestões, o que, no caso de

Néstor, implicou em deixar pendente para sua esposa, Cristina Kirchner, o problema inflacionário.

1.9.1. A Luta Contra a Pobreza e a Desigualdade na Argentina

Enquanto que a década de 1990, na América Latina, esteve marcada pela aplicação acrítica de medidas liberalizantes, os anos 2000 estiveram centrados principalmente em reformas sociais, promovidas por governos de centro-esquerda que chegaram ao poder como resposta do fracasso socioeconômico do neoliberalismo.

El aumento de la importancia de la protección social hasta el punto de encabezar la agenda de políticas públicas en América Latina es enigmático, y en cierto modo inesperado, dada la disminución del papel del gobierno y del gasto social registrada durante las décadas de 1980 y 1990 (BARRIENTOS, 2012, p.66).

Ao assumir o poder em 2003, Néstor Kirchner encontrou um país cujo desemprego atingia o seu recorde histórico - 21,5% em maio de 2002 – e níveis de pobreza e indigência que assolavam a 54% e 27,7% da população argentina, respectivamente (ALONSO & COSTA, 2001). A Argentina kirchnerista, apoiada nos importantes logros econômicos que foram obtidos no período que se estendeu de 2003 a 2013, deu início, então, a uma série de esforços que objetivavam reparar as injustiças produzidas pelas políticas de orientação neoliberal.

Gráfico 08: *Desigualdade na Argentina, 1992-2004.*

Fonte: UNICEF, 2006.

Quadro 09: *Indicadores sociais durante o governo de Néstor Kirchner.*

Año	Tasa de pobreza urbana (hogares)	Tasa de pobreza urbana (personas)	Tasa de desempleo urbano	Tasa de subempleo urbano	Salarios-sector privado registrado (2001=100)	Salarios-sector privado no registrados (2001=100)	Salario-sector público (2001=100)
2003	36,5%	47,8%	14,5%	11,4%	135,32	104,23	106,23
2004	29,8%	40,2%	12,1%	9,7%	150,21	116,25	110,78
2005	24,7%	33,8%	10,1%	8,4%	189,20	130,88	125,06
2006	23,1%	31,4%	10,4%	8,1%	215,68	146,97	13255

Fonte: WYLDE, 2012, p.127.

A criação de empregos formais tinha centralidade na estratégia kirchnerista e foi o principal mecanismo de política social. Partia-se do princípio de que o trabalho estável se desdobraria em externalidades positivas como a distribuição de renda e a expansão da cobertura dos serviços sociais. Ao mesmo tempo em que postos de trabalho regulares eram criados, o salário mínimo passou de 360 pesos argentinos, em 2003, para 980 pesos em 2007.

El énfasis en el trabajo – en lugar del ingreso – como categoría central para asegurar la protección social radicaría en la premisa de que no hay trayectoria que genere más empoderamiento para salir de la vulnerabilidad social que la implicada en la incorporación al mercado de trabajo formal: se accede a la cobertura de la seguridad social, a la posibilidad de tener representación sindical y, por ende, a la negociación colectiva de las condiciones salariales y laborales. A su vez, todo ello reduce drásticamente la necesidad de las personas de recurrir a redes clientelares, con lo cual el proceso habilita un círculo virtuoso de fortalecimiento de la ciudadanía democrática (ALONSO & COSTA, 2011, p.03).

No entanto, havia entre a camada mais pobre da população argentina um setor altamente vulnerável que não podia ser atendido pelas políticas de geração de empregos, o que exigiu a implementação de programas de transferência de renda. Iniciativas já existentes, como o *Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupado*, foram ampliadas, enquanto que novos programas foram desenvolvidos no âmbito do Ministerio de Desarrollo Social, como o *Familias por la Inclusión Social*.

O *Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupado* foi criado por Eduardo Duhalde, em 2002, como medida que buscava apaziguar a forte tensão social que havia no país e que ameaçava o próprio sistema político e institucional argentino. Consistia basicamente na distribuição de benefícios assistenciais precários e que se mostraram insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas dos atendidos, sendo, então, escassa a sua incidência sobre a redução da pobreza e da indigência. Tratava-se de um benefício de 150 pesos por titular, destinados a pessoas em situação de desemprego e que possuíam filhos que não atingiram a idade adulta. O benefício implicava em contrapartidas, tais como a garantia da frequência escolar dos filhos e o controle de saúde. O programa também poderia estender-se a desempregados jovens ou com mais de 60 anos que não contassem com auxílios previdenciários (PAUTASSI, ROSSI & CAMPOS, 2013).

O *Programa Familias por la Inclusión Social*, por sua vez, foi lançado em 2004, quando a Argentina havia logrado superar os agudos picos de pobreza e indigência que assolavam o país, mas que em 2006 ainda atingiam 31,4% e 11,2% da população, respectivamente. Proposto como sucessor do *Jefes y*

Jefas de Hogar Desocupado, o programa de transferência condicionada era similar a diversos outros que eram, então, implantados em grande parte da América Latina. Segundo Pautassi, Campos e Faur (2007), o programa foi o resultado da reformulação do *Programa de Atención a Grupo Vulnerables*, criado ainda no ano de 1996. “Los objetivos del programa fueron reducir la exposición de grupos de alta vulnerabilidad a riesgos sociales, mejorando su calidad de vida, así como la eficiencia y eficacia del gasto social que se realizaba para atenderlos (idem, p.15).” Os beneficiários do programa eram, então, famílias com filhos menores de 19 anos e mulheres gestantes ou descapacitadas, sendo as mães as beneficiárias das transferências que variavam entre 185 a 305 pesos argentinos. Como contrapartida, estas mulheres também deveriam garantir a frequência escolar e os cuidados com relação à saúde dos filhos, ademais de participar de atividades locais de desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário.

La reformulación de los programas de ingreso sociales del año 2004 le permitió al Estado nacional agudizar la mirada sobre las diversas situaciones de empleabilidad y vulnerabilidad social que exhibían aquellos que se encontraban contemplados en el programa surgido de la emergencia social, el Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados (PJJHD), e implementar programas que dieron cuenta de esta diferencia. El Programa Seguro de Capacitación y Empleo y el Programa Familias por la Inclusión Social fueron el resultado inicial de ese rediseño³⁹.

Em 2009, durante o primeiro governo de Cristina Kirchner, foi criado o programa *Asignación Universal por Hijo*, que estendia a política de direito a uma renda monetária mínima a todos os argentinos em situação de desemprego ou de trabalho informal, universalizando os mecanismos de proteção social. Como afirmam Alonso e Di Costa (2010), o programa não foi concebido como mais um programa focalizado de combate à pobreza, mas como parte integrante do sistema de seguridade social argentino. Sua administração compete à Administración Nacional de Seguridad Social

³⁹ MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. Programa Familias por la Inclusión Social: Resumen Ejecutivo 2007. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/issues/poverty/expert/docs/responses/Argentina.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2014.

(ANSES) e o valor do benefício recebido por família varia entre 110 e 1500 pesos mensais (ANSES, 2013). Como contrapartida, os beneficiários do programa devem cumprir com a frequência escolar exigida, com o calendário de vacinação e com o acompanhamento médico para gestantes. Associado ao programa *Argentina Trabaja, Enseña y Aprende*, criado por Cristina em 2010, iniciativa dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Nacional e que busca capacitar e fortalecer as cooperativas, o *Asignación Universal* se consolidava como, mais que uma medida meramente assistencialista ou uma estratégia caudilhista por parte do governo nacional argentino, a garantia do acesso aos direitos mais básicos presentes em qualquer sociedade civilizada.

La recuperación de las capacidades estatales de intervención y regulación pueden apreciarse cuando una ciudad que no tenía luz ve consagrado ese derecho a partir de una gestión de gobierno que no pondera cuántos son, sino que persigue garantizar que ese servicio llegue a una comunidad como la de Apipé (isla correntina situada enfrente de Yaciretá) por poner un solo ejemplo muy significativo. O cuando se llega a una localidad perdida en la sierra cordobesa donde sus habitantes narran que nunca antes en la historia de ese lugar habían llegado pensiones y asignaciones universales, o fondos para la construcción de un salón de usos múltiples que posibilita el festejo del primer cumpleaños de 15 en ese SUM que antes no existía.⁴⁰

O subsistema dos serviços sociais universais foi fortalecido em grande medida durante os governos kirchneristas através da ampliação e institucionalização de políticas sociais de caráter compensatório. O conjunto de medidas logrou diminuir a pobreza, que passou de cerca de 55% em 2003 para 26% em 2007 (PAUTASSI, ROSSI & CAMPOS, 2013).

⁴⁰ LUKIN, Tomás. El Estado en el centro de la escena. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-224499-2013-07-15.html>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

Gráfico 09: *Pobreza e crescimento econômico na Argentina, 1992-2005.*

Fonte: UNICEF, 2006.

O governo de Néstor Kirchner (2003-2007) concentrou seus empenhos na recuperação dos empregos formais e no aumento do salário mínimo. A efetividade das políticas por ele desenvolvidas para o combate focalizado da pobreza, no entanto, foi bastante limitada, segundo Wylde (2012).

Durante su gobierno, Kirchner mantuvo y extendió redes de seguridad social mínimas. La política universal del Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados, emprendida en el gobierno de Duhalde como respuesta al nivel de pobreza extremo en 2001-2002, se hundió durante el mandato de Kirchner. Este programa fue reemplazado por otros de menor escala, tales como los Planes Trabajar y el Plan Familias. A pesar de su base tradicional peronista y su uso extensivo de la retórica asociada, Kirchner no realizó intentos sistemáticos para lidiar con la pobreza, prefirió utilizar las expansiones del empleo y los salarios privados para reducir los altos niveles de pobreza en Argentina (idem, p.126).

De 2003 a 2010, foram criados quase três milhões de novos empregos, sendo que 2/3 consistiam em postos de trabalho formais oferecidos por empresas privadas, apresentando uma melhora salarial real de 50% a partir do governo de Néstor. As asignações familiares, por sua vez, seriam universalizadas no governo de Cristina Kirchner e, ainda que estes avanços possam ter sido em partes erosionado pela alta inflação que assolou a economia argentina a partir de 2007 e pelos impactos da crise financeiro-

econômica de 2008, a tendência de queda dos níveis de pobreza se manteve (ALONSO & DI COSTA, 2010).

No campo das políticas sociais, portanto, o kirchnerismo consolidou-se como uma transição a um novo tipo de atuação estatal no combate à pobreza, recuperando importantes elementos tradicionais à matriz sociopolítica da Argentina, ao mesmo tempo em que incorporou inovações. O decênio que se estendeu de 2003 a 2013 foi o espaço temporal de um novo ciclo histórico que, ainda que não oferecesse uma alternativa concreta ao modelo de acumulação neoliberal, ao menos o flexibilizou e permitiu que milhões de pessoas em condições de grande vulnerabilidade voltassem a ser objeto de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões propostas, o presente trabalho pretendeu realizar uma avaliação acerca das transformações políticas ocorridas na América Latina em um período que se estendeu de 2003 a 2013, com base na análise das experiências argentina e venezuelana. Ainda que não tenham superado completamente o paradigma neoliberal, Venezuela e Argentina muito avançaram no sentido de flexibilizá-lo. Estes avanços, no entanto, se encontravam, já no final do decênio observado, em claro processo de esgotamento devido a uma série de fatores internos e externos. Entre os fatores de ordem interna convém apontar as próprias contradições presentes nos projetos políticos em desenvolvimento e, entre os de ordem externa, a crise econômico-financeira internacional iniciada em 2008 e seus reflexos nas economias nacionais dos países estudados.

A América Latina experimentou nos anos 1980 e 1990 um processo de ressignificação do papel do Estado e de importantes transformações políticas, econômicas e sociais, reflexos do reordenamento da ordem política mundial. A partir da implementação do neoliberalismo, a força política de grupos sociais organizados, especialmente dos sindicatos, que estaria, segundo estas teses, impedindo a acumulação de capital e limitando a expansão das margens de lucros das empresas, provocando os processos inflacionários devido ao aumento dos preços, o que transbordaria para uma crise sistêmica. A única maneira de impedir tal crise seria, então, desmontando os sindicatos através do aumento do desemprego e limitando a intervenção do Estado na economia à busca da estabilidade monetária. Para que os preceitos neoliberalizantes pudessem ser adotados de maneira acrítica pelos governos latino-americanos, coincidiram fatores de ordem interna e externa, tais como o esgotamento do modelo desenvolvimentista, levando ao exponencial endividamento dos países, e as crises políticas resultantes de democracias que não eram capazes de garantir o trabalho e o alimento de uma população cada vez mais marginalizada e penalizada pela hiperinflação, assim como o encarecimento do serviço da dívida externa e a perda de competitividade de economias em grande medida reprimarizadas, criando o ambiente de caos social necessário para a implementação de medidas impopulares.

No início da década de 1980, a redemocratização trazia consigo uma série de expectativas – afinal, “con la democracia se come, se cura y se educa”, como dizia Raúl Alfonsín em seu discurso de campanha em 1983⁴¹ -, prometendo mais que o direito a votar, mas também a solução dos grandes problemas socioeconômicos e o respeito aos direitos humanos. O final da mesma década, no entanto, assim como os anos seguintes, mostrou a América Latina imersa em uma grande onda de frustração, descontentamento e indignação frente às medidas antipopulares tomadas por governos que se posicionavam nos mais distintos espectros políticos e que provocaram a agudização do desemprego, do empobrecimento e o alargamento da brecha que separava os mais ricos dos mais pobres. Os principais reflexos deste descontentamento foram os amplos protestos sociais que ocuparam os espaços públicos da região, em especial na Venezuela, em 1989, e na Argentina, em 2001, além da profunda crise político-institucional que os seguiu. Os principais partidos políticos, em especial os historicamente mais próximos às camadas populares, como foi o caso do Partido Justicialista e da Ação Democrática, foram acusados e condenados pelas massas que anunciavam o esgotamento de um modelo econômico que transparecia seu fracasso nos índices sociais e o materializava na expansão das ocupações irregulares e nas filas de desempregados.

Na Venezuela, as Forças Armadas Nacionais haviam sido, por décadas, parte da engrenagem que sustentava o Pacto de Punto Fijo. A abundância de divisas e o ciclo de pujante crescimento econômico que se estenderam até a década de 1980 sempre lhes havia garantido altos salários, boas condições de aposentadoria e um importante orçamento, o que possibilitara a neutralidade dos militares mesmo quando toda a América Latina se encontrava sob sucessivas rupturas democráticas. Da mesma forma, a renda petroleira havia servido para minimizar as tensões sociais, pois a enorme apropriação dos recursos por parte de uma pequena elite era acompanhada de uma série de políticas sociais que garantiam a ordem e a governabilidade. Foi a crise econômica experimentada pela Venezuela a partir de então o que promoveu o

⁴¹ Con la democracia se come. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1118038-con-la-democracia-se-come>. Acesso em 18 de novembro de 2014.

esgotamento deste modelo, cujo fato ilustrativo foi a fundação, em 1982, do MRB-200 (Movimiento Revolucionario Bolivariano, baseado no pensamento de Simón Bolívar), cuja principal liderança era Hugo Chávez, e que propunha a reforma do Exército e a implantação de uma Quinta República. A vitória eleitoral de Chávez, em 1998, terminou por inserir a Venezuela como novo ator protagônico do mapa político regional, uma vez que o país foi o primeiro a experimentar um conjunto de transformações que posteriormente se espalharia por grande parte da América Latina.

O bolivarianismo instaurado por Hugo Chávez é o mais claro resultado de uma das maiores crises vividas pela sociedade venezuelana. O projeto chavista chegou ao poder após a decomposição do tecido social em razão do empobrecimento que assolava a população, assim como do estancamento de uma economia monoexportadora e extremamente vulnerável. Estes foram os fatores, assim como a alta corrupção e a perda de legitimidade da classe política, que levaram à destruição de um modelo de representatividade que havia funcionado sem grandes questionamentos desde 1958. O ápice desta crise foi o *Caracazo*, quando o Estado usou de sua enorme capacidade repressiva, contando com o apoio dos principais partidos políticos, dos empresários e dos meios de comunicação tradicionais. O vácuo criado pelo desmoronamento do puntofijismo criou, então, o ambiente necessário para que atores emergentes e propostas políticas, econômicas e sociais renovadoras ganhassem a aderência das massas.

Na Argentina, que se havia consolidado, então, como um caso de adesão incondicional aos preceitos neoliberais - abrindo mão de sua autonomia monetária e avançando de maneira indiscriminada em direção ao sucateamento do Estado e à substituição deste pelo mercado como principal condutor do desenvolvimento -, a vitória eleitoral de Néstor Kirchner, com menos de 25% dos votos nas eleições presidenciais de 2003, foi o reflexo de um contexto político que não permitiu a emergência de um ator que proviesse de fora do sistema de partidos vigente. Foi necessário que Néstor superasse não apenas a fragmentação do peronismo, que disputou as eleições com três candidatos presidenciais, e o enfretamento que precisou travar com o duhaldismo, mas também sair da condição de quase desconhecido do

eleitorado e a este provar que o kirchnerismo recuperaria as bases do projeto político peronista.

Estes projetos políticos são constantemente alvo de críticas e rotulações simplistas. Não é raro que importante parcela dos meios de comunicação se refiram ao kirchnerismo ou ao bolivarianismo chavista como autoritários e personalistas. Uma vez excluída a possibilidade de definir a estes regimes progressistas como “totalitários” ou “ditatoriais”, fica evidente que tanto a Argentina kirchnerista quanto a Venezuela bolivariana mais bem poderiam ser caracterizadas como democracias delegativas. Isto se deve a uma série de fatores: a representação necessariamente apresenta a delegação como um de seus elementos; as democracias delegativas contam com presidentes que, geralmente, são mais importantes do que os partidos políticos e os interesses organizados em seus países; e porque ela é mais democrática e menos liberal do que a democracia representativa, pois é fortemente majoritária. Além disso, a democracia delegativa surge em condições de institucionalidade débil, em que os poderes são relativamente menos autônomos entre si e as decisões – assim como a responsabilidade pelos resultados das mesmas - encontram-se concentradas no presidente.

A Argentina pode ser um claro caso de democracia delegada, uma vez que seu Legislativo está debilmente organizado, enquanto que persiste o forte centralismo no Executivo. Esta característica garantiu as condições para que os presidentes que ocuparam a Casa Rosada a partir de 1983 adotassem uma série de medidas impopulares e que reprimissem de maneira brutal os protestos que tomaram o país.

É importante ressaltar que a caracterização da Venezuela e da Argentina como democracias delegativas não se dá apenas pelo perfil centralizador que possuem Néstor e Cristina Kirchner ou Hugo Chávez, mas sim devido à cultura e à tradição política consolidadas através da evolução histórica destes países. O autoritarismo é, então, resultado de uma combinação de fatores como a cultura política e as constantes crises socioeconômicas, assim como as especificidades do presidencialismo, expressas na aparência

que adquirem governos tanto à esquerda quanto à direita no espectro político argentino.

Quanto à questão do militarismo como traço recorrente no acumulado histórico dos países aqui estudados, é evidente que este é uma herança da violência difusa e descentralizada comum à toda a região durante as guerras de independência e a formação dos Estados nacionais. A saída militar na Venezuela, assim como também se pode perceber na experiência argentina, no entanto, não se mostra idêntica em todas as suas ocorrências. As diferentes conjunturas externas e as correlações de força na disputa interna pelo poder influenciam de maneira determinante na aparência e duração que cada intervenção apresentou. São elas as que podem explicar que, de um mesmo processo de ruptura com a ordem, surjam figuras como Juan Vicente Gómez e Marcos Pérez Jiménez, mas também Hugo Chávez Frías; Juan D. Perón, mas também Rafael Videla. Em contextos em que a legalidade das instituições encontra-se fragilizada ou em que o sistema de partidos tem sua representatividade questionada, os líderes delegativos costumam surgir. Hugo Chávez e Néstor Kirchner, que aparecem como atores políticos de grande importância durante as agudas crises socioeconômicas vividas pela Venezuela e Argentina em 1989 e em 2001, respectivamente, foram lançados à política nacional em um cenário que apresentava estes elementos.

Reformistas, estes projetos de poder não lograram – ou não pretenderam, como no caso argentino – promover profundas rupturas com o modelo econômico anterior, mantendo a estabilidade monetária, o controle inflacionário e o superávit na balança de pagamentos, assim como a manutenção de um ambiente macroeconômico atrativo para o investimento estrangeiro, como as principais metas econômicas. Os esforços para diversificar a pauta exportadora e para impulsar a industrialização, no entanto, evidenciam que tanto o kirchnerismo quanto o bolivarianismo representam esforços que visam a implementação de um modelo de Estado neodesenvolvimentista.

É evidente que o processo de construção deste modelo ainda encontra-se em curso, mas já se pode apreender alguns aspectos que tendem a

prolongar sua permanência no cenário político latino-americano. Os avanços sociais e a sensação de representação por parte dos setores populares com respeito ao chavismo e ao kirchnerismo criaram uma nova agenda – a redução da pobreza - da qual a oposição já não pode fugir, o que termina por enfraquecer a mesma e a impor a moderação do seu discurso. As missões bolivarianas, por exemplo, ainda que necessitem uma série de correções, não apenas foram as responsáveis pela melhora da qualidade de vida de milhões de venezuelanos, como seus resultados são reconhecidos internacionalmente e inspiraram a adoção de políticas semelhantes em outros países da região, como a Bolívia e o Equador.

É fato, no entanto, que a dimensão e a importância política adquiridas pelas missões depois de 2003 foram possíveis devido à relativa estabilidade macroeconômica que a Venezuela atingira. Um contexto em que o preço do petróleo sofria significativa queda no mercado internacional poderia implicar em um forte impacto sobre as mesmas, uma vez que 40% do orçamento nacional – oriundo principalmente da exportação de petróleo - está destinado ao financiamento das missões.

A segunda vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 2006, quando contabilizou 63% dos votos, o levou a acreditar que detinha apoio popular suficiente para implementar o modelo que chamou de “Socialismo do Século XXI”. Por isso, apresentou em 2007 um projeto de reforma constitucional que, de certa maneira, erosionava as instituições liberais e que deveria facilitar o caminho para a efetiva implementação do socialismo do século XXI, mas que também trazia a proposta de reeleição indefinida para o cargo de presidente da república. O projeto, tido como muito ousado e radical, recebeu duras críticas por parte de opositores e mesmo de apoiadores do chavismo, seja porque não contara com tempo suficiente para ser plenamente discutido pela sociedade, seja porque continha aspectos que pareciam contradizer o discurso da democracia participativa. Assim, o socialismo do século XXI proposto por Chávez mostrou as dificuldades que a implementação de um modelo socialista pode enfrentar quando a sua aplicação é pensada em um país de economia rentista, pois a própria inserção que o este possui na dinâmica da economia internacional consiste em um fator que impõe enorme limitação ao projeto. No

entanto, os princípios do socialismo do século XXI, aliados às bases que orientaram o projeto chavista desde o MRB-200, promoveram consideráveis alterações na estratégia de desenvolvimento venezuelano, o que se fez ver nas novas instituições criadas e na reorientação da política econômica e da atuação internacional da Venezuela.

Diferente da Venezuela, no entanto, os argentinos não contaram com a presença de atores políticos emergentes que pudessem canalizar o seu rechaço à política econômica ortodoxa, ao fracasso das políticas compensatórias focalizadas e à perda de credibilidade do sistema de partidos em vigência no país. Diante da necessidade de optar pelo partido que abandonou o seu legado popular e nacionalista para, uma vez no poder com Carlos Menem, executar um governo completamente oposto ao que estivera presente em seus discursos eleitorais, ou a debilitada e fragmentada União Cívica Radical, quem havia feito um governo não menos pífio que o de Menem, o eleitorado argentino deixou de ver a disputa como sendo entre peronistas e antiperonistas, mas passando a ser entre a *nova* e a *velha política*. A passagem de Eduardo Duhalde (2002-2003) pela Presidência da República foi, então, fundamental para que não apenas se reconstruísse a governabilidade no país através da mínima reconstituição dos vínculos entre governantes e governados, mas também para que o peronismo começasse o seu processo de reorganização.

Norteados pelo objetivo de reconstruir o Estado argentino, o kirchnerismo se mostrou um modelo capaz de aproveitar o favorável cenário internacional (a alta dos preços das *commodities*, o retorno do Oriente Médio ao centro do xadrez global a partir da guerra ao terror promovida por George W. Bush, a ascensão de Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva ao poder na Venezuela e no Brasil, respectivamente, etc.) e o vazio de poder interno gerado pela crise doméstica de 2001. No plano econômico, a mudança necessária incluía também a redefinição da inserção internacional da Argentina, através da renegociação da dívida externa, da diversificação de parcerias e da adoção de uma perspectiva mais estratégica com relação ao Mercosul. Tudo parece indicar, então, que a economia argentina passou a orientar-se por um novo modelo de acumulação, adotando uma espécie de neodesenvolvimentismo que

favorecia o setor produtivo em detrimento do setor financeiro e invertendo a lógica que conduziu o país até 2002. Estes logros econômicos se deveram, no entanto, principalmente ao aumento da demanda internacional pelos principais produtos que compõem a pauta de exportação argentina – e o consequente aumento dos preços dos mesmos -, tendência que já mostrava sinais de esgotamento em 2013. Além disso, a inflação é o principal desafio que a Argentina contemporânea enfrenta. O dilema consiste basicamente em manter altas taxas de crescimento ao mesmo tempo em que se mantém a moeda desvalorizada e a conta de capital aberta.

No plano social, Néstor Kirchner optou por dar à criação de empregos formais centralidade em sua estratégia de governo, sendo esta, juntamente à valorização do salário mínimo, seu principal mecanismo de política social. Partia-se do princípio de que o trabalho estável se desdobraria em externalidades positivas como a distribuição de renda e a expansão da cobertura dos serviços sociais. O governo de Cristina Kirchner, por sua vez, tratou de universalizar o acesso às políticas compensatórias, assim como de criar mecanismos para que as famílias, posteriormente, obtivessem as condições necessárias para que voluntariamente abandonassem os programas sociais.

Por outro lado, os governos chavista e kirchneritas foram constantemente alvos de críticas quanto a uma possível cooptação dos movimentos sociais. O que se observou, no entanto, é que ambos os projetos políticos foram constituídos com base em compromissos com os setores mais vulneráveis de suas respectivas sociedades. Diante da satisfação, ainda que incompleta, de suas principais demandas por meio de políticas públicas concretas e gozando da abertura de canais de comunicação com o governo, é natural que estes movimentos apoiem, em maior ou menor medida, os regimes progressistas.

Por fim, podemos concluir que o kirchnerismo e o bolivarianismo consolidaram-se como uma transição a um novo tipo de atuação estatal no combate à pobreza, recuperando importantes elementos tradicionais à matriz sociopolítica da Argentina e da Venezuela, ao mesmo tempo em que

incorporaram inovações. Foram, também, efetivos no atendimento das demandas mais essenciais de suas respectivas populações, ainda que apresentassem os mais diversos tipos de contradições. O decênio que se estendeu de 2003 a 2013 foi, então, o espaço temporal de um novo ciclo histórico que, ainda que não tenha oferecido uma alternativa concreta ao modelo de acumulação neoliberal, ao menos o flexibilizou e permitiu que milhões de pessoas em condições de grande vulnerabilidade voltassem a ser objeto de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUADO, F. P. *Recompilación historial de Venezuela*. Caracas: ANH, 1963.
- ALBA, V. As fases do militarismo na América Latina. In: LIEUWEN, E. (Org.). *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- ALMAO, V. P. *A consistência democrática na Venezuela em tempos de mudança política*. Opinião Pública. Vol. XI, n. 01. Março de 2011, pp. 128-146.
- ALMOND, G.; POWELL, B. *Política comparada*. Buenos Aires: Paidós, 1966.
- ALONSO, G.V.; DI COSTA, V. *Cambios y continuidades en la política social Argentina, 2003-2010*. VI Congreso Argentino de Administración Pública, 2010. Disponível em: http://www.asociacionag.org.ar/pdfcap/6/ALONSO_DI_COSTA.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2014.
- ALVAREZ, A. E. La reforma del Estado antes y después de Chávez. In: ELLNER, S.; HELLINGER, D (Org.). *La política venezolana en la época de Chávez. Clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.
- ÁLVAREZ, C. (Org.). *La Argentina de Kirchner y el Brasil de Lula*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.
- AMENTA, N. R. *A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ANDERSON, P. *Qué es el neoliberalismo*. Bogotá: Tiempo Presente, 1998.
- ANSES. Administración Nacional de Seguridad Social. *Asignación Universal por Hijo para Protección Social*. 2012. Disponível em: <http://www.anses.gov.ar/autopista/asignacion-universal-hijo>. Acesso em 24 de agosto de 2014.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ÁVILA, R. *El neoliberalismo y sus efectos*. Disponível em: <http://www.mapuexpress.net/content/publications/print.php?id=753>. Acesso em 29 de outubro de 2014.

AUMAITRE, J.V.C. Governabilidade democrática y reformas políticas en Venezuela. In: HOFMEISTER, W. (Org.). *Reformas políticas en América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

BARRIENTOS, A. *Dilemas de las políticas sociales latinoamericanas: hacia una protección social fragmentada?* Nueva Sociedad, n.239, maio-jun.2012, p.65-78.

BARROS, P.S. *Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana*. Cadernos PROLAM/USP, ano 5, vol.2, 2006, pp.209-237.

BERENSZTEIN, S. Hacia un nuevo diseño institucional: gobernabilidad democrática y reformas políticas en Argentina. In: HOFMEISTER, W. (Org.). *Reformas políticas en América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

BORON, A. *Reflexiones en torno al gobierno de Néstor Kirchner*. Revista SAAP, vol.2, n.1, dez. 2004, pp.187-205. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23557.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2014.

CALCAGNO, A. Ajuste estrutural, costo social y modalidades de desarrollo en América Latina. In: SADER, E. *El ajuste estructural en América Latina: costos sociales y alternativas*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CALVO, J.C. *Estabilidad económica y gobernabilidad: la consolidación del gobierno de Eduardo Duhalde. 1 de enero de 2002 – 25 de mayo de 2003*. 2013. Disponível em: <http://www.saap.org.ar/esp/docs-congresos/congresos-saap/VI/areas/09/calvo.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2014.

CAMARA, G. D. *Os programas sociais de combate à pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da filosofia da libertação*. Programa de Pós-Graduação em Administração – UFRGS, 2014.

CAMOU, A. *Argentina: la rebelión de las cacerolas*. Nueva Sociedad, n.177, jan.2002, pp.4-7.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

CARDOSO, F.H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CASTRO, P. *El caudillismo en América Latina, ayer y hoy*. Política y Cultura, n.27, jan. 2007, pp.9-29.

CATELA, L. S. Violencia política y dictadura en Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas. In: FICO, C. et al. (Org.). *Dictadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CATTERBERG, G.; PALANZA, V. *Argentina: dispersión de la oposición y el auge de Cristina Fernández de Kirchner*. Revista de Ciencia Política, Vol.32, n.01, 2012, pp.03-30.

CEPAL. Quince años de desempeño económico. América Latina y el Caribe, 1980-1995. Santiago: CEPAL, 1996.

_____. Panorama social de América Latina, 1998. Santiago: CEPAL, 1999.

_____. El gasto social en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2011.

CERVO, A.L. *Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina*. Revista Brasileira de Política Internacional, n.43 (2), 2000, pp.5-27.

CHACÍN, N.A. *La atención a la pobreza en Venezuela: del “Gran Viraje” a la “V República”, 1989-2002*. Revista Venezolana de Analisis de Conyuntura, n.02, vol.IX, jul-dez. 2003, pp.111-150.

CIEPYC. *Un balance del Gobierno de Néstor Kirchner: descolgando de la pared deudas históricas*. Entrelineas de la Política Económica, n.27, ano 4, dez. 2010.

Disponível

em:

http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/15401/Documento_completo.pdf?sequence=1. Acesso em 14 de novembro de 2014.

CORAO, C. A.; CASAL, J. M. *La evolución político-institucional de Venezuela 1975-2005*. Revista Estudios Constitucionales, ano 6, n. 02, 2008, pp. 435-499.

CORONIL, F. *El Estado mágico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad, 2002.

CRUZ, D.J.G. *Venezuela ante la baja de los precios del petróleo*. Nueva Sociedad, n.221, maio-jun. de 2009, pp.4-12.

DAHL, R. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DI TELLA, T. S. *História social da Argentina contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2010.

DOMINGUEZ, F. FRANCESCHI, N. *Historia general de Venezuela*. Disponível em: <http://www.nfghistoria.net/wp-content/uploads/2010/03/Historia-de-Venezuela.pdf>. Acesso em 23 de março de 2014.

ELLNER, S. *Democracia, tendências internas y partidos políticos de Venezuela*. Nueva Sociedad, n.145, set-out, 1996, pp.42-54.

_____. *Venezuela imprevisible: populismo radical y globalización*. Nueva Sociedad, n.183, fev.2003, pp. 01-26.

ESPINAZA, R. Ajuste fiscal, efectos distributivos y perspectivas de mediano plazo. In: CHANG, S. et al. (Org.). *La política económica necesaria: estabilización, crecimiento y solidaridad*. Caracas: IESA-UCAB, 1994.

FELIZ, Mariano (Org.). *Más allá del individuo: clases sociales, transformaciones económicas y políticas estatales en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: El Colectivo, 2012.

FERNANDES, F. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.

FERRER, A. *La economía argentina*. Buenos Aires: Fondo, 2005.

FIGUEROA, F. B. *Historia económica y social de Venezuela*. Caracas: UCV, 1966.

FRACCHIA, E.L. *La economía argentina con Cristina*. Disponível em: http://www.iae.edu.ar/antiguos/Documents/iae_11_Pag76.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2014.

FRANCISCO, C. A. *Democracia, comunismo e reformas na Venezuela de Rómulo Betancourt (1940-1964)*. Dissertação de Mestrado, UNESP, 2007.

FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GOTT, R. *À sombra do libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HEIDRICH, P. *Argentina buscando una salida: Kirchner, el FMI y la renegociación de la deuda externa*. Chronique des Amériques N. 21, 2005, pp.1-8.

HERNÁNDEZ, J.G.V. *Liberalismo, neoliberalismo, postneoliberalismo*. Rev. Mad., n.17, set. 2007, pp.66-89.

HIDALGO, F. G. *Dos visiones sobre la modernización de la sociedad venezolana en el debate político ocurrido en la década postgomecista (1936-1945)*. AGORA – Trujillo. Ano 14, n. 28. Julho-dezembro de 2011, pp. 121-150.

JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. (Org.). *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

JOHNSON, K. F.; FUENTES, M. M. *Política de poder: participación política en América Latina*. Buenos Aires: IDELA, 1973.

KORNBLITH, M. *Crisis y transformaciones del sistema político venezolano: nuevas y viejas reglas de juego*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa97/kornblith.pdf>. Acesso em 23 de março de 2014.

_____.; LEVINE, D. H. *Venezuela: the life and times of the party system*. Disponível em: <http://www3.nd.edu/~kellogg/publications/workingpapers/WPS/197.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2014.

LANDER, L.E.; MAYA, M.L. *Venezuela: la victoria de Chávez (El Polo Patriótico en las elecciones de 1998)*. Nueva Sociedad, n.160, jan.1999, pp.01-19

LEVISTKY, S.; MURILLO, M.V. *Argentina: de Kirchner a Kirchner* [Publicado originalmente como “Argentina: from Kirchner to Kirchner”]. Journal of Democracy, vol. 19, n.02, abril de 2008, pp.16-30.

LIEUWEN, E. Militarismo e política na América Latina. In: LIEUWEN, E. (Org.). *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

LINZ, J. J.; VALENZUELA, A. *The failure of presidential democracy: the case of Latin America*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994.

LOSTAUNAU, L.R. *Neoliberalismo, pobreza y políticas sociales en el Perú de los noventa*. Revista de la Facultad de Ciencias Económicas, año IV, n.14, 1998, pp.61-74.

LUCAS, G. *Industrialización contemporánea en Venezuela: política industrial del Estado venezolano, 1936-2000*. Tese de Doutorado. Universidad Católica Andrés Bello, 2005.

LUZZANI, T. *Venezuela y la revolución: escenarios de la era bolivariana*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.

MAYA, M.L. *Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo*. Rev. Ven. de Econ. y Ciencias Sociales, v.14, n.3, set-dez. 2008, pp.55-82.

MEDINA, V. R.; DELGADO, L. M. R. *Programa de Febrero de López Contreras (1936): importancia histórica*. Revista Venezolana de Ciencia Política, n. 40. Julho-dezembro de 2011, pp. 67-84.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. *Políticas Sociales del Bicentenario: un modelo nacional y popular*. Tomo I. Disponível em: <http://www.desarrollosocial.gob.ar/Uploads/i1/FamiliaArgentina/Pol%C3%ADticas%20Sociales%20del%20Bicentenario%20-%20Tomo%20I.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2014.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA Y FINANZAS PÚBLICAS. *La macroeconomía argentina - 2003-2012*. Disponível em: <http://www.mecon.gov.ar/basehome/pdf/indicadores.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

MULLER, A.E.G. *Desmantelamiento del Estado de bienestar en la Argentina*. Buenos Aires: CEPED, 2002.

MUÑOZ, A. B. *La dictadura. Habla el General Marcos Pérez Jiménez*. Havana: Ed. José Martí, 1983.

NINO, C. *El hiperpresidencialismo argentino y las concepciones de democracia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992.

O'DONNELL, G. Las fuerzas armadas y el Estado autoritario del Cono Sur en América Latina. In: LECHNER, N. (Org.). *Estado y Política en América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI, 1981.

_____. *El Estado burocrático-autoritario*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982.

_____. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Democracia Delegativa*. [Publicado originalmente como "Delegative Democracy"]. *Journal of Democracy*, vol.5, n.1, Jan. 1994, pp.55-69.

OCAMPO, J.A. *Más allá del Consenso de Washington: una agenda de desarrollo para América Latina*. México, D.F.: CEPAL, 2005.

OLLIER, M.M. *Las mil caras del peronismo (1975-2007)*. *Hispania Nueva, Revista de História Contemporânea*, n.09, ano 2009. Disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/9/articulos/9a003.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2014.

OÑORO, J. G. *Latinoamerica: entre la democracia y el autoritarismo*. *Estudios Políticos*, n.41, Medellín, jul-dez 2012, pp.15-35.

PADRÓS, E. S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C. et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PÁDUA, D. D. *Que Se vayan todos! Piqueteros e a agenda neoliberal na Argentina (1989-2001)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

PARRA-PÉREZ, C. *Historia de la Primera República de Venezuela*. Caracas: Ayacucho, 1992.

PAUTASSI, L; CAMPOS, L. FAUR, E. *Programa Familias por la Inclusión Social: entre el discurso de derechos y la práctica asistencial*. Centro de Estudios Legales y Sociales, 2007. Disponível em: http://www.cels.org.ar/common/documentos/programa_familias_web.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2014.

PAUTASSI, L; CAMPOS, L.; ROSSI, J. *Plan Jefes y Jefas: Derecho social o beneficio sin derechos?* Centro de Estudios Legales y Sociales, 2003. Disponível em: http://www.cels.org.ar/common/documentos/analisis_jefes_jefas_oct2003.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2014.

PIZARRO, R. *La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina*. Santiago: CEPAL, 2001.

RANGEL, R.M.; GARMENDIA, E.S.R. *El consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina*. Política y Cultura, n.37, Jan. 2012, pp.35-64.

RATTO, M.C.; MONTERO, J.R. *Modelos de voto en Argentina: las elecciones presidenciales de 2007*. Postdata 18, n.12, outubro de 2013, pp.323-364.

ROMERO, L. A. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ROUQUIÉ, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SALAMANCA, L. *Venezuela: la crisis del rentismo*. Nueva Sociedad, n.131, maio-jun. 1994, pp.10-19.

SÁNCHEZ, I.C.G. *Transición o continuísmo? La política social venezolana en el inicio del nuevo milenio*. Fermentum – Universidad de Los Andes, ano 12, n.34, maio-ago. 2002, pp.345-365.

SERRANO, C. *La política social en la globalización. Programas de protección en América Latina*. Santiago: CEPAL, 2005.

SIDICARO, R. *El partido peronista y los gobiernos kirchneristas*. Nueva Sociedad, n.234, jul-ago. 2011, pp.74-94.

SOCORRO, A.G. *Venezuela: renta petroleira, socialismo del siglo XXI y comercio exterior agroalimentario*. 2013. Disponível em: http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/37443/3/Texto_completo_Argentina_Gutierrez_Sept2013.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2014.

SOLER, A.M. *Petróleo: el maná de la discórdia*. LÓPEZ, J.T. (Org.). *Venezuela, a contracorriente*. Caracas: Icaria, 2006.

SONNTAG, H.R. *Venezuela: la vuelta de Carlos Andrés Pérez*. Nueva Sociedad, n.99, jan-fev. 1989, pp. 18-23.

UNICEF. *Efectos de la crisis en Argentina: las políticas del Estado y sus consecuencias para la infancia*. Buenos Aires, UNICEF, 2006.

VARESI, G.A. *Hegemonía y acumulación en el gobierno de Eduardo Duhalde, 2002-2003*. Disponível em: <http://jornadassociologia.fahce.unlp.edu.ar/actas/Varesiv2.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2014.

VÁSQUEZ, I. R. *Los cadetes del gomecismo 1910-1935*. Presente y Pasado. Ano 14, n. 27, janeiro-junho de 2009, pp. 129-144.

VEGA, L. M. *Mecanismos del poder en América Latina*. Barcelona: Edima, 1968.

VITALE, L. *Notas para una historia del movimiento obrero venezolano*. Caracas: UCV, 1981.

WILLIAMSON, J. Visión general: una agenda para relanzar el crecimiento y las reformas. In: KUCZYNSKI, P.P.; WILLIAMSON, J. (Org.). *Después del Consenso de Washington: relanzando el crecimiento y las reformas en América Latina*. Lima: Fondo Editorial Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas, 2003.

WYLDE, C. *Continuidad o cambio? Política económica argentina posterior a la crisis y el gobierno de Néstor Kirchner, 2003-2007*. Íconos Revista de Ciencias Sociales, n.43, maio de 2012, pp.109-133

YARRINGTON, D. *Corruption, State formation, and popular response during the regime of Juan Vicente Gomez: 1908-1935*. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/YarringtonDoug.pdf>. Acesso em 09 de março de 2014.